

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

MIRELA SANDRINI BONELLA

**FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS PARA
FOMENTO DE INOVAÇÃO SOCIAL DE BASE NA AMAZÔNIA**

SÃO PAULO
2022

MIRELA SANDRINI BONELLA

**FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS PARA
FOMENTO DE INOVAÇÃO SOCIAL DE BASE NA AMAZÔNIA**

Trabalho Aplicado apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão para a Competitividade.

Campo do Conhecimento: Sustentabilidade

Orientador: Prof. Dr. Fernando Burgos Pimentel dos Santos

SÃO PAULO
2022

Bonella, Mirela Sandrini.

Fortalecimento de capacidades individuais e coletivas para fomento de inovação social de base na Amazônia / Mirela Sandrini Bonella. - 2022.

118 f.

Orientador: Fernando Burgos Pimentel dos Santos.

Dissertação (mestrado profissional MPGC) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Desenvolvimento sustentável - Amazônia. 2. Comunidade - Desenvolvimento. 3. Ecologia social. 4. Desenvolvimento regional. I. Santos, Fernando Burgos Pimentel dos. II. Dissertação (mestrado profissional MPGC) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 504.03

MIRELA SANDRINI BONELLA

**FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS PARA
FOMENTO DE INOVAÇÃO SOCIAL DE BASE NA AMAZÔNIA**

Trabalho Aplicado apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão para a Competitividade.

Data de Aprovação:
19/04/2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fernando Burgos Pimentel dos Santos
(Orientador) – FGV-EAESP

Prof. Dr. Mario Monzoni
FGV-EAESP

Prof. Dr. Gustavo Hees Negreiros
UNIVASF – Colegiado de Geografia

*À juventude ribeirinha do Amapá e a todas as crianças da remota
Amazônia que ainda virão ao mundo.
Que o futuro seja justo, próspero e que toda forma de vida tenha
lugar nesse planeta.*

AGRADECIMENTOS

Inquietação. Passei um bom tempo buscando o curso de Mestrado que pudesse me receber e que também pudesse me permitir autonomia suficiente para que minha inquietação tivesse nome, acolhimento e ação. Eu sabia que a jornada seria boa, mas não imaginava o quanto essa formação ganharia importância na história da minha vida. Gratidão imensa a todos e todas com quem me deparei, aprendi, segui nesses três anos de caminhada. Amigos e amigas que levarei para a vida: Deborah, Flavia, Luciana, Monique, Salete, Mateus e todos os colegas das duas turmas que tive o privilégio de conhecer: T4 e T5. Gratidão, respeito e admiração aos maravilhosos Mestres, em especial: Mario Monzoni, Ana Carolina Aguiar, Vicente Goes, André Carvalho e ao meu orientador Fernando Burgos. Fernando é uma daquelas raras pessoas que constrói a cada frase que escreve ou diz, a cada aluno que toca, a cada trabalho que faz, a cada sonho que compartilha. Gratidão imensa por sua generosidade e serenidade.

Agradeço à vida por tudo que ela vem me proporcionando: oportunidades maravilhosas de expandir minha consciência como ser humano, de me conectar com toda forma de vida neste planeta, de cultivar e manter relacionamentos de qualidade, de cuidar e ser cuidada.

Sou grata pela transformação de vida que a maternidade me proporcionou. Minha filha Manu, hoje adolescente, faz de mim uma pessoa melhor a cada dia. Com ela, voltei a acreditar na humanidade e na potência que somos ao multiplicar gentileza, bondade e amor.

Saúdo os queridos amigos ribeirinhos, quilombolas, indígenas, agricultores... foi tanta gente trocando sonhos, desafios, lágrimas e sorrisos ao longo desses quase vinte anos de contato com a Amazônia, que pela intensidade, ainda me emociono, agradecida.

RESUMO

A Amazônia é um desafio global que demanda o desenho de um novo modelo de intervenção, a partir da transformação dos sistemas de produção, das formas de colaboração e da aplicação de conhecimento local da biodiversidade como alternativa para seu efetivo desenvolvimento sustentável da região. Agravadas pela pandemia, as pressões sobre o território se converteram em aumento da desigualdade social e pobreza, violação de direitos humanos e o deslocamento forçado de comunidades tradicionais frente à maior incidência histórica de destruição de sua biodiversidade. Novas capacidades precisam emergir a partir da própria Amazônia, em uma abordagem *bottom-up*, criando um ambiente favorável para que a Inovação Social de Base aconteça e melhore as condições das populações tradicionais que lá vivem. Por meio do estudo de caso do Protocolo Comunitário do Bailique, Amapá-AP, a presente pesquisa identificou elementos para fortalecer capacidades individuais e coletivas em comunidades de base, visando a transformação social e sua sustentação como um dos caminhos viáveis para a redução de vulnerabilidades na remota Amazônia. A pesquisa concluiu que o fortalecimento de capacidades é tanto meio quanto fim em inovação social de base na Amazônia. Ainda, para que a Inovação Social aconteça e se sustente é necessário que haja uma educação que faça sentido para os territórios amazônicos, que considere a sociobiodiversidade como ambiente e que a partir da própria Amazônia surjam oportunidades reais de desenvolvimento socioeconômico, em consonância com o bônus demográfico da região para as próximas três décadas. Os protocolos comunitários devem considerar vulnerabilidades socioeconômicas para otimizar a escolha de linhas de ação que visem resultados a curto, médio e longo prazos. Assim, filantropias e empresas privadas, setor público, igrejas, sociedade civil organizada e comunidades podem colaborar ativamente para que a Inovação Social de Base enderece soluções não apenas para a localidades, havendo oportunidades para superar questões socioambientais globais.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação Social de Base. Fortalecimento de capacidades. Comunidades de base. Populações tradicionais. Resiliência. Amazônia. Socioecologia.

ABSTRACT

The Amazon is a global challenge that demands a design of a new model of intervention based on the transformation of the production systems, forms of collaborations and the application of local knowledge about biodiversity as an alternative for the effective sustainable development of the region. Aggravated by the pandemic, the pressures over the territory have turned into social inequality and poverty increase, human rights violation and the forced displacement of traditional communities in the face of the most significant historical incidence of destruction of its biodiversity. New capacities need to emerge from the Amazon itself, in a *bottom-up* approach, creating a favorable environment for Grassroot Social Innovation to take place and improve conditions of the traditional populations living there. Through the case study of the Community Protocol of Bailique, Amapá-PA, the research identified elements to strengthen individual and collective capacity in grassroot communities aiming at social transformation and its maintenance as one of the feasible paths for reducing vulnerability in remote Amazon. The research that capacity building is both means and end for the grassroots social innovation in the Amazon. Furthermore, for social innovation to take place and be maintained, it is necessary to establish an education that makes sense for the amazon territory, that considers the socio diversity as means, and from Amazon itself, real opportunities for socio-economic development arise, in line with the demographic bonus of the region for the next three decades. Communitarian Protocols shall consider socioeconomic vulnerabilities to optimize lines of action choices that aim for results in the short, medium and long terms. And then, private philanthropy and companies, public sector, church, organized civil society and communities can actively collaborate to ensure that Grassroot Social Innovation addresses solutions not only to the localities, as there are opportunities to overcome global socio-environmental issues.

KEYWORDS: Grassroot Social Innovation. Capacity building. Grassroot communities. Traditional populations. Resilience. Amazon. Socioecology.

RESUMEN

La Amazonia es un desafío global que demanda el diseño de un nuevo modelo de intervención, basado en la transformación de los sistemas productivos, en formas de colaboración y la aplicación del conocimiento local de la biodiversidad como alternativa para su efectivo desarrollo sustentable en la región. Agravadas por la pandemia, las presiones sobre el territorio se han convertido en aumento de la desigualdad social y de la pobreza, violación de los derechos humanos y el desplazamiento forzado de comunidades tradicionales ante la mayor incidencia histórica de destrucción de su biodiversidad. Es necesario surgir nuevas capacidades desde la propia Amazonia, en un enfoque *bottom-up* (de abajo hacia arriba), generando un entorno favorable para que suceda la Innovación Social de Base y se mejore las condiciones de las poblaciones tradicionales que viven allí. Por intermedio del estudio de caso del Protocolo Comunitario de Bailique, Amapá-AP, esta investigación identificó elementos para fortalecer las capacidades individuales y colectivas en las comunidades de base, apuntando a la transformación social y su sustentación como uno de los caminos viables para la reducción de vulnerabilidades en la remota Amazonia. La investigación concluyó que el desarrollo de capacidades es tanto un medio como un fin en la innovación social de base en la Amazonia. Además, para que ocurra y se sostenga la Innovación Social, debe haber una educación que tenga sentido para los territorios amazónicos, que tome en cuenta la sociobiodiversidad como un medio y que desde la propia Amazonia surjan oportunidades reales de desarrollo socioeconómico, en línea con el bono demográfico de la región para las próximas tres décadas. Los protocolos comunitarios deben considerar vulnerabilidades socioeconómicas para optimizar la elección de líneas de acción que apunten a resultados a corto, mediano y largo plazo. Así, las filantropías y empresas privadas, el sector público, la iglesia, la sociedad civil organizada y las comunidades pueden contribuir activamente para que la Innovación Social de Base dirija soluciones no solamente a las localidades, sino generando oportunidades para superar problemas socioambientales globales.

PALABRAS CLAVE: Innovación Social de Base. Desarrollo de capacidades. Comunidades de base. Poblaciones tradicionales. Resiliencia. Amazonía. Socioecología.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- A Amazônia Legal, Cobertura Vegetal e Desmatamento até 2020.....	20
Figura 2	- Pirâmides Etárias na Amazônia Legal e Demais Estados Brasileiros (2020).....	26
Figura 3	- Sistemas Socioecológicos sob a perspectiva da sustentabilidade.....	31
Figura 4	- Os Limites Planetários: status de sete das nove dimensões.....	34
Figura 5	- Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para a Agenda 2030...	35
Figura 6	- Bolo de noiva.....	36
Figura 7	- Modelo 3C para Desenvolvimento Liderado pela Base.....	45
Figura 8	- Framework para Elaboração de Plano de Negócios para IS.....	48
Figura 9	- Direitos Violados relacionados ao Modelo de Desenvolvimento Extrativista no Brasil para a Amazônia Legal.....	56
Figura 10	- Mapa do estado do Amapá.....	71
Figura 11	- Infográfico: A Educação é a Alma do Negócio do Açaí – como funciona o ciclo de produção e engajamento social dos comunitários do Bailique	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparação de diferentes tipos de inovação e inovação social em relação a visão de tópicos tradicionalmente abordados em estratégias e táticas de iniciativas	41
Quadro 2 - Quatro dimensões estratégicas para sustentação do crescimento de PMES	49
Quadro 3 - Lista de documentos analisados	64
Quadro 4 - Lista de entrevistas realizadas, agrupadas por perfil, com detalhes da data e hora da realização e duração das conversas	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTB	Associação Comunitária Trabalhadores do Bailique
AEFAB	Associação da Escola Família do Bailique
AEFAC	Associação Escola Família do Carvão
Amazonbai	Cooperativa de Produtores Agroextrativistas do Bailique
ANAMA	Associação Nossa Amazônia
AP	Amapá
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CadÚnico	Cadastro Único
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPH	Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos
CVT	Centro de Vocação Tecnológica
DAP	Declaração de Aptidão
DF	Distrito Federal
ECA/1990	Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990
EFA	Escola Familiar Agroecológica
EFAB	Escola Família Agroextrativistas
EFAC	Escola Família do Carvão
EFAM	Escola Família Agroecológica de Macacoari
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização para a Alimentação e Agricultura
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FSC	Forest Stewardship Council
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GT	Grupo de Trabalho
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil

IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IPS	Índice de Progresso Social
IS	Inovação Social
ISB	Inovação Social de Base
LDB/1996	Leis de Diretrizes e Bases da Educação de 1996
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MPF	Ministério Público Federal
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OELA	Oficina Escola de Lutheria da Amazônia
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PIB	Produto Interno Bruto
PMES	Pequenos e Médios Empreendedores Sociais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
PTT	Plataforma de Territórios Tradicionais
REDD	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
RESEX	Reservas Extrativistas
RO	Rondônia
RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
SPA	Science Panel for the Amazon
SPI	Social Progress Imperative
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SSE	Sistemas Socioecológicos
TAUS	Termo de Autorização de Uso Sustentável

TI	Terras Indígenas
UEAP	Universidade do Estado do Amapá
UNESCO	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVOS	16
1.2	METODOLOGIA	17
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	17
1.4	CONTEXTO AMAZÔNICO.....	17
2	REVISÃO DE LITERATURA	28
2.1	VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA	28
2.2	FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES	37
2.3	INOVAÇÃO SOCIAL (IS)	38
2.3.1	Inovação Social na Base	43
2.4	A GOVERNANÇA COMO ELEMENTO CHAVE NA ISB	50
3	OS POVOS TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA LEGAL.....	54
3.1	A PRODUÇÃO TRADICIONAL AMAZÔNICA NA NOVA LÓGICA DE MERCADO.....	56
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS	60
4.1	CRITÉRIOS DE QUALIDADE DA PESQUISA INTERPRETATIVISTA	61
4.2	O CASO ESTUDADO	61
4.3	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	63
4.4	SOBRE A SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS	65
4.5	LOGÍSTICA E LIMITAÇÕES DE COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS	68
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	70
5.1	ISB NO BAILIQUE	70
5.2	O MODELO 3C COMO LENTE PARA ANALISAR ISB NO BAILIQUE	78
5.3	A CONSCIENTIZAÇÃO	78
5.4	A CONCILIAÇÃO	82
5.5	A COLABORAÇÃO	90
5.6	NOVAS EXTERNALIDADES	99
5.6.1	A Pandemia do COVID-19	99
5.6.2	Mudanças climáticas	100
5.6.3	A organização social e o compromisso de longo prazo	101
6	CONCLUSÃO	104

REFERÊNCIAS 109

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade da Amazônia está em xeque. Em uma nova era de transição, depois de intervenções com base na expansão de mercados de *commodities* a partir dos anos 2010, o desmatamento e a degradação ambiental se desdobram em problemas sociais e econômicos sem precedentes (BRONDIZIO et al., 2021). Segundo o primeiro relatório do Painel Científico pela Amazônia (*Science Panel for the Amazon – SPA*, em inglês), lançado em julho de 2021, o maior bloco contínuo de floresta tropical do mundo, com mais de 7,5 milhões de km², também mostra uma crescente violação dos Direitos Humanos, com aumento de homicídios oriundos de um violento processo de apropriação de terras e consequente deslocamento forçado de comunidades tradicionais (HECHT et al., 2021).

No Brasil, há mais de 50 anos a Amazônia passa por vários modelos de intervenção externa, que variaram de escopo ao longo dos anos (TOLEDO et al., 2017; VIEIRA; TOLEDO; HIGUCHI, 2018); desde os projetos desenvolvimentistas de base estadual, na década de 1970, a socioambientais e iniciativas baseadas nas comunidades, durante os anos 1990 e 2000, e para a fronteira baseada na expansão de mercado desde 2010 (TOLEDO et al., 2017; BRONDIZIO et al., 2021).

Hoje, agravados pela pandemia da COVID-19, os conflitos de uso da terra, pressões devidas a vetores de mudanças climáticas (desmatamento, queimadas), e aumento da desigualdade social e pobreza, ocupam um espaço de destaque nos grandes fóruns mundiais, e a sustentabilidade da Amazônia é um desafio global, que demanda uma nova agenda que aborde a transformação dos sistemas de produção, formas de cooperação, aplicação do conhecimento local da biodiversidade e formas alternativas de relacionamento com a natureza (TOLEDO et al., 2017; CASTRO; LOPES; BRONDIZIO, 2020).

Nesse sentido, as iniciativas de base local apresentam vasto potencial para promover e sustentar mudanças e fomentar inovação social, em um momento de tantas incertezas para a região. Especialmente aquelas iniciativas situadas em ambientes rurais na Amazônia remota, para melhorar as condições de vida das populações vulneráveis, garantindo sua resiliência e a sustentabilidade da região (ABRAMOVAY, 2020; BRONDIZIO et al., 2021; FOLKE, 2021).

Segundo Gasparin et al. (2020), trata-se de Inovação Social (IS) toda intervenção que visa responder a uma aspiração, certas necessidades, ou uma modificação nas relações sociais para propor novas orientações culturais e transformações sociais. A IS também contribui para a resiliência social e ecológica, por meio de novos produtos e serviços que atendam a uma

necessidade social e sejam difundidos por organizações cujos propósitos ou objetivos primários sejam sociais (GASPARIN et al., 2020; ZIEGLER et al., 2017).

Por isso, as iniciativas de base local são forças propulsoras de mudança na Amazônia, mas também mostram que a governança da região é complexa, sendo necessário mobilizar ações e processos multinível, ou seja, nas escalas individual, coletiva e institucional (BRONDIZIO et al., 2021). É sabido que uma governança local eficaz pode contribuir para a segurança, para a mediação e resolução de conflitos (TOLEDO et al., 2017). Ainda, os caminhos para um futuro mais sustentável e justo para as populações vulneráveis da Amazônia dependerão tanto de políticas coordenadas e inclusivas como do sucesso emergente de iniciativas de base local (BRONDIZIO et al., 2021; FREITAS; FREITAS, 2019).

O estudo liderado por Ibrahim (2017) demonstra que, para inovações sociais bem-sucedidas, é crucial considerar três camadas de fortalecimento de capacidades, que permitam mudanças nos três níveis mencionados, as quais ela denomina processos “3C”, sendo (1) Conscientização no nível individual; (2) Conciliação no nível coletivo; e (3) Colaboração em nível institucional, visando sucesso, sustentabilidade e escalabilidade das inovações sociais na base (IBRAHIM, 2017).

À luz da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), e seguindo sua principal premissa de “não deixar ninguém para trás”, esta pesquisa visa identificar os elementos que tornaram a experiência de Inovação Social de Base, vivida pelos comunitários na região costeira do Amapá, Brasil, com a construção e sustentação do Protocolo Comunitário do Bailique, um exemplo promissor de transformação social, resguardo de direitos e desenvolvimento local.

1.1 QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo responder a seguinte pergunta de pesquisa: **Como o fortalecimento de capacidades individuais e coletivas contribui para a Inovação Social em comunidades vulneráveis na Amazônia?**

Os resultados visam contribuir para qualificar o debate sobre desenvolvimento de territórios, apoiando agentes públicos, investidores, sociedade civil organizada e comunidades para:

- a) construir um novo modelo de intervenção em desenvolvimento sustentável para a Amazônia, a partir dela mesma, em uma perspectiva *bottom-up*, que apoie e sustente a transição da região ao longo da década de 2020;

- b) tratar o desenvolvimento local de base comunitária, a partir do fortalecimento de capacidades individuais e coletivas, visando estabelecer um ambiente favorável para a Inovação Social e para melhorias constantes nas condições de vida das populações tradicionais da Amazônia.

1.2 METODOLOGIA

Este trabalho adota a pesquisa qualitativa, por meio do Estudo de Caso do Protocolo Comunitário do Bailique – região costeira do Amapá, Brasil. Seguirá a lógica indutiva, em uma perspectiva interpretativa, em consonância com o paradigma construtivista, “onde cada pesquisador constrói e reconstrói o problema de pesquisa tecido pelas suas vivências e percepções sociais, históricas, culturais e, principalmente, epistemológicas, que é o que possibilita reconhecer a existência de um problema de pesquisa” (ROSSATO; MITJÁNS MARTINEZ, 2018, p. 8-9).

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está dividida em seis capítulos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo capítulo é dedicado à revisão da literatura, com um arcabouço teórico sobre os temas de inovação social, fortalecimento de capacidades e governança socioambiental. Serão ainda tratados os temas de vulnerabilidade e resiliência e a relação destes com sustentabilidade. No terceiro capítulo, apresentamos um panorama sobre as populações tradicionais da Amazônia, seus desafios e oportunidades frente a promoção de bem estar e vida digna, para poder melhor responder à questão de pesquisa. No quarto capítulo, são trazidos os procedimentos metodológicos. No quinto, estão a análise dos dados, os resultados e a discussão destes com base na literatura selecionada. E, finalmente, no sexto capítulo, serão apresentadas as considerações finais, contribuições e limitações do estudo, e a sugestão de oportunidades para pesquisas futuras.

1.4 CONTEXTO AMAZÔNICO

A geógrafa Berta Becker costumava se referir às “Amazônias” sempre que realizava estudos mais abrangentes sobre a região. Ela usava o termo Amazônias, no plural, justamente pela complexidade, diversidade e, portanto, pluralidade de cultura, geopolítica, economia,

riquezas naturais e sociais, dentre outros aspectos (BECKER 2009; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014; SOUZA, 2019).

Sendo o maior bloco contínuo de floresta tropical do mundo, com uma extensão territorial digna de continente, o bioma Amazônia abraça aproximadamente 6,7 milhões de km², distribuídos em 9 países da América do Sul, a chamada Pan-Amazônia. É nessa imensidão de natureza que são guardados cerca de 15% de toda biodiversidade terrestre do planeta, além da maior bacia hidrográfica por onde circulam cerca de 20% de toda água doce do mundo (REPAM, 2019; RAISG, 2020; OTCA, 2021).

Segundo o Painel Científico pela Amazônia, em relatório divulgado no final de 2021, a biodiversidade da Amazônia é única e incomparável em todo planeta, pois em cerca de dois acres de floresta, é possível contabilizar maior variedade de árvores do que em toda a América do Norte. Da mesma forma, em seus rios há mais variedades de peixes do que se pode encontrar em todo o Oceano Atlântico (HECHT et al., 2021).

A região também é rica em sociodiversidade, abrigando mais de 34 milhões de pessoas em uma mistura de etnias, raças, idiomas e culturas únicos. As pressões históricas desde a colonização perpetuaram uma sequência de ameaças e fragilidades que explodem em violação de direitos, que a todo instante eclodem na forma de tensões e confrontos violentos. Também é notória a interdependência entre as questões sociais e ecológicas, onde a degradação ambiental também implica agravar as ameaças à vida digna de sua população, em especial os povos tradicionais (SOUZA, 2019).

O Brasil, por deter quase 60% da cobertura do bioma sob seu território, tem por si só a grande missão de zelar pela sociobiodiversidade abundante da Amazônia. O que se registra até os dias atuais é que nenhum modelo de intervenção se mostrou satisfatório ou à altura do potencial de desenvolvimento sustentável para a região (LOBÃO; LIMA; STADUTO, 2018; BRONDIZIO, 2021).

Levando-se em conta a perspectiva histórica, é imprescindível analisar a relação do Estado com a região norte, e assim compreender como vem se consolidando a organização da sociedade amazônica (BECKER, 1999, 2007; SOUZA, 2019). A inserção da Amazônia no sistema capitalista internacional remonta à época da colonização, mas sempre houve desafios para a sua integração social, econômica e cultural ao restante da nação brasileira. Esse percalço se estende até os dias atuais, mesmo após inúmeras intervenções, programas, projetos e políticas públicas equivocadas, com um lastro desastroso no processo de ocupação do território (BECKER, 2009; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014; SOUZA, 2019). Todo esforço de integração nacional da Amazônia vem sendo sempre realizado sem que se

reconhecesse a complexidade das suas sociedades, seu meio ambiente e seu espaço cultural com protagonistas diferentes, sendo impossível de se interpretar a partir de uma só perspectiva (BECKER, 2009, 2007; SOUZA, 2019).

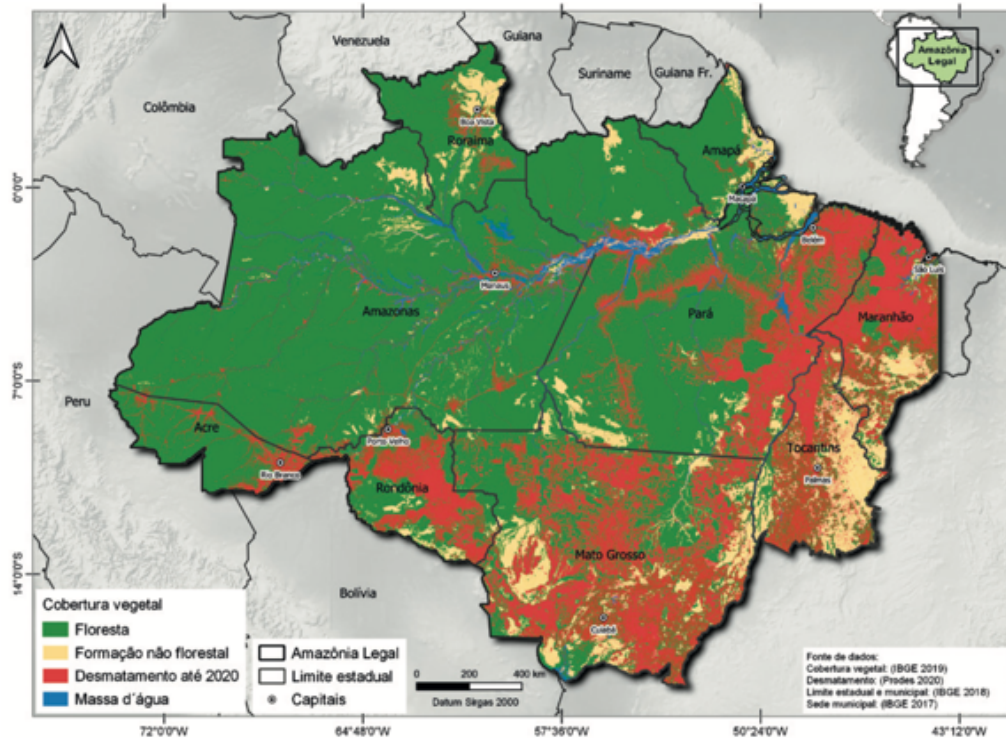
Apesar de sua grandiosa extensão territorial, a Amazônia Legal é a região menos populosa do Brasil, com aproximadamente 28 milhões de habitantes, o que corresponde a 13% da população e densidade demográfica baixa: 5,6 **habitantes** por km² (IBGE, 2021).

A apropriação do território da Amazônia deu-se de forma lenta e gradativa, conforme determinava a posse portuguesa do território para além da demarcação do tratado de Tordesilhas a partir de 1616, mas já visando a exportação das chamadas “drogas do sertão”. Desde a época da colonização até os dias atuais, o motivador do processo de ocupação do território tem sido sempre o padrão econômico voltado para exportação (BECKER, 2010; LOBÃO; LIMA; STADUTO, 2018; SOUZA, 2019).

O território da Amazônia, como conhecemos hoje, começou a se moldar a partir de 1850 com a orientação imperial de controlar a navegação fluvial da região e então, a emergente expansão da economia da borracha, consolidando sua formação territorial em 1930.

É também a partir de 1953, que se tornou oportuno para o Governo de Getúlio Vargas decretar a criação da Amazônia Legal por meio da Lei 1806 em 1953. Perfazendo uma superfície de aproximadamente 5,2 milhões de km², que equivalem a 61% do território nacional, além do bioma Amazônia, ainda contempla 20% do Cerrado e uma parte do Pantanal nas fronteiras do Estado do Mato Grosso. Na ocasião, o decreto atribuía características ambientais, econômicas, políticas e sociais muito específicas, tornando o bloco da Amazônia Legal similar em termos de aspectos, problemas e soluções (BECKER, 2010; LOBÃO; LIMA; STADUTO, 2018; SOUZA, 2019).

Figura 1 - A Amazônia Legal, Cobertura Vegetal e Desmatamento até 2020



Fonte: Imazon (2021, p. 13).

Assim, desde a colonização pelos portugueses, dois modelos de ocupação territorial se contrapõem na Amazônia, e ambos sempre motivados por iniciativas externas, e nunca por uma demanda local: a) um modelo exógeno, que é aquele desenhado a partir de uma visão externa ao território, que reafirma a soberania e preserva as relações com as metrópoles, com desenvolvimento de polos ou núcleos urbanos e vias específicas de; e b) um modelo endógeno, que se molda a partir de uma visão interna do território, com foco no desenvolvimento local, e que na maioria das vezes entende isso como uma fragilidade da localidade (BECKER, 2010; LOBÃO; LIMA; STADUTO, 2018; SOUZA, 2019; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014).

Em discussões mais recentes, o interesse na busca da melhor intervenção possível visando desenvolvimento local, teóricos identificam a necessidade e urgência de se adaptar políticas de desenvolvimento levando-se em conta tendências socioeconômicas, inclusão, e aceleração nos casos de geografias que se mantiveram atrasadas aos planos de desenvolvimento nacionais ou subnacionais. Ainda assim, não foi possível identificar um paradigma predominante de intervenção para o desenvolvimento (BARCA; MCCANN; RODRÍGUEZ-POSE, 2012).

Quando trazemos essa discussão para o contexto da Amazonia, surge também o questionamento sobre o que exatamente seria desenvolvimento para as populações que existem e sobrevivem há anos nas porções remotas do território. Em outras palavras, estamos tratando de desenvolvimento para quem? Não é à toa que as diversas propostas e iniciativas sobre determinadas geografias ou espaços são chamadas de “ intervenção”, pois levam em consideração um entendimento de planejamento e desenvolvimento construído sem considerar os desejos e manifestações das próprias populações afetadas por tais dinâmicas (BECKER, 2010; LOBÃO; LIMA; STADUTO, 2018; SOUZA, 2019; BRONDIZIO et al., 2021).

Historicamente em estudos na Ásia ou África, alguns casos de políticas generalistas ou neutras em relação ao espaço, se mostraram como melhor opção ao buscar a promoção do crescimento econômico e facilitar a recuperação de áreas “atrasadas” em desenvolvimento. Porém, em oposição a esta visão, estratégias de desenvolvimento neutras em relação às geografias, podem ser prejudicadas por ambientes institucionais deficientes, como no caso da complexa e remota Amazônia, nos quais se justificariam opções baseadas unicamente na perspectiva local, e na autonomia das populações dessas localidades (BECKER, 2010; LOBÃO; LIMA; STADUTO, 2018; SOUZA, 2019; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014; BRONDIZIO et al., 2021). É prudente observar que ao concentrar ou priorizar esforços em áreas específicas, locais, mas de uma forma sincronizada, seria possível aumentar o crescimento planejado em escala subnacional ou nacional (BARCA; MCCANN; RODRÍGUEZ-POSE, 2012; BECKER, 2010).

De volta à imensidão Amazônica, nota-se que os centros urbanos continuarão a crescer, sem necessidade de intervenção política local específica – sem desmerecer os desafios de longo prazo como a gestão do ambiente, congestionamento e questões de inclusão social, etc, porém, as estratégias de desenvolvimento local deveriam concentrar-se em mecanismos que desenvolvam as capacidades locais e promovam ideias inovadoras através da interação de conhecimentos locais e gerais e de atores endógenos habilitados a negociar de forma justa com atores exógenos, em relação à concepção e execução de políticas públicas e privadas (BECKER, 2010; LOBÃO; LIMA; STADUTO, 2018; SOUZA, 2019; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014; BRONDIZIO et al., 2021).

Para isso, também seria necessário planejar um ambiente institucional multi-setorial, que contemplasse diferentes pacotes de bens públicos em diferentes localidades. Assim, a reflexão mais coerente para as abordagens de desenvolvimento para a Amazônia, deve ter claro que as políticas de convergência não captam os objetivos socioeconômicos ou o comportamento

institucional e de aprendizagem locais (BECKER, 2010; BARCA; MCCANN; RODRÍGUEZ-POSE, 2012).

Há portanto, a necessidade de tornar as abordagens de desenvolvimento mais capazes de responder aos desafios atuais e, portanto, mais cientes e conscientes do local, tomando em consideração a grande variedade de fatores locais geográficos que podem impactar os resultados da intervenção (BECKER, 2010; BARCA; MCCANN; RODRÍGUEZ-POSE, 2012).

Para Berta Becker (2010), somente por meio de políticas que sejam simultaneamente baseadas no local e nas pessoas, será possível justificar intervenções justas de desenvolvimento local (BARCA; MCCANN; RODRÍGUEZ-POSE, 2012; BECKER, 2010).

Um balanço das decisões repetidamente equívocas para a região demonstrou que a ocupação regional se consolidou com a predominância do modelo exógeno, haja vista os investimentos públicos em infraestrutura e privados em agronegócios observados nas décadas de 2000 e 2010 (BECKER, 2010; LOBÃO; LIMA; STADUTO, 2018; SOUZA, 2019; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014; BRONDIZIO et al., 2021).

Foi a partir dos anos 2010 que houve uma retomada da demanda pelo modelo endógeno para projetos territorialmente diferenciados. Muito dessa retomada deve-se às pressões socioambientais nacionais e internacionais, visando uma resposta adequada à estratégia agressiva adotada pelo governo brasileiro e por setores como o de mineração, agronegócio e energia para alcançar mercados internacionais e alavancar o crescimento da economia pela produção acelerada de *commodities*. Nessa década também foi frustrada a tentativa de se fazer compatível os interesses conservacionistas e desenvolvimentistas. Se o equilíbrio entre essas agendas tivesse sido possível, talvez o Brasil estivesse melhor posicionado sobre o que se almeja alcançar em termos de desenvolvimento com sustentabilidade, defendem estudiosos (BECKER, 2008; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014; KOHLER; BRONDIZIO, 2017; BRONDIZIO et al., 2021). A intervenção nessa década foi demasiadamente desastrosa, tanto para a ocupação quanto para a priorização de áreas estratégicas para investimentos, foram planejadas levando em consideração apenas a valorização momentânea de produtos no mercado internacional, sem visão de longo prazo, o que já demonstra uma tendência para novas ondas de estagnação (TOLEDO et al., 2017; BRONDIZIO et al., 2021).

Destaco aqui a questão da ocupação regional, que historicamente se faz a partir de iniciativas externas na Amazônia. O controle de tão vasto território foi sempre feito de forma equivocada com intervenções em poucos locais estratégicos e motivados por interesses econômicos, com implementações malsucedidas e estimulando a posse da terra e não o

resguardo dos direitos sobre os territórios das suas populações tradicionais (VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014; BECKER, 2005; SOUZA, 2019).

Também é no início dos anos 2010 que as discussões sobre os mercados para serviços ecossistêmicos se organizam, vindo a culminar em alguns exemplos frutíferos pela Amazônia Legal (KOHLENER; BRONDIZIO, 2017; BRONDIZIO et al., 2021). Elinor Ostrom já havia chamado a atenção para o fato de que reduzir as emissões do desmatamento ao mesmo tempo em que se pretende manter o desenvolvimento econômico, seria um desafio ambicioso para a governança socioambiental. Afinal, as estratégias *top-down* convencionais, observadas pela premiada do Nobel de 2009, não conseguiam alinhar os diversos níveis e setores de governo, além de excluírem os *stakeholders* locais de todo o processo (OSTROM, 2009, 2010).

O trabalho seguinte de Ostrom, em 2010 sobre governança policêntrica também relacionou os benefícios dessa prática às ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, onde defendia que anos e anos de tentativas de acordos internacionais só demonstravam que governos, por si sós, não seriam capazes de garantir conservação. Em complemento, a geógrafa Berta Becker, com mais de 30 anos de experiência nos estudos territoriais da Amazônia, em 2012, destacou a interdependência entre as crises social, ambiental e financeira, o que durante o Rio+20 fez emergir a necessidade de refletir sobre interesses nacionais e regionais antes de adotar modelos internacionais relacionados à chamada economia verde e também sobre a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) (ABRAMOVAY, 2020; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014; BECKER, 2010; TOLEDO et al., 2017).

Berta Becker em 2010 questionava a centralização das decisões e gestão político-geográfica da Amazônia na forma do Estado-nação conduzir planejamentos e se apresentar como única fonte de poder. Becker defendia a supremacia da heterogeneidade da região, sua sociobiodiversidade como potência no que poderia ser a nova noção de territorialidade da Amazônia, em defesa e proteção contra a expropriação de indígenas, seringueiros, ribeirinhos, agricultores familiares, entre outras populações tradicionais. Assim, a regionalização, em nível subnacional, faz muito mais sentido principalmente pela dimensão da Amazônia, onde os governos estaduais e os municipais são os mais qualificados para lidar com problemas específicos de cada região e então atender melhor às respectivas necessidades, formar parcerias mais adequadas e melhor direcionar seus recursos (BECKER, 2015; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014; AGUIAR et al., 2017).

Novos arranjos e experiências de governança amazônica viabilizaram a presença e representatividade de populações de origens étnicas distintas, usufruindo de estruturas

produtivas e sociais por meio de parcerias inovadoras, como no caso das Reservas Extrativistas (RESEX), Terras Indígenas (TI) ou projetos de agricultura familiar (BECKER, 2015; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014).

Boa parte das experiências de sucesso junto às populações tradicionais na Amazônia, em áreas protegidas vem contando com o desenvolvimento de pelo menos uma cadeia de produtos da sociobiodiversidade como prioridade. Produtos extrativistas como castanha, açaí, pescado e cacau estão sendo trabalhados em iniciativas e programas privados, públicos e comunitários, mas sob a ótica equivocada de desenvolvimento de cadeia para se alcançar mercados onde se tornariam competitivos com as produções não extrativistas, como gado e soja (BRONDIZIO, 2008; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014; AGUIAR et al., 2017).

Servindo como uma boa amostra do que acontece com as produções extrativistas na remota Amazônia, e visando uma análise de contexto mais clara, o estudo de caso do Bailique, objeto desta pesquisa, tem como cadeia produtiva prioritária o açaí. Seus desafios e oportunidades deixam evidente a desigualdade social, o preconceito e os perigos de considerar o desenvolvimento exógeno como uma forma desesperada para que uma produção extrativista acesse mercados e se alavanque como mais uma dentre tantas outras *commodities* (AGUIAR et al., 2017).

Apesar da economia do açaí ter consagrado um apelo comercial de que a cadeia de produção deste fruto contribui para a agenda positiva da Amazônia, na prática, a expansão da produção, que ganha escalas ambiciosas desde os anos 80, reforça uma lógica de desigualdade social praticada na região desde sempre (BRONDIZIO, 2008, 2021; SANTOS; RIBAS, 2012).

Não é surpresa se deparar com o fato de que a geografia de origem do açaí que movimenta uma economia de bilhões de Reais, surge em áreas remotas e em municípios com os piores indicadores de desenvolvimento humano do Brasil. Localidades estas em que os programas de transferência de renda ainda são a base de sustentação de muitas famílias que vivem do extrativismo (ABRAMOVAY, 2020; BECKER, 2010; BRONDIZIO, 2021).

Há exemplos pioneiros pela Amazônia onde as comunidades de base iniciaram grandes transformações em suas sociedades, a partir de iniciativas que ganharam impulso e sustentação, sendo reconhecidas como focos de inovação social (ABRAMOVAY, 2020; BECKER, 2010; BRONDIZIO, 2021).

O desenvolvimento de um ecossistema de parcerias diferenciadas, onde há a cooperação das famílias produtoras locais da Amazônia com universidades, ONGs e instituições voltadas ao manejo, assistência técnica, certificação e pesquisa de açaizais, como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (EMBRAPA), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA), entre outros, vem se revelando promissora ao combinar saberes locais tradicionais e desenvolvimento ou adequação de técnicas para ganhos de eficiência na produção e atingimento de padrões necessários para organizar e prever volumes e produtos para os mercados nacionais e internacionais, ao mesmo tempo que melhoram as condições de vida dessas pessoas e promovem justiça socioambiental (ABRAMOVAY, 2020; BECKER, 2010; BRONDIZIO, 2021).

Na perspectiva de consagrar a Amazônia como um território efetivamente sustentável, faz-se necessária uma revolução científica-tecnológica transdisciplinar que almeje alcançar a tão sonhada valorização da floresta em pé, que torne viável uma economia de base agroextrativista e florestal com alta competitividade frente ao agronegócio, à mineração e a escala de outras *commodities*. Ao mesmo tempo, essa revolução deve promover o bem-estar crescente para os povos amazônicos e para aqueles que chegam à região buscando condições de vida digna. Nesse ponto, as teorias de Elinor Ostrom e Bertha Becker são convergentes, pois visam uma resposta pragmática para mudanças climáticas, com base na valorização da governança *bottom-up*, com amplo destaque para falhas cometidas até então pela chamada centralidade do Estado. Além disso, reforçam a importância das articulações verticais e horizontais e a integração de organizações, políticas, governos, populações que se traduzem na combinação da organização e o compromisso do Estado com a participação das comunidades (OSTROM, 2009, 2010; BECKER, 2010; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014; TOLEDO et al., 2017).

Em 2019, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) lançou o relatório Agenda pela Infância e Adolescência na Amazônia, onde já concluía que a Amazônia é o pior lugar do Brasil para ser criança, por conta das múltiplas privações vividas por essa população. Questões como falta de saneamento e acesso à água, desnutrição, violência e pobreza deixam expostas e vulneráveis a maioria das crianças da região (UNICEF, 2018).

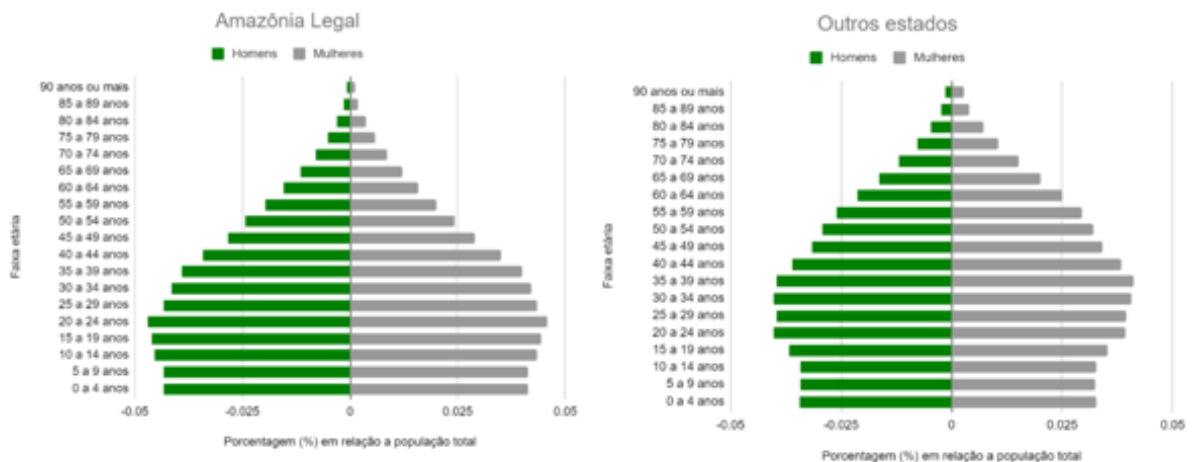
Na Amazônia Legal Brasileira cerca de 43% dos 9 milhões de crianças e jovens vivem em domicílios com renda per capita insuficiente para adquirir uma cesta básica de bens, sendo que a média nacional seria de 34,3% (UNICEF, 2018).

Conforme o mais recente relatório do Índice de Progresso Social (IPS), em 2021, a Amazônia obteve um IPS igual a 54,59, um resultado inferior à pontuação do Brasil que é de 63,29 (IMAZON, 2021).

Do ponto de vista de oportunidade, a Amazônia tem a seu favor o bônus demográfico. Ao contrário do que vive a população brasileira em geral, com o envelhecimento acelerado da

população nos próximos vinte anos, a Amazônia legal ainda contará com maior quantidade de pessoas em idade economicamente ativa (entre 15 e 64 anos) do que em relação aos dependentes (crianças até 14 anos e os idosos a partir de 65 anos), conforme mostra a Figura 2, abaixo. Em termos de oportunidade de desenvolvimento socioeconômico, trata-se de uma janela única, que deveria ser tratada e reconhecida nacionalmente (IBGE, 2019; CRUZ; PORTELLA, 2021; TURRA et al., 2022).

Figura 2 - Pirâmides Etárias na Amazônia Legal e Demais Estados Brasileiros (2020)



Fonte: IBGE (2019).

O bônus demográfico da Amazônia pode soar como oportunidade à primeira vista, porém pode se tornar um desastroso desfecho se as variáveis socioeconômicas da região permanecerem incompatíveis com as condições dignas mínimas para suas populações (IBGE, 2019; CRUZ; PORTELLA, 2021; TURRA et al., 2022).

Em 2018, o relatório da CEPAL apontou que a falta de acesso à educação e à saúde reduz capacidades e oportunidades. Do ponto de vista da competitividade, essas privações impactam diretamente a inovação e a produtividade de uma região, sendo responsável, inclusive, pela perenidade da desigualdade intergeracional (CEPAL, 2018).

A Amazônia Legal, segue enfrentando inúmeras dificuldades e se mantém na retaguarda do acesso e da qualidade da educação. Conforme a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA/1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB/1996), a educação infantil é parte essencial no desenvolvimento e formação de indivíduos para o mundo do trabalho, bem como para o exercício da cidadania. A primeira infância tem sido reforçada em estudos que conciliam a neurociência, direitos humanos e bem-estar infantil, como base do desenvolvimento integral de um indivíduo. Em

2017, o IBGE já apontava que 15% das crianças de 4 e 5 anos não frequentavam a escola. Soma-se a esse dado a questão de que a reunião dispõe da menor cobertura de creches do país, permitindo acesso de apenas 2,2% das crianças de 0 a 1 (IBGE, 2017).

Sendo a educação infantil parte de uma estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais e combate à pobreza, a precariedade vista na Amazônia abre uma oportunidade para novas prioridades para políticas educacionais nesse território. Mesmo o Brasil tendo a meta de que 50% dos menores de 3 anos e 11 meses tenham acesso à educação, a baixa oferta de vagas e a cobertura inexistente de creches nas áreas rurais, corroboram para a baixa escolarização infantil (CRUZ; PORTELLA, 2021; COSTA; PINHO NETO; DUARTE, 2022).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2019), apontou que 44,1% dos jovens com mais de 14 anos não concluíram o ensino fundamental na região. Se comparados com a média nacional, os dados para a Amazônia são ainda mais discrepantes, onde 98,1% da população brasileira de 6 a 14 anos frequenta ou já concluiu o ensino fundamental (INEP, 2021).

Em relação ao ensino médio, a taxa de escolarização bruta média é de 72,6% na região amazônica, contra 82,5% nos demais estados brasileiros. Alguns fatores críticos são observados na Amazônia, como altas taxas de defasagem idade/série, sendo 35,4% para a região, elevadas taxas de reprovação e abandono dos estudos, entre outros. Esses fatores críticos estão conectados de alguma forma, tornando o acesso às salas de aula mais distantes da vida da população da Amazônia. Agravados pela pandemia de COVID-19, soma-se a esses fatores o crescimento na evasão escolar. Em especial no ensino médio, apenas um a cada 3 jovens se manteve na escola (ROSARIO; SOUZA; ROCHA, 2021; CRUZ; PORTELLA, 2021).

Para a OECD, em 2020, a média de escolarização no ensino profissionalizante mundial bruta é de 42%. No Brasil, essa taxa chega a apenas 11%, e na Amazônia Legal, apenas 12,4%. A maior dificuldade se concentra nas zonas rurais, havendo problemas tanto de oferta de cursos quanto de demanda por educação profissional (OECD, 2020; COSTA; PINHO NETO; DUARTE, 2022).

2 REVISÃO DE LITERATURA

A presente revisão de literatura está estruturada em quatro blocos, relacionados aos conceitos essenciais embutidos na pergunta de pesquisa, e a relação entre eles. Sendo: vulnerabilidade e resiliência (incluindo a relação entre os conceitos), fortalecimento de capacidades, Inovação Social e governança socioambiental.

Nessa seção estão considerados não apenas os conceitos internacionais, mas também o que houver disponível de estudos voltados para a Amazônia brasileira, e que possam contribuir para a transformação das comunidades a partir do que elas próprias desejam como futuro.

Alguns governos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e organismos internacionais estão trabalhando há alguns anos no apoio às iniciativas de base, com o intuito de ampliar a relevância e o impacto em seus trabalhos de desenvolvimento humano e sustentabilidade (IBRAHIM, 2017; GASPARIN et al., 2020). Assim, novas abordagens “*botton-up*” surgiram para garantir que algumas intervenções não promovessem apenas uma solução pontual enquanto os projetos estivessem ativos, mas que um legado pudesse ser deixado por meio de capacitar comunidades locais e assim, induzir mudanças sociais sustentáveis (IBRAHIM, 2017; GASPARIN et al., 2020; ZIEGLER, 2017a).

Compreender esses conceitos, à luz de sua aplicação prática e que valorizem as comunidades da remota Amazônia, será necessário para propor um ambiente favorável para a Inovação Social acontecer na região (AGUIAR et al., 2017; SATO et al., 2020).

2.1 VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) define vulnerabilidade como a propensão ou predisposição de se tornar afetado por uma adversidade, e leva em consideração os aspectos de exposição, sensibilidade e capacidade adaptativa. Estes três fatores são capazes de influenciar a vulnerabilidade e podem aumentar de acordo com as características próprias da natureza humana e de acordo com as condições sociais, políticas, econômicas e ambientais de determinado contexto (IPCC, 2014).

Ao aplicar tais conceitos na realidade geográfica da Amazônia, faz-se necessário aproveitar a experiência das comunidades, tidas como vulneráveis, no domínio dos valores, poder e diferenciação social, causada principalmente pela fragmentação cultural e institucional dos planos, programas e projetos inacabados de intervenção, em sua concepção e

implementação na região (MILLER et al., 2010; RUIZ AGUDELO et al., 2020). Agravada pelas pressões de desmatamento e uso inadequado da terra, comprometendo a diversidade biológica e os serviços ecossistêmicos na Amazônia, a abordagem das consequências socioambientais é um desafio no campo dos estudos de vulnerabilidade (MILLER et al., 2010; RUIZ AGUDELO et al., 2020).

Retomando a narrativa clássica de 'tragédia' proposta por Garrett Hardin em 1968, que retrata os indivíduos, ou comuns, como vulneráveis, necessitados de serem recuperados e administrados, alguns estudiosos enfatizaram que a tragédia não é inevitável e procuraram maneiras de "evitá-la", reduzindo ou mitigando a vulnerabilidade (HARDIN, 1968; VELICU; GARCÍA-LÓPEZ, 2018).

Por outro lado, Ostrom (1990, 2003, 2009) confronta a tragédia de Hardin, alegando que as instituições cooperativas são o melhor caminho para reduzir a vulnerabilidade, por meio de gestão de bens comuns através da cooperação (OSTROM 1990; VELICU; GARCÍA-LÓPEZ, 2018).

Para Butler (2009), a vulnerabilidade não é consequência da humanidade compartilhada, mas uma exposição inevitável aos outros. Esta seria uma condição humana oriunda das proximidades não escolhidas feitas ao longo das vidas e suas relações com expectativas sobre autossuficiência. Tanto Ostrom (1990) como Butler (2009) acreditam no potencial de aprender a reconstruir uma política coletiva de experiência contínua, seja mentindo ou fingindo, seja agindo, se reservando ou praticando. Para Ostrom, a questão-chave é a confiança, é sobre cooperar para um objetivo maior e comum. Enquanto Butler aponta que o engajamento político significa se reconstruir como indivíduo. E que ser um coletivo de indivíduos, limitados e vulneráveis, não é o oposto de agência, pois o poder pode ser exercido como prática coletiva (OSTROM, 1990, 2003; BUTLER 2009; VELICU; GARCÍA-LÓPEZ, 2018).

Como alternativa, a resiliência surge como um caminho para reduzir vulnerabilidades, muito associada à capacidade de persistência, adaptação e transformação (DAVOUDI, 2018; FOLKE et al., 2010; FOLKE, 2016). Nesse sentido, vulnerabilidade e resiliência são conceitos muito complementares, em especial ao enfatizarem amplamente as dimensões ecológico-biofísicas ou sociopolíticas dos problemas em investigação. Assim, oferecem oportunidades reais de integração, particularmente porque ambas estão orientadas para respostas ao estresse e às perturbações, e para a interação em situações que demandam mudanças, sejam elas lentas ou rápidas (MILLER et al., 2010).

Também há autores que afirmam não haver resiliência se não houver vulnerabilidade em alguma medida. Nas últimas décadas, o conceito de resiliência ganhou enorme destaque do qual resultou em uma explosão de pesquisas e políticas sobre maneiras de promover sistemas resilientes (FOLKE, 2021).

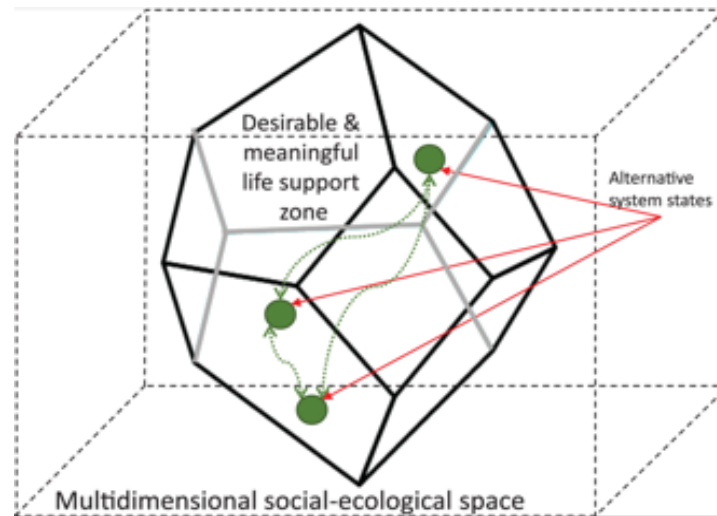
O conceito de resiliência foi cunhado originalmente em 1818, no campo de engenharia mecânica, e estava relacionado à quantidade de pressão, perturbação ou distúrbio que um determinado material sustentaria até se partir ou quebrar (TREDGOLD, 1818). A partir da década de 1970 o conceito extrapolou os limites da engenharia e tem sido usado em diferentes campos (CARPENTER; FOLKE, 2006).

Na psicologia, entende-se resiliência como a capacidade de um indivíduo ou grupo se recuperar de experiências emocionais negativas (FUGATE; KINICKI; ASHFORTH, 2004). Já, no campo de desenvolvimento humano e alívio da pobreza, é a capacidade de uma pessoa, família ou outra unidade agregada, de evitar a pobreza em face de vários fatores de estresse na sequência de uma série de choques (BARRET; CONSTAS, 2014). Na ecologia, em 1973, Holling definiu resiliência como a persistência de um sistema e sua capacidade de absorver mudanças e perturbações (HOLLING, 1973).

A partir dos estudos de Carpenter e Folke (2006) e Folke et al. (2016), o conceito de resiliência teve uma dimensão mais abrangente e completa, ao estar relacionado a Sistemas Socioecológicos (SSE), seja na escala individual, em uma comunidade, relacionado a um território ou nação, ou até mesmo a uma economia. Trata-se de uma forma de lidar com as mudanças e continuar a se desenvolver (CARPENTER; FOLKE, 2006; FOLKE et al., 2016).

Na abordagem socioecológica, a sociedade e a natureza se regem como sistemas interligados, nos limites de um espaço operacional seguro e sob as restrições do sistema planeta Terra (STEFFEN et al., 2011; FOLKE, 2016; FOLKE et al., 2021). Em outras palavras, se analisarmos sustentabilidade pela ótica socioecológica, há uma interdependência mais integrada e dinâmica das dimensões econômica, social e ecológica, rumo à ideia de que sociedade e ecossistemas são inseparáveis e evoluem conjuntamente (FOLKE et al., 2016; LEACH et al., 2018; OSTROM, 2009). Dessa forma, passamos a tratar de sustentabilidade de todo um sistema socioecológico, com sua dinâmica ativa ao longo de todo o tempo (OSTROM, 2009; LEACH et al., 2018). A Figura 3, abaixo, descreve como se daria uma zona de suporte de vida desejável e significativa dentro de um sistema socioecológico multidimensional e dinâmico, ou seja, vivo (GILSON et al., 2015).

Figura 3 - Sistemas Socioecológicos sob a perspectiva da sustentabilidade



Fonte: Gilson et al. (2015).

Nota: Mostrando a variação dos sistemas através de múltiplas dimensões sociais e ecológicas, mas permanecendo dentro de uma zona de suporte de vida desejável e significativa.

Sendo uma propriedade fundamental de um sistema, Carl Folke reforça que “resiliência consiste em ter a capacidade de viver com complexidade, incerteza e mudança, sejam abruptas ou incrementais, e ainda assim, se desenvolver mesmo em constante mudança” (FOLKE, 2021, p. 1).

Então, resiliência seria sobre reconhecer que a realidade é dinâmica e sobre aprender a se desenvolver com a mudança, e não sobre gerenciar contra a mudança, como se passado o desastre, tudo voltasse a ser como antes (FOLKE, 2016, 2020).

Ainda, a resiliência sob a lente de um sistema socioecológico, em algumas ocasiões, tem como objetivo vislumbrar as mudanças incrementais, sem que necessariamente ocorra um desastre (FOLKE, 2021).

Do ponto de vista humano, é possível classificar resiliência como desejável ou indesejável. Os exemplos são variados, como a aridez da região nordeste brasileira, ou regimes de governos autoritários, ou a desigualdade e a miséria. Estes exemplos são fatos ou estados muito resilientes e indesejáveis. E mesmo assim, são partes de um sistema resiliente os mais diversos elementos socioecológicos necessários e disponíveis para que ocorra reorganização, adaptação e transformação frente a contextos ou situações novos, ou repentinos, ou mutáveis (STEFFEN et al., 2011; FOLKE, 2016; FOLKE et al., 2021).

No outro extremo, em um sistema resiliente desejável, há um elemento presente e constante: a gestão e governança adaptativa. Assim se torna viável e aplicada a capacidade de seguir na incerteza, frente a choques e surpresas, visando contribuir para sustentar ou melhorar

o bem-estar humano, no sentido de um mundo mais justo e equitativo (ELMQVIST et al., 2019; FOLKE, 2021).

Para entender como resiliência se relaciona com sustentabilidade, é importante perceber as dimensões social e ecológica de um sistema. Um bom exemplo é o observado em relação à capacidade de se responder rapidamente a um evento extremo, ou choque, ou mudança significativa em um sistema. Esta propriedade de resposta rápida é muito mal interpretada por governos, ONGs e empresas quando há expectativas muito elevadas sobre o que é resiliência (IBRAHIM, 2017; WALKER, 2020). Neste caso, fica claro que a capacidade de responder rapidamente a um choque evoluiu naturalmente no sistema ecológico, mas ainda é frágil em alguns sistemas sociais. E para ser mais completa a observação dessa capacidade no sistema social, podemos ver que comunidades nativas ou remotas que já lidam com épocas de cheias ou secas dos rios conseguem um tempo de resposta mais ágil, ao passo que populações em cidades que estão vivendo fenômenos extremos recentemente como enchentes, a capacidade de reagir se torna menor. O mesmo para decisões burocráticas em ações emergenciais, onde sistemas de relatórios e procedimentos operacionais mais seguros e com menos riscos demandam várias fases de verificações, aprovações, o que reduz a resiliência sobremaneira (WALKER, 2020).

Ainda, na sua relação com sustentabilidade, é imprescindível analisar como a resiliência do sistema terrestre para o bem-estar humano tem sido gerenciada e governada ativamente.

O homem se tornou uma força planetária, culminando em uma nova era geológica chamada Antropoceno. Cada vez mais distinta da era Holocênica, que se manteve estável nos últimos 11 mil anos, com o privilégio das civilizações humanas se desenvolvendo ao máximo até chegar à globalização, o Antropoceno se caracteriza pela completa conexão das pessoas e do planeta, e por dinâmicas onde escala, velocidade e conectividade se tornam muito significativas, e ao mesmo tempo incertas, imprevisíveis e inquietas (STEFFEN et al., 2011; FOLKE, 2016; FOLKE et al., 2021). Já se sabe da necessidade de mudanças sistêmicas em várias frentes da dinâmica global como: sistema econômico, crescimento e densidade populacional, padrões de consumo e comportamento humano, equilíbrio nas relações de poder, aprimoramento dos sistemas de gestão e governança, combate às desigualdades, dentre outros (WALKER et al., 2020; FOLKE, 2021; ROUX et al., 2017).

E finalmente, em mais um desdobramento do conceito, o pensamento de resiliência, ou *resilience thinking*, em inglês, estabelece uma espécie de cultura da resiliência, que envolve aprendizagem, diversidade e como se adaptar em contextos muito complexos. Ele introduz o

termo pensamento socioecológico, que essencialmente trata de como a humanidade se esforça para encontrar maneiras inovadoras de se reconectar com a biosfera e permanecer dentro dos limites planetários (FOLKE et al., 2010; ROCSTRÖM et al., 2009).

Uma das mais significativas iniciativas para fornecer diretrizes científicas para melhorar a aplicação prática de sustentabilidade do planeta é o conceito de Limites Planetários – *planetary boundaries*, em inglês. O conceito foi apresentado em 2009 por um grupo de 28 renomados cientistas internacionais, que partem da premissa de que, se a humanidade permanecer dentro dos limites de nove dimensões monitoradas para a sustentabilidade da biosfera, poderá continuar a desenvolver-se e prosperar nas próximas gerações e assim, evitar que os danos antropogênicos ao meio ambiente sejam irreversíveis (ROCSTRÖM et al., 2009). Em 2015, o novo estudo de Limites Planetários alertou que quatro das nove fronteiras planetárias foram cruzadas como resultado da atividade humana: mudança climática, perda da integridade da biosfera, mudança do sistema terrestre, ciclos biogeoquímicos alterados (fósforo e nitrogênio). Dois deles, mudança climática e integridade da biosfera, são o que os cientistas chamam de "limites centrais", conforme representados na Figura 4, a seguir. Alterar significativamente qualquer um desses "limites centrais" levaria o Sistema Terrestre a um novo estado, em condições físico-químicas completamente diferentes do que conhecemos hoje (ROCSTRÖM et al., 2009; STEFFEN et al., 2015).

Figura 4 - Os Limites Planetários: status de sete das nove dimensões



Fonte: Adaptado por Lokrantz J. e Azote com base em Steffen et al. (2015).

Nota: As áreas em cinza referem-se a limites dos quais ainda não é possível se quantificar, globalmente.

O *resilience thinking* nada mais é do que a concentração de atenção e recursos em três aspectos dos SSE: a persistência, a adaptabilidade e a transformabilidade. A resiliência é a tendência de um SSE exposto a mudanças permanecer dentro de um domínio de estabilidade. A adaptabilidade é a capacidade de um SSE de ajustar suas reações às mudanças sejam em conjunturas externas ou internas, mas ainda assim permitir o desenvolvimento. E por fim, a capacidade de transformação para criar novos domínios de estabilidade para o desenvolvimento, estabelecendo novos limites e trajetórias (FOLKE et al., 2016).

De forma prática, o *resilience thinking* investiga como os sistemas interativos das pessoas e da natureza podem ser melhor administrados (BIGGS; SCHLÜTER; SCHOON, 2015).

A gestão da resiliência, destacada por Folke et al. (2016, p. 3), em que esta “aumentaria a probabilidade de sustentar o desenvolvimento sustentável em um mundo em mudança e onde a surpresa é provável”, também destaca outro aspecto relevante para a sustentação de iniciativas que visam promover desenvolvimento: a governança (SACHS, 2012).

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para todos os países membros, chamada Agenda 2030, que é organizada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme Figura 5 abaixo. Essa agenda é um chamado para um esforço conjunto congregando nações, empresas, instituições e sociedade civil para a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental em escala global até o ano 2030 (SACHS, 2012; VEIGA, 2015, p. 9-19).

Figura 5 - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para a Agenda 2030



Fonte: Nações Unidas Brasil (2021).

Nota: Com objetivos ambiciosos, os ODS visam acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas possam desfrutar de paz e de prosperidade, sob o lema de “não deixar ninguém para trás”.

Em 2016, Johan Rockström e Pavan Sukhdev apresentaram uma nova forma de agrupar os 17 ODS, distribuindo-os em três camadas correspondentes às dimensões sociais, econômicas e ambientais, conforme a Figura 6, abaixo. A ilustração ficou conhecida como o “bolo de noiva” e descreve como as economias e sociedades devem ser vistas: como partes da biosfera. Esta visão é um avanço frente à convencional abordagem setorial, do qual o desenvolvimento social, econômico e ecológico são vistos como partes separadas.

Figura 6 - Bolo de noiva



Fonte: Stockholm University (2021).

Todos os 17 ODS da Agenda 2030 da ONU estão de alguma forma conectados por meio de um fator comum: o alimento. Ainda, a ilustração “bolo de noiva” revela que o alimento é o componente que conecta todos os ODS, colocando as discussões sobre modos de produção, geração de empregos, inclusão e superação da fome e pobreza como relevantes para o melhor desempenho possível da Agenda 2030 (ROCKSTRÖM; SUKHDEV, 2016).

A resiliência alimentar é de grande relevância na mudança transformacional sistêmica, visando futuros sustentáveis e demanda uma ação coletiva em múltiplas frentes, por meio de forças-tarefa unindo setores que não se relacionavam tradicionalmente (NYSTRÖM et al., 2019; FOLKE, 2021). Em sistemas complexos em transição, em meio a turbulências e incertezas, suas dinâmicas são instáveis e variáveis, mas com alto potencial de explorar caminhos alternativos e se mover de forma imprevisível em direção a resultados surpreendentes. Segundo Nyström et al. (2019), em meio a todas essas experimentações, ainda que instáveis e turbulentas, resiliência oferece segurança e abre oportunidade para um futuro incerto (NYSTRÖM et al., 2019).

2.2 FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES

O desenvolvimento de capacidades humanas não é um conceito novo, porém a partir de um contexto de pobreza de países em desenvolvimento, foi consolidado ao longo da década de 1980, pelo economista indiano Sen (1990, 2001), vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1998. Sen (1990, 2001) escancara a questão da desigualdade social, bem como trata das barreiras econômicas, sociais e ambientais que impedem a condição de igualdade entre atores sociais. Essa inter-relação entre atores possibilita a todos ter suas capacidades fortalecidas e desenvolvidas quando combinadas (IBRAHIM, 2017; SEN, 1990, 2001; ZIEGLER, 2010).

Trazido, inicialmente, a partir de uma teoria econômica, a contribuição de Sen abre oportunidade para que o desenvolvimento social passasse a ser uma vertente relevante de pesquisas, abrindo frentes como a economia do bem-estar, o pensamento político liberal, a política social, a filosofia política, entre outras áreas (SEN, 1990, 2001; ZIEGLER, 2010; PORTALES, 2019).

O desenvolvimento e fortalecimento de capacidades também são apontados como possíveis soluções para o enfrentamento das desigualdades, conforme defendido por Sen (2001). Em 2014, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) tratou de contextualizar igualdade em um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável, onde se observariam a igualdade de meios, oportunidades, capacidades e reconhecimento (CEPAL, 2014). Nesse caso, a igualdade de meios pode ser explicada como a distribuição mais equitativa da renda e da riqueza. Sobre a igualdade de oportunidades, em especial na América Latina, trata-se de ausência de discriminação, seja estrutural ou de qualquer tipo ou magnitude para o acesso a posições sociais, econômicas ou políticas. A igualdade no que tange ao acesso a capacidades, trata das habilidades, conhecimentos e competências que os indivíduos podem desenvolver dos quais lhes seriam necessárias para empreender projetos de vida a partir de suas próprias escolhas. E por fim, a igualdade como reconhecimento refere-se ao engajamento e participação ativa de uma vasta diversidade de atores nas relações de trabalho, poder, na distribuição de custos e benefícios tanto entre as gerações atuais como as futuras, no cuidado, defesa, visibilidades e afirmação de identidades de coletivos (CEPAL, 2018).

Ainda, Sen (1990, 2001) elabora sobre a interdependência de componentes que constituem a vida humana, que efetivados, se denominam capacidades. Ele também chama a atenção para todos os esforços sociais coletivos e o aprimoramento destes entendimentos como favoráveis para a ideia de liberdade e de expansão de capacidades (SEN, 1990, 2001). A partir daí surge a chamada Abordagem das Capacidades, ou *Capabilities Approach* em inglês.

O trabalho de Sen (1990, 2001) triangula sempre da compreensão dos conceitos de “efetivações”, “capacidades” e “agência” dos atores sociais. A efetivação é a concretização das ações dos indivíduos na busca de seus propósitos. A capacidade, como já dito acima, é sobre a liberdade de atuação do indivíduo para as ações intencionalmente pensadas. E a agência concentra os esforços para a concretização dos anteriores (SEN, 1990, 2001; ZIEGLER et al., 2017; IBRAHIM, 2017).

Também é a partir da contribuição de Sen que os conceitos de Inovação Social se destacam. Em especial pelo desdobramento e evolução de discussões de caráter humano, social e coletivo por conta do *capabilities approach* (IBRAHIM 2017; PORTALES, 2019; GASPARIN et al., 2020). A Inovação Social passou a ser desenhada e implementada por comunidades, instituições públicas e privadas, universidades e ONGs com objetivo central de melhoria das condições de vida em sociedade (IBRAHIM, 2017; ZIEGLER, 2010; PORTALES, 2019).

Ibrahim (2017) ao criar um modelo que estabelece processos para construir capacidades coletivas em lideranças de base, propõe que a análise das capacidades humanas seja feita para a coletividade. Ela explica que o objetivo dessa abordagem é mostrar *como* as inovações sociais podem gerar novas capacidades coletivas, das quais todos os membros da comunidade podem se beneficiar de alguma maneira. E com isso, por meio da agência coletiva combinada com responsabilidades pessoais, podem ser geradas novas capacidades coletivas (IBRAHIM; ALKIRE, 2007; ZIEGLER, 2017a).

Neste acaso, as capacidades coletivas vão muito além da simples agregação de capacidades individuais, pois resultam de ações coletivas dos quais seus benefícios são acumulados para a comunidade e não apenas para um ou poucos indivíduos (IBRAHIM; ALKIRE, 2007; IBRAHIM, 2017) e isso é o foco dos processos de inovação social: criar valor para a sociedade (ZIEGLER, 2017a; IBRAHIM, 2017; GASPARIN et al., 2020). Por isso, o modelo de Ibrahim (2017) captura a dinâmica dos atos de agência coletiva e assim consegue demonstrar como as novas capacidades coletivas podem emergir a partir de inovações sociais de base (IBRAHIM, 2017).

2.3 INOVAÇÃO SOCIAL (IS)

A origem da ideia do que viria a ser Inovação Social (IS) se dá no final do século dezoito, quando já aparecia em textos de teóricos ligados à sociologia, educação ou economia. Inicialmente associada à externalidade de uma inovação, sendo capturada somente em

pesquisas específicas ou em dinâmicas de monitoramento e avaliação (ZIEGER, 2010; PORTALES, 2019).

Foi somente a partir dos anos 1970 que o conceito começou a tomar forma. Mas ainda assim, IS era um fenômeno social desde que o seu desenvolvimento ou sua implementação tivesse algum efeito sobre a sociedade e não como causador direto da mudança nas condições sociais de um grupo de pessoas vivendo em determinada condição (COMISSÃO EUROPEIA, 1995; ZIEGLER, 2010; ZIEGLER et al., 2017; PORTALES, 2019).

O termo ainda segue em construção e por vezes se confunde com outras modalidades de inovação, como a tecnológica ou a econômica. Também é comum ter IS associada a conceitos de empreendedorismo local (CAJAIBA-SANTANA, 2014; ZIEGLER, 2010; PORTALES, 2019).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) descreve inovação como um produto ou processo, novo ou aprimorado, ou uma combinação destes, do qual se diferencia significativamente de produtos ou processos anteriormente aplicados por organizações ou disponíveis para usuários em potencial. Inovações, podem ser radicais, quando apresentam uma nova forma de satisfazer uma necessidade, ou incremental, quando configuram pequenas melhorias em produtos, serviços ou processos (PORTALES, 2019; OECD, 2018).

A principal característica de evolução do conceito de Inovação Social na década de 1980 foi que este já emergia com base na necessidade de se provocar uma mudança social intencional, por meio da criação de medidas e alternativas inovadoras, para problemas enfrentados por sociedades, em especial, as que se encontravam em extrema pobreza ou em ambientes de violência (ZIEGLER, 2010, 2013; PORTALES, 2019).

Muito tempo levou para que a IS fosse percebida como relevante para o desenvolvimento de políticas públicas. E ainda assim, a maior parte da literatura foca em definições, conceitos e aplicações, e pouco se explorou no sentido de se estudar os atores e os mecanismos relacionados ao fenômeno (IBRAHIM, 2017; CUNHA; BENNEWORTH; OLIVEIRA, 2015).

Na década de noventa, o conceito ganhou grande aceitação, em especial por organismos internacionais e ONGs socioambientais. Na academia, os estudos alcançaram diferentes disciplinas das ciências sociais, incluindo a área de administração, economia e empreendedorismo (ZIEGLER, 2017b; PORTALES, 2019; GASPARIN et al., 2020). Isso ocorre na mesma época em que novas discussões no âmbito de combate à pobreza e desigualdade se consolidam. Dentre elas os primeiros relatórios e índices com objetivo de aprofundar estudos e encontrar métricas que trouxessem à tona a desigualdade e novas

concepções de desenvolvimento. Exemplos são o índice de liberdade humana, o índice de liberdade política, os Relatórios de Desenvolvimento Humano lançados desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1999 (PNUD, 1999). Esse último configurou-se um marco por ter sido largamente difundido e adotado por todos os setores da sociedade mundialmente. O PNUD o reconhece como um ponto de partida, tanto que outros índices seguem em desenvolvimento e são frequentemente publicados, por exemplo, os mais recentemente relacionados a questões de gênero, desigualdade, mobilidade social e outros, em complemento ao IDH que cobre quatro principais dimensões: educação, longevidade e renda (VEIGA, 2015, p. 9-19).

Mais uma vez, é imprescindível citar outra contribuição de Amartya Sen, mas desta vez com a obra *Desenvolvimento como Liberdade*, de 2010, onde o economista destaca que é necessário incluir a inovação social, ambiental e econômica na forma de pensar e agir organizacional, incluindo novas perspectivas para o que vem sendo praticado nas frentes tecnológicas e políticas, visando sempre agendas em prol da melhoria da qualidade de vida da sociedade (SEN, 2001).

Embora haja diferentes abordagens para o conceito de IS, um trabalho desenvolvido pela Young Foundation em 2012 identificou quatro componentes-chaves comuns. São eles: a satisfação de uma necessidade, inovação das soluções propostas, mudança nas estruturas sociais e de relação, e, aumento significativo da capacidade de ação de uma sociedade (MGUNI; BACON; BROWN, 2012, p. 18-20).

Além disso, a Inovação Social trabalha em complemento com outras vertentes de inovação, mas em alguns casos com abordagens e entendimentos muito específicos para temas corriqueiramente abordados, como programas sociais, socioeconomia, entre outros (ZIEGLER; KARANJA; DIETSCH, 2013; CAJAIBA-SANTANA, 2014; CHIAPPERO-MANRTINETTI; BUDD; ZIEGLER, 2017a), conforme resumido no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 - Comparação de diferentes tipos de inovação e Inovação Social em relação a visão de tópicos tradicionalmente abordados em estratégias e táticas de iniciativas

Vertentes da Inovação	Características	Características da Inovação Social
Econômica	Focada em geração de renda, com motivação comercial.	Motivada pelo valor social e transformação da sociedade.
Radical	Não há interesse em melhorar as condições de vida de populações excluídas. Essa modalidade pode gerar prejuízos ou externalidades para a sociedade.	Visa melhorias na sociedade e foca intencionalmente na mudança social.
Disruptiva	Produtos e serviços de baixo custo com a visão dos beneficiários como um segmento de mercado. Com motivação comercial.	Motivação com foco no valor social e visão das populações marginalizadas como atores de desenvolvimento.
<i>Bottom-up</i>	Mudança na sociedade a nível local.	Mudança na sociedade a nível de sistema.
Programas Sociais	Perspectiva de bem-estar e preservação da estrutura social.	Visão baseada no empoderamento e mudança da estrutura social.

Fonte: Adaptado de Portales (2019, p. 7).

Segundo Gasparin et al. (2020), no campo de inovação, a IS é considerada radical na maioria dos casos, sendo assim nem sempre é possível planejar. O processo começa com a cocriação de alguma nova solução, em geral um protótipo, que até atingir seu objetivo sofre inúmeros ajustes e modificações. A principal característica desse protótipo de IS é que ele é cocriado, construído e socializado em rede, apresentado sempre com seus valores e usado para se agir ou trabalhar coletivamente até o seu objetivo final, ou seja, até que a IS aconteça (CHRISTENSEN; GASPARIN, 2017; GASPARIN et al., 2020).

Há de se considerar, inevitavelmente, no conceito de inovação social, o risco do equívoco em se considerar tudo que gera mudança social ou que ofereça benefícios à sociedade como Inovação Social (CAJAIBA-SANTANA, 2014; PORTALES, 2019). Um bom exemplo seria comparar os objetivos da Inovação Social e econômica, onde estas são diferentes essencialmente pela proposta de valor, pois a econômica visa benefício comercial ou financeiro, por meio da competição entre atores, enquanto a social busca mudança social, inexoravelmente por meio da colaboração ou cooperação (CAJAIBA-SANTANA, 2014; IBRAHIM, 2017; PORTALES, 2019; GASPARIN et al., 2020). Porém é importante destacar que as relações com o mercado ainda são possíveis e viáveis mesmo com a presença de inovação social. Nessa situação, inclusive, a Inovação Social pode funcionar de maneira muito complementar e agregadora, justamente por carregar a visão de necessidades de uma certa sociedade, muitas vezes não contemplada em mercados muito competitivos (CAJAIBA-SANTANA, 2014; IBRAHIM, 2017; ZIEGLER, 2017a; PORTALES, 2019; GASPARIN et al., 2020).

Alguns efeitos positivos nesse exemplo são que a alterações das relações de determinada sociedade podem resultar em aumento do capital social, além de se estabelecer uma rede de confiança, propícia para ambientes de colaboração. Consequentemente, a Inovação Social alteraria determinada estrutura de sistemas econômicos, que levariam a novas demandas e desafios políticos, de estratégia e de gestão (CAJAIBA-SANTANA, 2014; ZIEGLER, 2017a; PORTALES, 2019; GASPARIN et al., 2020).

Outra análise interessante está relacionada ao fato de que IS, no campo da administração, ainda tem uma literatura recente e com grande potencial de crescimento. Na maioria das abordagens o campo de administração traz à tona que em uma perspectiva de escala, somente as grandes corporações desenvolvem IS, uma vez que estas teriam meios para investir e alocar recursos e tempo para resolver problemas sociais e para promover melhorias nas condições de vida por meio de investigações que identifiquem como se dão as relações entre diferentes atores sociais em um território ou campo de pesquisa, desenhos de novos arranjos e negócios com base em indicadores sociais, entre outras frentes (CAJAIBA-SANTANA, 2014; GASPARIN et al., 2020). Porém essa conclusão cabe muito mais como um conjunto de ações e atividades ligadas às estratégias de responsabilidade social corporativa do que estratégias de IS (GASPARIN et al., 2020).

Para Rao-Nicholson, Vorley e Khan (2017), a IS expande as fronteiras entre diferentes campos visando novas soluções para problemas sociais e que em geral são mais eficientes, efetivas, sustentáveis e adequadas do que soluções convencionais já existentes, mesmo que nem sempre sejam soluções percebidas como boas por todos, mas de alguma forma são consideradas como “desejáveis socialmente” e isso basta para que esta ocorra (CAJAIBA-SANTANA, 2014; RAO-NICHOLSON; VORLEY; KHAN, 2017).

Ainda, dentro de uma análise voltada para a administração, a IS não necessariamente comercializa suas inovações, sejam produtos ou serviços, para um público-alvo, pois as receitas podem vir de diferentes fontes. Em vez disso, a IS tem como objetivo principal criar valor social para além das capacidades de um sistema já existente e, prioritariamente para a sociedade como um todo e não para indivíduos isoladamente, o que Cajaiba-Santana (2014) chama de “perspectiva estrutural” de uma IS em relação ao contexto e estrutura necessária para que ela aconteça, em geral em práticas coletivas (CAJAIBA-SANTANA, 2014; IBRAHIM, 2017; GASPARIN et al., 2020; PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008).

Os motivadores principais para que Pequenos e Médios Empreendedores Sociais (PMES) coloquem a IS em prática são: enfrentar questões socioambientais, desafiar o *status quo* no sentido de promover mudanças nessas estruturas, fomentar o crescimento sustentável e

inclusivo, empoderar os grupos marginalizados e vulneráveis para que estes participem ativamente da transição para uma economia inovadora, aberta e democrática (GASPARIN et al., 2020).

E, finalmente, IS é uma contribuição para aumento de resiliência socioecológica em geral, uma vez que preenche lacunas geradas por falhas de mercados ou bens públicos por meio de novos produtos, serviços, processos, leis, movimentos sociais, intervenções qualificadas ou uma combinação dessas soluções (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; WESTLEY; ANTADZE, 2010; PORTALES, 2019; GASPARIN et al., 2020).

2.3.1 Inovação Social na Base

Apesar do significativo progresso no conceito e nos estudos de IS, ainda são recentes e menores as contribuições na literatura sobre Inovação Social na base. Inicialmente, a visão era de que Inovação Social era uma solução pontual, localizada (IBRAHIM, 2017; GASPARIN et al., 2020; ZIEGLER, 2017a).

Ainda, acrescentando sobre tudo que vem sendo tratado especificamente sobre IS na base, o modelo proposto por Solava Ibrahim, chamado 3C, buscou justamente identificar quais os atores e mecanismos poderiam sustentar esses processos de transformação. Assim, entende-se o modelo 3C como um arranjo com base em comunidades, um modelo orientador para ações de mudança social (IBRAHIM, 2017, p. 5).

Quanto mais se identifica a interdependência de fatores sociais, econômicos e ambientais em nível local, mais se conclui que o engajamento e a forma com que as relações entre os atores de Inovação Social estão diretamente ligados à satisfação das necessidades não atendidas. Por isso, a literatura existente ressalta os mecanismos de governança como o principal critério da sustentação de processos de IS na base. Outros critérios relevantes apontados na literatura são nível de articulação dos sujeitos, processos de aprendizagem, empoderamento e domínio da realidade do contexto social (IBRAHIM, 2017; ZIEGLER 2017; GASPARIN et al., 2020).

Também para o caso de IS na base, a pertinência da *Capability Approach* e sua relação direta com a formação do capital humano e social local é objeto do estudo de Ibrahim (2017) dentro da proposta do Modelo 3C, um *framework* que propõe processos e critérios a serem observados ao se desenhar, implementar ou medir impactos da IS na base (IBRAHIM, 2017).

O framework de Ibrahim (2017) também destaca as ações e atitudes individuais e coletivas, a partir de capacidades desenvolvidas, que podem gerar um ciclo virtuoso na geração de capacidades novas e específicas de Inovação Social de Base (ISB) (IBRAHIM, 2017).

Ao apresentar o modelo 3C, Ibrahim propõe três dimensões para intervenção que possibilitem a real ISB, sendo agrupadas da seguinte forma: 1) conscientização; 2) conciliação; e 3) colaboração (IBRAHIM, 2017).

As dimensões do modelo 3C trazem as devidas competências necessárias para que estas se consolidem com o desenvolvimento dos seus indivíduos e sociedade. São elas: (a) Conscientização: pensamento crítico, engajamento pessoal, desejo de melhoria de vida; (b) Conciliação: definição de responsabilidades, voz ativa dos envolvidos, inclusão e transparência, aprimoramento e ampliação de habilidades; (c) Colaboração: Lideranças agregadoras, cooperação entre atores não tradicionais, relações de confiança, ampliação e gestão de *networking* (IBRAHIM, 2017).

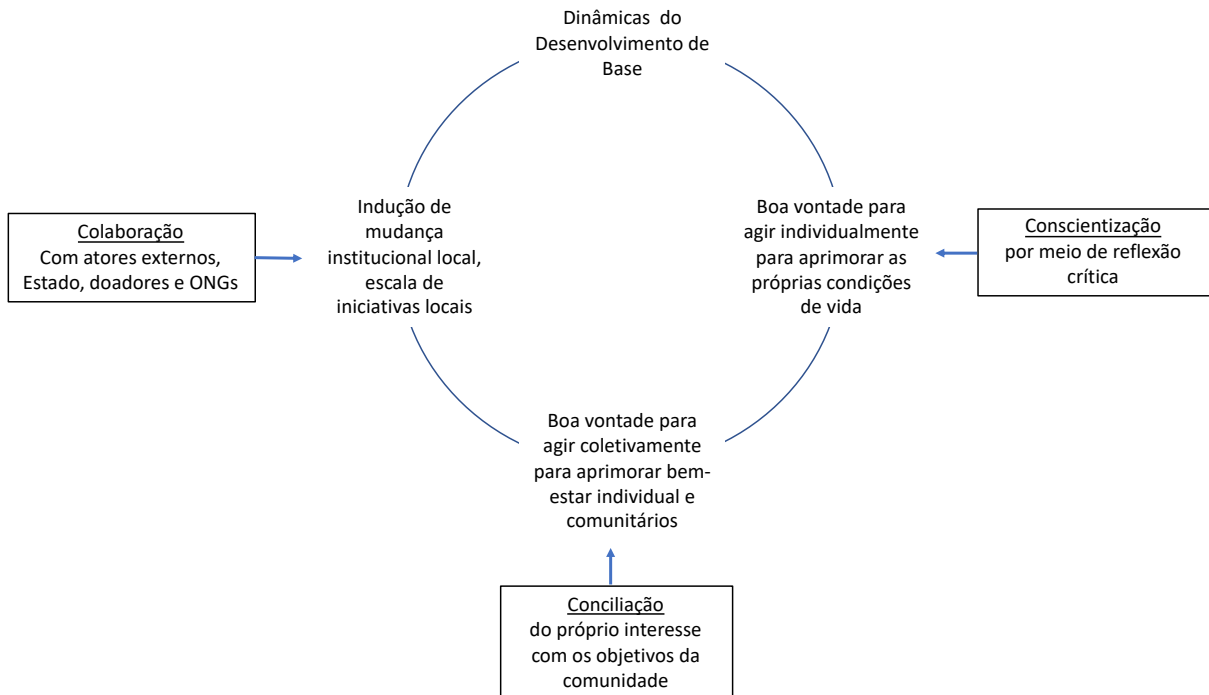
As três dimensões do modelo 3C são interdependentes e provocam mudanças nos níveis individual, coletivo e institucional respectivamente. Ainda, o modelo destaca a importância da IS no apoio à agência coletiva e nas barreiras encontradas nas relações desiguais de poder no universo das comunidades locais fortalecidas nas ações de planejamento, implementação e apoio em projetos sustentáveis e escaláveis nas bases, no chamado sentido *bottom-up*.

Como a Inovação Social na base busca apresentar soluções para problemas sociais cotidianos, e considerando que populações vulneráveis sofrem por conta das limitações oriundas da ausência de desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas, Ibrahim sugere que o engajamento e trabalho em ações de agência gerem capacidades coletivas dos quais cada indivíduo sozinho não poderia adquirir (IBRAHIM, 2017).

Como uma forma de se aferir e avaliar o desempenho da ISB, o modelo 3C traz aspectos e riscos que devem ser observados na implementação das mudanças ocorridas nas sociedades que protagonizam a ISB. Os aspectos são: sucesso, escalabilidade e sustentabilidade.

De forma objetiva, a ISB pode ser bem-sucedida, sustentável e escalável, desde que: (1) induza a mudanças comportamentais positivas no nível individual por meio da conscientização; (2) apoie e sustente ações de agência coletiva em um nível de comum acordo por meio de conciliação; e (3) promova reformas locais em nível institucional por meio da colaboração. A Figura 5 explica como se relacionam as dimensões do modelo 3C e quem seriam os atores da sociedade envolvidos em cada etapa do processo.

Figura 7 - Modelo 3C para Desenvolvimento Liderado pela Base



Fonte: Adaptado de Ibrahim (2017, tradução da autora).

A ISB é por definição uma dinâmica coletiva do qual interagem as dimensões social, econômica, técnica e política localmente, durante a busca e o desenvolvimento dos objetivos e resultados socioambientais desejados (IBRAHIM, 2017).

Para Cunha, Benneworth e Oliveira (2015), a Inovação Social é principalmente sobre processos de mudança em si mesmo, é ao mesmo tempo meio e fim. Por isso é tão relevante esclarecer um pouco sobre cada um dos aspectos apontados pelo modelo 3C para aferição e avaliação dos processos de ISB. No aspecto de sucesso não se trata de medir meramente resultados de projetos ou programas, mas sim levar em conta o processo com que a ISB vem acontecendo. As métricas para avaliar sucesso nas intervenções na base devem ser concebidas com base no empoderamento das comunidades para terem capacidade de agir e adicionar valor social, para serem resilientes em condições adversas e para sustentar as mudanças a longo prazo. Os erros e aprendizados também se somam positivamente no entendimento do que é sucesso, bem como a capacidade dos indivíduos e comunidades em reconhecê-los e evitar repeti-los conscientemente (IBRAHIM, 2017; ZIEGLER, 2017a).

Em estudos de ciência transdisciplinar, o sucesso de um projeto ou iniciativa deve considerar a duração, o contexto atual e a provável continuação. Esses elementos influenciam os atores envolvidos, as agendas trabalhadas e o networking ativado e aumentado na perspectiva de alcance de mudanças sistêmicas e sustentáveis (ROUX et al., 2017).

No aspecto sustentabilidade dos processos, quando tratamos de ISB, o critério de avaliação deve ser baseado nos efeitos nas vidas dos indivíduos e da comunidade. Não se trata apenas de observar a qualidade de vida no ato da avaliação, mas sim identificar o impacto no longo prazo da Inovação Social provocada. Este aspecto traz à tona uma discrepância nos objetivos das ações e processos que levam às mudanças efetuadas. Enquanto o interesse das comunidades está no atingimento de mudanças positivas em suas vidas a longo prazo ou até de forma permanente, o Estado, a filantropia outros atores que propiciam a realização dos projetos estão focados em resultados de curto prazo ou imediatos, visando justificar e demonstrar o desenvolvimento de seus próprios trabalhos (IBRAHIM, 2017; ZIEGLER, 2017a).

Novamente, o olhar transdisciplinar pode completar e ajudar a entender a sustentabilidade de uma iniciativa de ISB. A elegibilidade dos atores que efetivamente participarão do processo de mudança é essencial para se pensar em médio e longo prazos. Dentre os critérios de elegibilidade, estão a amplitude do convite – quem deve estar participando-, o tempo de duração, em qual momento e os limites do envolvimento. As técnicas podem variar, mas em geral visam envolver os diferentes atores de forma equitativa, em especial em situações onde é imprescindível dar voz e poder aos grupos marginalizados (ROUX et al., 2017).

E finalmente, talvez o mais controverso dos aspectos seja a escalabilidade. Frequentemente confundida com escala, é necessário entender o contexto de iniciativas de base para esclarecer o que melhor se aplica para esse tipo de IS (IBRAHIM, 2017). Iniciativas de base, são na maioria das vezes, percebidas como soluções locais e peculiares, com poucas chances de escala no sentido de maior abrangência, cobertura, tamanho. Como são iniciativas muito próprias de determinado contexto local, seria muito difícil implementar algo similar em novas geografias. Porém, a ISB não deve ser percebida apenas como um incidente isolado. Deveria sim ser um modelo, processo ou solução com chance de ser parcialmente implementado em outras localidades, dadas as devidas considerações para que se preserve o desejo da comunidade local (IBRAHIM, 2017; ZIEGLER; KARANJA; DIETSCH, 2013).

Ações, ideias e produtos de IS em geral, podem ser difundidas por meio de replicação, ganho de escala e tradução ou adaptação para outros contextos (IBRAHIM, 2017; GASPARIN et al., 2020).

Especialmente na América Latina, os problemas e soluções para ISB são na maioria das vezes similares, o que não quer dizer que a forma para inovar seja padronizada ou única. Há de se respeitar a autonomia local sempre (CEPAL, 2014, 2018).

À luz do *capability approach* de Sen (1990, 2001), Ziegler (2010) e Ibrahim (2017) explicam o papel das IS para a realização de novas combinações de capacidades que surgem ao longo da jornada e defendem que é justamente por meio de efetivações, capacidades e agência que o desenvolvimento humano é estimulado e conseqüentemente, provocaria a Inovação Social na base.

O modelo 3C, visa apontar processos para se conceituar, operacionalizar e entender as dinâmicas de ISB, adotando-se o *capability approach* como uma orientação maior para apoiar a agência coletiva, gerar novas capacidades nas comunidades e desafiar relações de poder desiguais dentro das comunidades locais e entre os demais atores em eventuais intervenções no território. Em especial, quando a discussão sobre capacidades se concentra nos estudos econômicos ou organizacionais, que segundo Amartya Sen (1993, 2001) podem trazer em seu escopo muitas possibilidades de adaptação por conta de seu caráter multidisciplinar (IBRAHIM, 2017; SEN, 1993, 2001).

O modelo 3C de Ibrahim também foca puramente na ISB com ênfase na promoção de mudanças sociais e na habilidade de lidar com as falhas do mercado e do Estado em uma perspectiva *bottom-up*, bem como identifica barreiras que afetam tais inovações (IBRAHIM, 2017).

Complementar ao modelo 3C de Ibrahim (2017), Marta Gasparin et al. (2020) desenvolveram um framework que sugere um modelo de negócios para IS. A iniciativa dos pesquisadores veio a partir de uma visão para PMES, que raramente são considerados em estudos e acabam diluídos em meio a uma vasta oferta de técnicas, estratégias e processos para gestão de inovação.

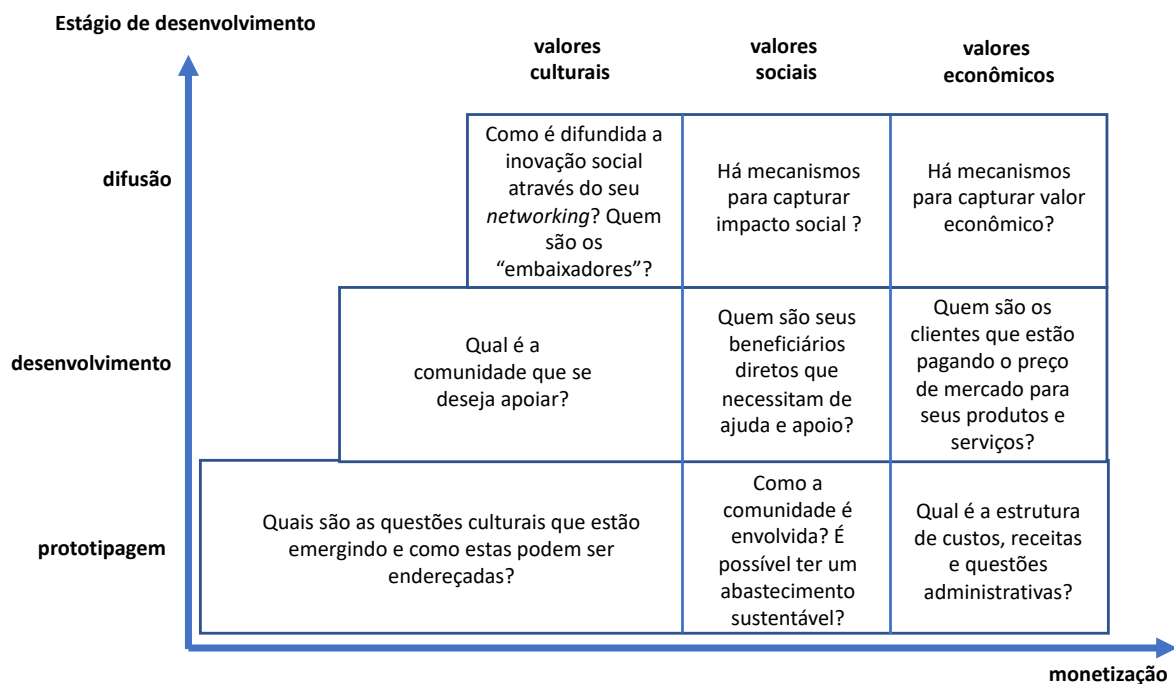
Empreendimentos sociais são aqueles que surgem com propósitos ligados a valores culturais, sociais e ecológicos (GASPARIN et al., 2020). Um dos principais desafios dos PMES é desenvolver um modelo de negócios que efetivamente apoie a IS na geração de valores sociais, ecológicos e culturais em vez de ganhos econômicos apenas (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; SPIETH et al., 2019; PORTALES, 2019; GASPARIN et al., 2020).

Segundo o framework de Gasparin et al. (2020), o processo de IS se inicia com um pequeno ou médio empreendimento reconhecendo um problema social que precisa ser endereçado para incrementar ou estimular resiliência em comunidades locais. Sendo assim, esses empreendimentos são movidos por cuidados visando melhorar a vida dos comunitários e criar coesão social. Pequenos e médios empreendimentos locais não buscam simplesmente resolver um problema social, mas estabelecer um caminho sustentável de longo prazo para superar uma dificuldade específica, dos quais somente governos, ou empresas, ou comunidades

não seriam capazes de superar (GASPARIN et al., 2020). Aqui também se insere o potencial de mudança de paradigma, dependendo da profundidade de mudança observada na IS (ZIEGLER, 2010; IBRAHIM, 2017; GASPARIN et al., 2020).

Da mesma forma, Gasparin et al. (2020) identificaram em sua pesquisa que os modelos, técnicas e ferramentas sugeridos para elaboração de planos de negócios se mostraram inadequadas para IS, pois não refletiam: (a) uma abordagem dinâmica e interativa, típica de ambientes colaborativos, demandada pelo ambiente desafiador vivido por PMES; (b) a principal motivação das instituições, que são valores sociais, ecológicos e culturais; (c) o processo de criação de um modelo de negócios para PMES deve contemplar as fases de prototipagem, desenvolvimento e difusão separadamente, assim como seus distintos recursos. Assim, os pesquisadores criaram um framework que guia a elaboração de um plano de negócios para IS, conforme explica a Figura 8, a seguir.

Figura 8 - Framework para Elaboração de Plano de Negócios para IS



Fonte: Adaptado de Gasparin et al. (2020, tradução da autora).

Cabe aos PMES identificar e trabalhar sobre alternativas que estejam em consonância e apoiem suas propostas de valor. Sejam elas novas fontes de recursos ou canais que ajudem a cobrir custos, se conectar a novas redes de contatos, ou ainda explorar oportunidades internacionais de investimentos de impacto, programas de agências de cooperação, combinar filantropias e investimentos de risco, entre outras (GASPARIN et al., 2020).

Uma prática muito comum no âmbito da melhor gestão de PMES é dividir a instituição em duas ou mais funções, onde são separadas as frentes que geram valor econômico das que reinvestem parte do valor econômico em atividades sociais, que ainda podem ou não ter produtos ou experiências comercializadas a preços simbólicos com apelos de causas (ZIEGLER, 2021; GASPARIN et al., 2020).

Para garantir que o modelo de negócio para IS criado por Gasparin et al. (2020) tivesse uma abordagem progressiva, levando em conta as etapas de desenvolvimento, o uso de protótipos e o nível de monetarização que sustentasse a IS para um crescimento orgânico dos negócios, foram definidas as seguintes quatro dimensões estratégicas, conforme o Quadro 2, a saber:

Quadro 2 - Quatro dimensões estratégicas para sustentação do crescimento de PMES

Dimensões	Objetivo desta dimensão
Processo	A análise começa pela identificação de necessidades sociais e a definição de ideias inovadoras para atender tal necessidade. Mapeamento dos valores.
<i>Networking</i>	<i>Networkings</i> internos e externos de beneficiários e clientes precisam ser mobilizados para cocriar valores sociais, culturais e ecológicos e ao mesmo tempo sustentar, ganhar e reter valores econômicos para entregar os valores citados.
Valor Econômico	Como apoiar o crescimento econômico orgânico da instituição.
Impacto	Criar mecanismos de captura dos impactos culturais, ecológicos, sociais e econômicos sobre a sociedade, e para os PMES.

Fonte: Adaptado de Gasparin et al. (2020, tradução da autora).

Ainda, seguindo a premissa de que o modelo de negócios é a ponte entre a estratégia e a tática, sendo que esta última é uma referência com base nas escolhas apontadas pelo plano de negócios, ter uma estratégia torna-se vital para que o desenho e a implementação do modelo de negócios seja viável e bem-sucedido, mesmo que demande maior complexidade em termos de governança para monitoramento, controle e constante readaptação para tomadas de decisão mais coerentes. Isso se aplica em especial para PMES que entregam IS em um contexto de economia de transição (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; SPIETH et al., 2019; PORTALES, 2019; GASPARIN et al., 2020).

Em ambos os modelos selecionados – Ibrahim (2017) e Gasparin et al. (2020), as dinâmicas para ISB ganham complexidade por serem mais orgânicas e uma das maneiras de garantir a melhor performance dos processos, bem como sustentar as relações e resultados ao longo do tempo é por meio de estruturas sólidas de governança (PORTALES, 2019; GASPARIN et al., 2020; IBRAHIM, 2017).

2.4 A GOVERNANÇA COMO ELEMENTO CHAVE NA ISB

Desde que Elinor Ostrom, primeira mulher premiada pelo Nobel de Economia, em 2009 desenvolveu a teoria dos bens comuns, no qual a cooperação, no sentido de ação coletiva entre indivíduos, seria uma alternativa real para a resolução de problemas comuns, as pesquisas voltadas para campos da administração, empreendedorismo, vulnerabilidade, resiliência e Inovação Social avançaram aceleradamente, em especial por movimentos sociais, acadêmicos e cientistas sociais (OSTROM, 1990, 2009; MCGINNIS, 2011; VELICO; GÁRCIA-LOPEZ, 2018; CONTIPELLI, 2019).

Ostrom (1990) confrontou diretamente a proposta de Garret Hardin elaborada em 1968 e conhecida como “A Tragédia dos Comuns”. Neste modelo, Hardin defendia que não seria esperado que indivíduos cooperassem frente a problemas comuns, configurando o tradicional “egoísta racional” (HARDIN, 1968; OSTROM, 1990; OSTROM et al., 1999; VELICO; GÁRCIA-LOPEZ, 2018; CONTIPELLI, 2019).

Usando a antropologia e a economia, Ostrom (1990) identificou que indivíduos tem como prática a cooperação para enfrentamento e solução de problemas comuns e detectou dois principais aspectos à gestão de problemas comuns: 1) que estes demandam alternativas que não dependam apenas de soluções estatais e de mercado para problemas comuns, como fornecimento de saúde, educação, alimentação ou a degradação ambiental; 2) a solução para problemas comuns são baseadas na cooperação e/ou solidariedade auto-organizada.

Ela também identificou algumas instituições de regulação do comportamento humano em arranjos coletivos – dos quais se denominam governança. Uma de suas conclusões foi de que os seres humanos não seriam capazes de sustentar bens comuns sem uma ação coletiva e que esses bens comuns estão sempre vulneráveis às situações de esgotamento, uso excessivo ou como objetivos de dilemas sociais (OSTROM, 1990; OSTROM et al., 1999; VELICO; GÁRCIA-LOPEZ, 2018; CONTIPELLI, 2019).

Nesse sentido, a base para superar o desafio da ação coletiva é promover a governança. Para Ostrom (2003), a governança está ligada à auto-organização de comunidades dos quais, eventualmente, pode dispensar, mas não excluir intervenções do mercado e do Estado. Governança é o processo pelo qual regras, princípios e estratégias que orientam o comportamento humano dentro de um determinado universo e rege assim como as interações podem ser formadas, aplicadas e eventualmente reformuladas (OSTROM, 2003; VELICO; GÁRCIA-LOPEZ, 2018; WIT, 2020).

Trazendo para uma realidade local, McGinnis (2011) descreveu governança como a capacidade que as comunidades têm de se organizarem, mesmo em diferentes locais e momentos, mas sempre com o objetivo de gerir um bem comum por meio de condições que o torne mais efetivo, eficiente e estável, garantindo assim sua sustentabilidade (MCGINNIS, 2011). Ele também relacionou as facilidades ou dificuldades passadas ao longo da superação do desafio da ação coletiva com a capacidade que os indivíduos possuem de se organizarem e modificarem as instituições que regem seus comportamentos (OSTROM, 2003; MCGINNIS, 2011; WIT, 2020). Tanto Ostrom quanto McGinnis indicam que os indivíduos cooperem adotando normas de "confiança e reciprocidade", assim podem se comunicar através de interações repetidas e observar o comportamento dos outros (OSTROM, 2009; OSTROM et al., 1999; MCGINNIS, 2011; CONTIPELLI, 2019).

Ostrom (1990, 2009) argumenta que a maior parte dos indivíduos seriam cooperadores condicionais, onde eles iniciam na prática de colaboração como uma espécie de teste, para verificar resultados e, no caso de uma experiência bem-sucedida, seguem colaborando e aprimorando os sistemas de regulação e operação da prática (OSTROM 1990, 2009; OSTROM et al., 1999; VELICO; GARCIA-LOPEZ, 2018). Ainda, a decisão dos indivíduos de cooperarem seria inicialmente motivada por uma questão de custo-benefício, onde seu próprio bem-estar pessoal poderia ser melhorado. Nesse sentido, o bem-estar poderia incluir algumas regras ou princípios onde o bem-estar de outros indivíduos também fosse contemplado, configurando altruísmo, característica oposta do que é descrito por Hardin (1968), com o egoísmo (OSTROM 1990, 2009; CONTIPELLI, 2019).

Nos estudos de governança, a maior contribuição do casal Ostrom foi quanto a policentricidade dos arranjos. Inicialmente tratado apenas nas instâncias de governo, onde estas interagem para que regras fossem aprimoradas e cumpridas, a governança policêntrica se revelou umas das práticas mais eficientes para que ações coletivas fossem alcançadas, mesmo frente a distúrbios e situação de mudança forçadas. Sua aplicação em gestão de comunidades locais também se mostrou bem-sucedida e ao mesmo tempo em linha com uma realidade dinâmica especialmente em localidades sujeitas a impactos de mudanças climáticas, como alteração dos ciclos de chuva, secas extremas, enchentes entre outros (OSTROM; TIEBOUT; WARREN, 1961; OSTROM, 1999; OSTROM, 2009; CONTIPELLI, 2019).

O policentrismo é o gerenciamento de atividades sociais que ocorre em múltiplas unidades inter-relacionadas, que primordialmente funcionam como centros individuais, que por sua vez organizam as ações e relacionamentos com as demais unidades. Todas as unidades têm

um objetivo maior comum e toda dinâmica das relações se dá visando alcançar tal objetivo maior (CONTIPELLI, 2019).

Por outro lado, a governança policêntrica também é vulnerável em certa medida. Por estar sujeita a tensões entre atores, bem como a trocas e interações institucionais negativas. A complexidade de se contar com um vasto espectro de partes interessadas implica buscar pelo constante equilíbrio entre a participação de todos e os respectivos mandatos de tomada de decisões. Bons exemplos práticos são as negociações de *trade-offs* entre vários usuários de serviços ecossistêmicos, como carbono, água, biodiversidade e uma comunidade local que sustenta e protege florestas provedoras de tais serviços. Em suma, manter uma rede de atores unida, muito bem gerenciada em termos de metas, compromissos cíclicos de planejamento estratégico, assembleias e comunicação clara seria uma forma competente de evitar descompassos e conflitos políticos, dos quais todo sistema de governança estaria sujeito (OSTROM, 2009; BIGGS; SCHLÜTER; SCHOON, 2015; CONTIPELLI, 2019).

Para além das funcionalidades regionais e locais, especialistas também se deparam com a versatilidade da proposta de governança policêntrica na busca de soluções para problemas globais, como as mudanças climáticas, por exemplo. Neste caso, trata-se de uma colaboração em todos os níveis em prol do controle e gestão da crise, com acúmulos de resultados de ações de indivíduos, pequenos grupos (no caso da Amazônia famílias extrativistas), empresas privadas, governos locais, subnacionais e nacionais, mas que interagem em ações complementares e complexas, mas com alto nível de confiança e reciprocidade (OSTROM, 2009; COLE, 2011; CONTIPELLI, 2019).

Daniel Cole (2011) atribui um grande potencial de sucesso às instituições de governança global, que são por definição policêntricas, pois seria impossível operar um sistema internacional com a definição de metas e respectivas implementações localmente sem o policentrismo (COLE, 2011; CONTIPELLI, 2019). Elinor Ostrom complementa muito bem o pensamento de Cole ao ressaltar que há um risco quando o controle dos problemas globais, como mudanças climáticas, é tratado apenas na dimensão internacional, pois abala diretamente os níveis de confiança e de reciprocidade, enquanto que cidadãos e instituições deveriam estar certos e seguros de que as ações estão sendo implementadas em seu cotidiano de vida social e também estariam sendo cumpridas em outras localidades do mundo (COLE, 2011; OSTROM, 2009; CONTIPELLI, 2019).

Assim, Ostrom (2010) brilhantemente mostra que uma nova forma de governança climática *bottom-up*, a partir de padrões policêntricos seria a melhor das soluções para os avanços nessa agenda. Segundo ela, a principal vantagem do conceito de governança

policêntrica, é justamente sua estrutura de governança multinível, com múltiplos atores e setores agindo na tomada de decisões, regidos por um sistema de regras rígido e monitorado. Ostrom, também é objetiva quanto à relevância da integração vertical e horizontal, o que tornaria a governança climática mais factível e efetiva (COLE, 2011; OSTROM, 2009; CONTIPELLI, 2019; WIT, 2020)

Além disso, a perspectiva policêntrica e sua proposta de governança multinível propicia um ambiente favorável para a experimentação, o processo de escolha e aprendizado dentro de organizações sociais, o que promove sobremaneira a inovação, a adaptação, e transformação tão desejados para se alcançar resultados mais equitativos e sustentáveis (OSTROM, 2009; BIGGS; SCHLÜTER; SCHOON, 2015; CONTIPELLI, 2019).

3 OS POVOS TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA LEGAL

A Amazônia Legal abriga atualmente cerca de 28 milhões de habitantes (IBGE, 2021). Devido à grande diversidade de grupos humanos, sejam estes nativos da própria Amazônia, migrantes ou imigrantes, há grande necessidade de se estabelecer cuidados específicos quanto à etnia, raça, gênero, faixa etária, tradição e cultura, a fim de aprimorar estudos, políticas públicas, resguardo de direitos e desenho de programas e projetos de sustentabilidade adequados e que façam sentido para a região (BECKER, 1999; BECKER; COSTA, 2007; ABRAMOVAY, 2020).

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), estes são

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, recurso online).

Em 2019, o Ministério Público Federal (MPF) lançou a Plataforma de Territórios Tradicionais (PTT), a partir de um cruzamento de dados inédito de cadastros governamentais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Cadastro Único (CadÚnico) – registro federal voltado a famílias de baixa renda. A PTT mostra a localização de comunidades tradicionais em todo o Brasil. Apesar de ser o maior levantamento de dados já feito para essa finalidade, há defasagem nos dados por conta de que os cadastros federais classificam apenas 7 das 29 categorias de povos tradicionais reconhecidos pela União por meio do Decreto 8.750, de 9 de maio de 2016, ao instituir o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Desde a criação da PTT, o MPF vem ampliando sua base de dados, em colaboração com a cooperação internacional, ONGs e igrejas para ampliar a cobertura e a acuracidade dos dados da plataforma (BRASIL, 2022).

Um outro impasse no reconhecimento e catalogação das populações tradicionais no Brasil deve-se ao fato de que o tamanho e a sociodiversidade da Amazônia impõem entendimentos muito distintos sobre o que são direitos coletivos sobre seus territórios, que é incompatível com o ordenamento jurídico brasileiro desde a Lei de Terras de 1850, que tem

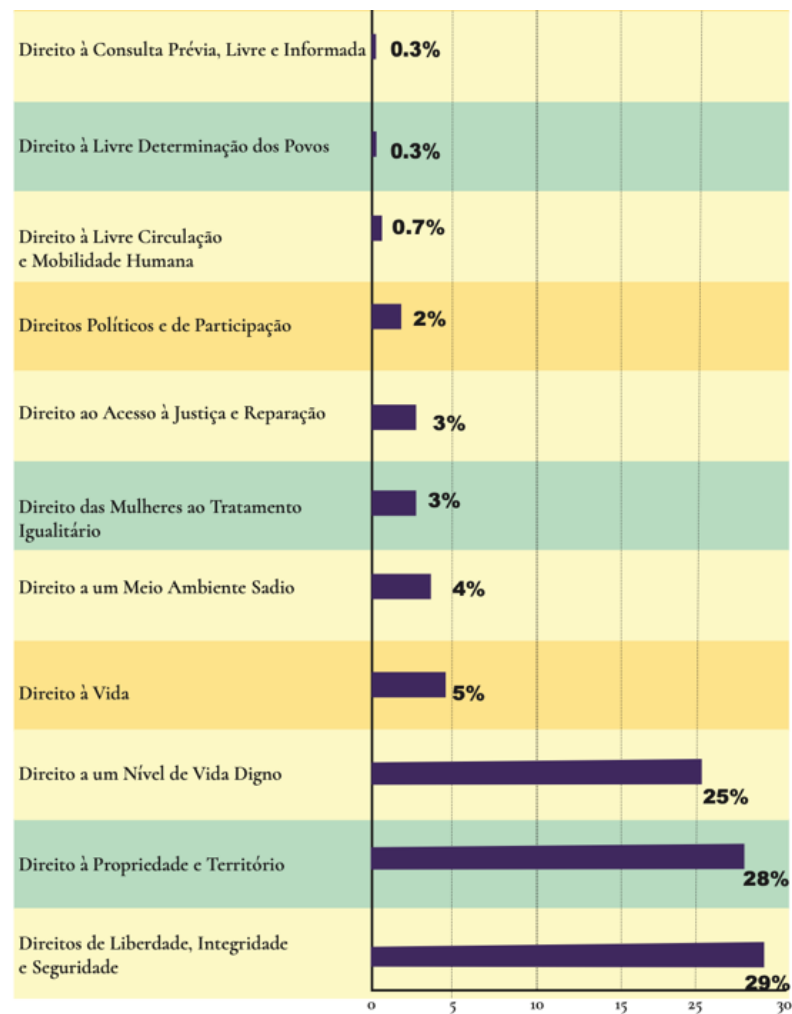
como base a propriedade da terra sendo de um indivíduo ou grupo (proprietário) ou do Estado. Assim, territórios comuns, como é entendido e praticado pela maioria das populações tradicionais, causam dificuldades ao sistema jurídico brasileiro (BECKER, 1999, 2010; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014; TOLEDO et al., 2017).

Berta Becker, na mesma linha do que sugere Elinor Ostrom com seu arranjo de governança policêntrica, ressalta que territórios comuns não significam ausência de regras para seus usos. Na verdade. Muitos desses territórios já desenvolveram e praticam regras específicas detalhadas, inspirando novas linhas do direito consuetudinário. São justamente essas regras que garantem e asseguram a governança local. Os protocolos comunitários são um exemplo de como se elabora todo um conjunto de princípios, valores, regras e planos de vida para esses povos e seus territórios (OSTROM, 2010; CONTIPELLI, 2019).

Ainda sobre as condições em que os povos tradicionais da Amazônia vêm sobrevivendo há séculos, devido ao seu modelo de desenvolvimento, onde predomina o desmatamento e degradação florestal, a Amazônia vem perpetuando seus conflitos sociais, ilegalidade e subdesenvolvimento econômico. Segundo o Imazon (2021), em 2020, a Amazônia Legal gerou cerca de 52% das emissões de gases de efeito estufa do Brasil, ao passo que participou somente com 9% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional (IBGE, 2018; AMAZON, 2021).

Também não é surpresa que a região é marcada por indicadores sociais e econômicos inferiores a outras regiões ou Estados Brasileiros, com destaque para a baixíssima qualidade de vida, alta violência e violação de direitos, especialmente aqueles ligados à manutenção de uma vida digna, conforme demonstra a Figura 9 (IMAZON, 2021; REPAM, 2019).

Figura 9 - Direitos Violados relacionados ao Modelo de Desenvolvimento Extrativista no Brasil para a Amazônia Legal



Fonte: REPAM (2019, p. 21).

3.1 A PRODUÇÃO TRADICIONAL AMAZÔNICA NA NOVA LÓGICA DE MERCADO

Muitos são os exemplos em que o manejo tradicional de produtos da sociodiversidade da Amazonia é mais consistente e eficiente em termos de preservar as propriedades nutricionais, fitoterápicas e a qualidade desses produtos, ao mesmo tempo que essa forma de manejo contribui para a conservação do meio ambiente e cultura amazônica: açaí, castanha, cacau, pescado, entre outros (BECKER, 2009; SOUZA, 2019).

O caso estudado nesta pesquisa, tem a comunidade extrativista do Bailique como agente promotor e beneficiária da ISB. Para que tal transformação social acontecesse, além do fortalecimento e valorização da identidade do extrativista e do ribeirinho, enquanto populações tradicionais, essa comunidade também foi capaz de identificar todas as cadeias de valor da

sociobiodiversidade que caracterizam sua localidade e história. E destas, priorizaram o açaí (AGOSTINI; RAMOS, 2020).

Segundo Brondizio (2021), a expansão global do açaí não seria possível sem o conhecimento do agricultor ribeirinho, pois a partir dessa população tradicional é de onde emerge a mais importante economia agrícola-agroflorestal de identidade regional brasileira.

Este fruto da espécie *Euterpe oleracea* cresce em uma palmeira nativa da região amazônica e está naturalmente presente na bacia amazônica e nas florestas de várzea do estuário amazônico, em uma área estimada em um milhão de hectares e é parte da dieta diária de quem vive na Amazônia (BECKER, 2010; FIBRGR; SATÍNSKY; SOLICH, 2017; SOUZA, 2019). Seu manejo há mais de 3 séculos já é conhecido e documentado, mas relacionar a produção de açaí a mercados aconteceu a partir de meados da década de 1970, em especial na região do delta do Amazonas por conta da alta demanda regional por açaí como alimento básico em capitais como Belém e Macapá. Estudos ligados ao processo de urbanização e metropolização dessas capitais também explicam a demanda mais concentrada nessa região (BECKER, 2010; FIBRGR; SATÍNSKY; SOLICH, 2017; SOUZA, 2019).

O censo agropecuário do IBGE de 2017, aponta que aproximadamente 80% da produção de açaí é obtida por meio de atividades extrativas, enquanto os 20% restantes vêm de campos manejados e cultivados, e que 85% dos produtores de açaí são proprietários, seja nas modalidades agrícola ou extrativismo vegetal (IBGE, 2017). Esta estatística se explica pela relação cotidiana e pelos saberes locais, com base na intensificação dos sistemas agroflorestais de açaí, chamados de “açaizais”, bem como no manejo das áreas de várzea, praticadas por famílias ribeirinhas há gerações. Foi do trabalho de ribeirinhos que veio a resposta rápida para atender as altas demandas de mercado observadas desde os anos 90. Com destreza e domínio do conhecimento agroflorestal local, esses produtores, percebidos como pequenos e médios, foram responsáveis por desbravar e desenvolver uma alternativa real e viável que além de movimentar a economia, ainda contribui para a conservação da natureza e evita desmatamento, que é o maior vetor de degradação das florestas e a maior fonte de emissão de gases de efeito estufa do Brasil (BRONDIZIO, 2021; IBGE, 2017; TOLEDO et al., 2017).

Porém, o extrativista ou agroextrativista é tido como um agente passivo na cadeia, que recebe os benefícios da floresta em uma narrativa romântica de que esta população precisa de pouco para sobreviver, ou ainda, de que não tem capacidade para alcançar mercados com escala e regularidade de produção. Assim, as etapas de expansão econômica e agregação de valor ao produto acabam sendo desenvolvidas por outros empreendedores, que muitas vezes lucram

mesmo estando distantes milhares de quilômetros da fonte desse extrativismo (BRONDIZIO, 2008, 2021; SANTOS; RIBAS, 2012).

Iniciativas de ISB da Amazônia, que têm o açaí como cadeia de valor prioritária, aconteceram em especial na última década, ao mesmo tempo em que houve aumento do consumo do açaí, que rapidamente ganhou reconhecimento nacional e internacional por seus atributos nutricionais, com destaque dentro do conceito das novas “superfrutas” (YAMAGUCHI et al., 2015; BRONDIZIO, 2008, 2020).

Hoje, o açaí é exportado para diversas regiões do mundo, principalmente para o preparo de bebidas nutritivas e energéticas, bem como tem sido usado na indústria de cosméticos. É uma fonte de energia, fibras, antocianinas, minerais e ácidos graxos. Seu extrato é conhecido pela abundância de polifenóis em sua composição, como as antocianinas e por seu potencial antioxidante e propriedades anti-inflamatórias (YAMAGUCHI et al., 2015; BRONDIZIO, 2008, 2020).

De acordo com o IBGE, entre 2007 e 2016 a extração de açaí (em toneladas) cresceu 200%. No Estado do Amapá, no mesmo período, o crescimento da extração do açaí foi superior a 250%. Dados mais atuais do IBGE (2017) mostram que, em 2016, foram produzidas no Brasil 215.609 toneladas de bagas de açaí, correspondendo a R\$ 53.983,6 milhões. No Amapá, foram produzidas 2.627 toneladas, o que equivale a R\$ 3.942 milhões. Os dados sugerem que o açaí é um produto em alta, tanto no mercado interno quanto no externo. Porém, para agregar valor a esse produto para as comunidades ribeirinhas do açaí, em empreendimentos de pequeno e médio porte comunitários, é estratégica a expansão da cadeia produtiva em direção à industrialização de alimentos enriquecidos ou suplementos alimentares com pretensão funcional (IBGE, 2017; CRUZ; PORTELLA, 2021; TURRA et al., 2022).

Conforme estudo de Fibrgr, Satínsky e Solich (2017), o mercado de alimentos naturais, orgânicos e funcionais cresceu 98% no Brasil entre 2009 e 2014. Em 2014, esse mercado no Brasil movimentou US\$ 14,6 bilhões. O mercado de alimentos funcionais e fortificados é uma das mais novas tendências que crescerá gradativamente nos próximos anos. Considerando que o mercado mundial de suplementos alimentares é hoje um dos cenários mais promissores da indústria de alimentos (FIBRGR; SATÍNSKY; SOLICH, 2017), e no caso do açaí há muito a se desenvolver em termos de ciência e tecnologia para viabilizar, por exemplo, melhores formas de se produzir polpa de açaí natural ou congelada, liofilizada e outros produtos de maior valor agregado como subprodutos que seja comercializados como princípio ativo de fórmulas cosméticas, farmacêuticas e de suplementação alimentar (ABRAMOVAY, 2020; FIBRGR; SATÍNSKY; SOLICH, 2017; JOLY; NOBRE, 2020)

O cientista Carlos Nobre, em seu trabalho no Projeto Amazônia 4.0 reforça a relevância das tecnologias para que seus usos e aplicações sustentem os ativos biológicos da Floresta Amazônica, com destaque para os produtos nativos como açaí, castanha e cacau, por meio de novas técnicas de plantio, como a agroflorestal, que é muito mais adequada à realidade da região (JOLY; NOBRE, 2020).

Nesse sentido, a chamada “bioeconomia da Amazônia”, não seria apenas um modelo de extração com base em um modelo forte de investimento similar aos usados para as *commodities* do agronegócio ou mineração, que demandam retorno econômico rápido, com indicadores imediatos como quantidade de empregos gerados, novos empreendimentos alavancados, ou abertura de empresas e o volume de recolhimento de impostos. Estamos diante de uma oportunidade única de adotar um novo sistema de sustentabilidade socioambiental, com a valorização das culturas e do conhecimento locais, promovendo a integração entre o conhecimento tradicional com o desenvolvimento tecnológico (ABRAMOVAY, 2020; BECKER, 2010; JOLY; NOBRE, 2020).

Nesse viés, o maior ganho ao se fortalecer a cadeia do açaí a partir da consolidação de um produto reconhecidamente como regional, com qualidades socioambientais positivas é justamente a oportunidade de se pôr em prática uma transição para uma economia de transformação, agregação de valor e principalmente de inclusão social. Afinal, trata-se de uma agricultura única amazônica, que não promove desmatamento e está profundamente relacionada à realidade dos extrativistas oriundos de comunidades de base, que contam com um arranjo de organização que contempla toda família e sociedade local. É imprescindível reconhecer e valorizar as capacidades dos produtores ribeirinhos e seus saberes tradicionais aprimorados com o encontro das ciências e tecnologias (ABRAMOVAY, 2020; BRONDIZIO, 2020).

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa qualitativa e seguirá a lógica indutiva, sob uma perspectiva interpretativista, com ênfase na importância dos significados subjetivos e sociopolíticos, nas ações simbólicas e na forma como as pessoas constroem e reconstróem sua própria realidade (SACCOL, 2009).

Para Denzin e Lincoln (2006), uma vez escolhida a abordagem interpretativa do mundo, seus pesquisadores devem estudar as coisas em seus cenários naturais, para que possam entender os fenômenos por meio dos significados que as pessoas atribuem a eles. De caráter exploratório no que se refere aos seus fins, durante a sua realização, a pesquisa possibilitou que alguns indícios fossem emergindo, se revelando, sem o rigor ou a ansiedade de se chegar a resultados definitivos e/ou conclusivos ao longo da jornada (CRESWELL, 2017; SACCOL, 2009).

Ainda, para esta pesquisa foi adotada a estratégia de estudo de caso. Para Stake (2011), a opção por estudos de caso é um caminho bem comum na pesquisa qualitativa, onde se destaca o conhecimento experiencial do caso, com ênfase na sua influência no contexto, seja ele social, político, entre outros. Segundo Yin (2001), esta é uma estratégia muito adequada para perguntas de pesquisa compostas por “como” ou “por que”, e onde o pesquisador teria pouco ou nenhum controle sobre os eventos, afinal, todo foco se concentra no fenômeno contemporâneo inserido em algum contexto da vida real. Ainda, um estudo de caso possibilita conclusões analíticas mais profundas sobre caso específico, sendo possível a expansão da teoria escolhida (YIN, 2001).

Saccol (2009) explica que todo o processo de investigação deve ser flexível, sendo complementado pela visão dos atores pesquisados, com abertura para a sensibilidade do contexto em que se realiza a pesquisa, em estudos interpretativistas. Da mesma forma, afirma que “os métodos utilizados para o paradigma interpretativista são essencialmente qualitativos”, e para melhor se compreender uma história ou fato, faz-se necessário compreender antes cada uma das partes e como se configura o todo, e daí estuda-se novamente cada parte. Essa é uma das razões pelo qual o Estudo de Caso é uma das estratégias mais utilizadas na área da Administração (SACCOL, 2009, p. 262-263).

4.1 CRITÉRIOS DE QUALIDADE DA PESQUISA INTERPRETATIVISTA

Uma pesquisa interpretativista deve seguir critérios metodológicos bem robustos, que exigem do pesquisador muita preparação prévia (SACCOL, 2009). Com base nos estudos de Klein e Myers (1999) e Pozzebon (2004), a presente pesquisa seguiu os seguintes critérios para garantir a qualidade do estudo:

- a) princípio do círculo hermenêutico: o todo é formado por partes e ainda a análise vai e retorna o todo para as partes e das partes para o todo com o objetivo de se checar eventuais contradições;
- b) contextualização: não há foco em se controlar ou prever eventos, mas sim em compreendê-los profundamente, visando o entendimento do fenômeno pelo contexto em que ele está inserido;
- c) autenticidade: em estudos de caso, deve se aplicar a entrevista de profundidade com o objetivo de demonstrar interação suficiente com os sujeitos da pesquisa, bem como acesso devido a documentos;
- d) interação entre pesquisador e pesquisados: os resultados da pesquisa serão influenciados pelos valores e conhecimentos prévios do pesquisador. Sendo necessário ganhar a confiança dos atores pesquisados;
- e) raciocínio dialógico: requer que o pesquisador confronte suas lentes de análise originais da pesquisa ao longo do desenvolvimento da pesquisa;
- f) múltiplas interpretações: o pesquisador deve analisar múltiplos pontos de vista e ainda deve aprofundar a compreensão dos dados coletados;
- g) abstração e generalização: não ocorrem por inferência estatística (oposto do positivismo) mas sim pela coerência, consistência e clareza da argumentação;
- h) plausibilidade: segundo Pozzebon (2004), este critério está relacionado à habilidade do pesquisador em conectar a pesquisa com a visão de mundo ou com o que faça sentido para os leitores, visando trazer algo de novo e relevante ao público visado pela pesquisa.

4.2 O CASO ESTUDADO

O Arquipélago do Bailique está localizado a cerca de 200 km da cidade de Macapá, na foz do rio Amazonas no estado do Amapá. Suas famílias, distribuídas em 53 comunidades com cerca de dez mil habitantes, vivem do uso da biodiversidade local para subsistência, tendo

o açaí como uma das maiores fontes de alimento, renda e inspiração para seu desenvolvimento. Pioneira e avançada em processos de organizar e fortalecer sua sociedade local, a comunidade do Bailique iniciou sua jornada de Inovação Social a partir da elaboração e implementação do Protocolo Comunitário do Bailique, documento legítimo que estabelece as condições com que a sociedade local do Bailique implementará o seu plano de Vida para o território, conforme estabelecido na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) do Protocolo de Nagoia (UEAP, 2017; REDE GTA, 2014).

O Protocolo do Bailique foi idealizado proativamente pela comunidade, visando estabelecer um modelo de desenvolvimento que pudesse trazer melhorias concretas para sua população, ou seja, não foi motivado por pressões externas ou por ameaça ao território. Assim, o Protocolo do Bailique tratou de uma variedade de temas, com uma visão sistêmica, sendo inclusive um valioso instrumento de gestão territorial e de manejo sustentável de recursos naturais (AGOSTINI; RAMOS, 2020).

A partir deste Protocolo, várias outras conquistas vêm se sucedendo no Bailique, comprovando a coesão e transformação social do território, de onde se destacam:

- a) em 2016, os campos de açaí do Bailique, por meio de sua associação local, receberam a certificação *Forest Stewardship Council* (FSC), sendo o primeiro produtor de açaí certificado pelo FSC no mundo, sendo administrado por um negócio 100% comunitário, crucial para agregação de valor nos seus produtos, que resulta em melhoria da renda por meio do acesso a mercados diferenciados nacionais e globais. Essa decisão dos cooperados em certificar o açaí, além de quebrar um ciclo de dependência com os atravessadores, que compram o açaí da comunidade e o vendem nos mercados de Macapá, decidindo pelo preço e promovendo uma relação extremamente desigual e injusta com os produtores, também é parte de uma estratégia maior para se desenvolver uma educação de qualidade do território, mantendo a permanência dos jovens no território, promovendo qualidade e reforçando a relevância do contexto e realidades locais vividas pelos comunitários;
- b) em 2017, os comunitários do Bailique criaram um mecanismo de sustentação para a educação comunitária, onde 5% da venda de cada saca do açaí certificado são destinados para um fundo financeiro que é usado para a construção e manutenção das Escolas Familiares de Agroecologia no Bailique;
- c) a dinâmica de engajamento dos comunitários com as associações comunitárias, a Cooperativa de Produtores Agroextrativistas do Bailique (Amazonbai), e as

Escolas Familiares Agroecológicas (EFAs) consideram o Protocolo do Bailique como princípio para toda e qualquer ação relacionada à cadeia de valor do açaí, bem como seu funcionamento e expansão combina o desenvolvimento de um negócio de excelência de produção, industrialização e comércio do açaí, tendo a governança local como a base e a educação como “a alma do negócio”;

- d) além da certificação FSC para os campos de açaí do Bailique (aspectos sanitários, direitos trabalhistas e adequação ambiental), em 2019, a cooperativa criada pelos comunitários para aprimorar o processamento do açaí e garantir o acesso a mercados, a Amazonbai obteve a certificação FSC para serviços ecossistêmicos, uma vez que o manejo correto dos açaizais assegura a manutenção da cobertura florestal e assim a conservação dos estoques de carbono e a preservação da biodiversidade.

4.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Em relação aos dados, a triangulação foi utilizada para maior certeza na interpretação correta de como as dinâmicas se dão na prática, ou como reforça Stake (2011): “como as coisas funcionam”, o que ajuda o pesquisador a identificar fatores ou elementos que precisam de uma explicação mais detalhada do que pensado originalmente.

Nesse sentido, a triangulação de dados para esta pesquisa combinou dados secundários por meio de análise documental e dados primários obtidos através de entrevistas semiestruturadas. A análise de dados é um processo sistemático para analisar documentos que começa e complementa a coleta de dados de forma a contribuir tanto para enriquecer a triangulação de métodos, quanto para construir teoricamente, e quando combinada com dados de entrevistas e observações do pesquisador podem estabelecer maior credibilidade ao estudo pois criam-se evidências documentais (BOWEN, 2009).

Ainda, a pesquisa seguiu as etapas de análise documental desenvolvidas por Bowen (2009), sendo:

- a) 1ª etapa: “*skimming*”, que é uma primeira análise superficial, de onde se tem um panorama do material disponível;
- b) 2ª etapa: “*reading*”, realizada com a leitura atenta e investigação detalhada do material;
- c) 3ª etapa: interpretação, de onde serão elencados os temas convergentes (BOWEN, 2009).

O Quadro 3, abaixo, traz a lista dos documentos que foram analisados conforme a técnica de Bowden para esta pesquisa.

Quadro 3 - Lista de documentos analisados

Documento	Fonte	Ano	Quantidade de Páginas
Metodologia para Construção de Protocolos Comunitários - Bailique	GTA	2016	79
Protocolo Comunitário do Bailique	Comunidade do Bailique	2016	15
Diagnóstico Socioambiental da Comunidade de Franquinho, Distrito do Bailique, Macapá, Amapá, Brasil	UEAP	2017	163
Relatório anual de atividades ANAMA/AEFAC	ANAMA	2019	8
Mapa socioprodutivo do Bailique	UEAP	2020	1
Relatórios gerenciais internos, atas de assembleias e clipping da região	Amazonbai	2020	97
Relatório do Projeto de Fortalecimento da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)	UEAP	2021	154
Relatório Técnico Científico de criação do Núcleo de Desenvolvimento Territorial da PROEXT - UEAP	UEAP	2022	218

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Notas: UEAP: Universidade do Estado do Amapá.
 AEFAC: Associação Escola Família do Carvão.
 GTA: Grupo de Trabalho Amazônico.
 ANAMA: Associação Nossa Amazônia.

Para a presente pesquisa, a entrevista semiestruturada se mostrou mais adequada, permitindo que a pesquisadora, além de buscar pelo esclarecimento e elaboração de respostas em consonância com seu roteiro, pudesse ter a oportunidade de sondagem sobre novos tópicos e questões, para além dos determinados originalmente (MAY, 2004).

A coleta de dados por meio de entrevistas é uma técnica comumente utilizada no trabalho de campo, muito usada nas ciências sociais é utilizada para compreender a subjetividade do indivíduo, por meio de seus depoimentos (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017). Nesse sentido, serão necessárias preparação teórica e habilidades técnicas para coletar, transcrever e analisar os dados. Além disso, o pesquisador precisa estar atento e ciente de que as entrevistas geram compreensões ricas e únicas de experiências, dos valores, aspirações, sentimentos, atitudes entre outras situações (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017; MAY, 2004).

Atenção e rigor nessa etapa da metodologia devem ser observados, uma vez que todas as entrevistas de coleta foram realizadas virtualmente por conta do isolamento necessário por ocasião da pandemia de COVID-19 no Brasil (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017).

4.4 SOBRE A SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Esta pesquisa teve aprovação do Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Fundação Getúlio Vargas (CEPH-FGV), em 30/08/2021, visando garantir a integridade e dignidade dos participantes. Também foram seguidos todos os procedimentos e padrões de conformidade ética e jurídica, com a formalização de Termo de Consentimento junto aos participantes da pesquisa. Na mesma ocasião da apresentação do Termo de consentimento para os entrevistados, todos foram informados sobre as características, procedimentos e objetivos gerais da pesquisa, riscos e benefícios da participação, voluntariedade, direito de desistência e confidencialidade e garantia de acesso a dados.

A partir da aprovação do projeto de pesquisa pelo CEPH-FGV, foi definida uma lista preliminar de entrevistados e, usando o método Bola de Neve, foram mapeados outros potenciais contatos para entrevistas, todos ligados ao objeto de análise da pesquisa e que estivessem ativos e presentes no contexto do caso estudado ao longo da última década. Segundo Creswell (2017), a modalidade Bola de Neve é recomendada e se revela muito útil para fins exploratórios.

Também conhecida como “corrente de referência”, o método Bola de Neve é muito utilizado em pesquisas sociais qualitativas, realizado a partir e entre pessoas que partilham ou conhecem outras que possuem algumas características que são de interesse para o universo da pesquisa (BIERNARCKI; WALDORF, 1981). Ainda, o método é particularmente aplicável para esta pesquisa, afinal conta com o testemunho e o envolvimento de comunitários que foram e são agentes diretos do caso estudado, sendo necessário o conhecimento de pessoas dessa sociedade local para realizar o estudo (BIERNARCKI; WALDORF, 1981).

Três perfis distintos de entrevistados foram identificados ao longo do processo das entrevistas, sendo que todos os indivíduos eram engajados e atuantes na configuração do desenvolvimento no local. São eles:

- a) comunitários/cooperados - enquanto proprietários da cooperativa e beneficiários da organização social local. Alguns eram produtores, outros gestores das associações comunitárias e das EFAs;

- b) parceiros implementadores e financiadores: representantes de filantropia privada, investidores e consultorias de desenvolvimento local;
- c) parceiros institucionais: representantes das Escolas Familiar de Agroecologia, universidades e agentes de governo imbricados no desenvolvimento do território.

Entre setembro e dezembro de 2021 foram realizadas 15 entrevistas no total, sendo que 2 delas foram descartadas por estar com qualidade de áudio muito precária, o que comprometeu a qualidade das informações a serem apuradas e, ainda, tornando a transcrição e a análise de conteúdo inviáveis. Foram utilizadas na análise de dados 13 das 15 entrevistas realizadas, com indivíduos engajados com a transformação socioambiental do caso estudado, que envolveu comunitários, membros de movimento socioambiental, gestores das associações e negócios comunitários, representantes institucionais e agentes públicos, parceiros do setor privado, financiadores de projetos no território, ONGs nacionais e internacionais e consultores com alguma relação direta ou indireta com o caso há pelo menos 3 anos.

A identidade dos entrevistados foi preservada, e seus nomes substituídos por “Indivíduo#”, conforme detalhado no Quadro 4, abaixo.

Quadro 4 - Lista de entrevistas realizadas, agrupadas por perfil, com detalhes da data e hora da realização e duração das conversas

(continua)

Perfil do entrevistado	Pessoa	Vínculo institucional ou representante de coletivos	Entrevistas	
			Data da conclusão	Duração total
Perfil A – comunitários, cooperados (proprietários) e beneficiários no território	Indivíduo 1	Associação Comunitária Trabalhadores do Bailique)	29/09/21 – 10h	31’10’’
	Indivíduo 2	Cooperativa Extrativista Amazonbai	13/10/21 – 16h	19’58’’
	Indivíduo 3	AEFAC e ANAMA	15/10/21 – 14h (2 partes)	54’42’’
	Indivíduo 4	EFAM (Escola Família Agroecológica de Macacoari)	01/10/21 – 14h (3 partes)	28’43’’
	Indivíduo 5	AEFAB Beira (Associação da Escola Família do Bailique)	25/10/21 – 8h (2 partes)	27’46’’

Quadro 4 - Lista de entrevistas realizadas, agrupadas por perfil, com detalhes da data e hora da realização e duração das conversas

Perfil do entrevistado	Pessoa	Vínculo institucional ou representante de coletivos	Entrevistas	
			Data da conclusão	Duração total
Perfil B – consultores, representantes de filantropia privada e ONGs	Indivíduo 6	Consultora – OELA (Oficina Escola de Lutheria da Amazônia)/Fundação Porticus	15/12/21 – 14h	42'27''
	Indivíduo 7	Instituto Interelos	13/10/21 – 14h	57'45''
	Indivíduo 8	Instituto Terroá	28/09/21 – 14h30	37'53''
	Indivíduo 9	IMAFLORA	09/10/21 – 10h	54'07''
	Indivíduo 10	IIEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil)	14/10/21 – 11h	30'54''
Perfil C – parceiros institucionais, agentes de governo e outros órgãos públicos	Indivíduo 11	UEAP	30/09/21 – 10h30	59'45''
	Indivíduo 12	RURAP (Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá)	13/10/21 – 17h	53'38''
	Indivíduo 13	EMBRAPA-AP	12/10/21 – 15h	47'57''

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Foram utilizadas duas abordagens para as entrevistas com os três perfis de entrevistados:

- entrevista guiada, seguindo roteiro previamente estabelecido;
- entrevista informal, estimulando o desprendimento e evitando qualquer tipo de preparação especial dos entrevistados, visando sua espontaneidade e a captura de insights, novas ideias e tópicos que eventualmente possam ser explorados em maior profundidade, contribuindo para enriquecer a investigação. Segundo Tim May (2004), esse tipo de entrevista possibilita que os entrevistados usem seus próprios termos, linguagens e vocabulário, que extrapolam as dimensões das perguntas e respostas padronizadas. Em outras palavras, esse método permite a flexibilidade e a descoberta do significado (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017; MAY, 2004).

Utilizou-se instrumento de pesquisa semiestruturado, com um roteiro e questões norteadoras, deixando abertura suficiente para que os entrevistados também aportassem novos temas ou perspectivas para o processo de investigação, permitindo conversas espontâneas

sempre que houve oportunidade, na intenção de fazer parte de pequenos fluxos diários, convivências cotidianas, capturando acontecimentos, fragmentos de conversas, entre outras possibilidades (SPINK, 2008).

A entrevista guiada por um questionário semiestruturado foi utilizada em 10 das 13 entrevistas realizadas. Enquanto, a entrevista informal foi utilizada para apenas 3 entrevistados, justamente por estes indivíduos possuírem uma visão mais sistêmica das dinâmicas de transformação do território na última década. Essas três entrevistas também serviram de referência para que a pesquisadora pudesse verificar a pertinência de alguns achados coletados nas demais entrevistas. Os participantes que foram entrevistados informalmente, sem questionário semiestruturado foram os representantes da OELA/Fundação Porticus, da UEAP e da EMBRAPA-AP.

4.5 LOGÍSTICA E LIMITAÇÕES DE COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS

Todas as entrevistas foram realizadas por videochamadas e foram gravados todos os áudios, mediante autorização prévia dos entrevistados. Posteriormente esses áudios foram transcritos para possibilitar a melhor análise de conteúdo das conversas.

Por acontecer durante um momento de pandemia, a presente pesquisa sofreu algumas limitações: todas as entrevistas aconteceram de forma online, com uso de aplicativos como WhatsApp, Google Meet e ligações via telefone celular, a depender da disponibilidade de sinal e conectividade.

Por se tratar de uma interação de campo com algumas restrições de meios de comunicação, foram necessárias muitas etapas de planejamento e readequação de datas e meios para fazer contato com entrevistados que estavam em localidades remotas da área costeira do Amapá, sem internet estável ou disponível a qualquer momento. Algumas das entrevistas aconteceram em duas ou três partes por conta da queda de conexão. Também houve casos em que foi necessário adiar as entrevistas por 2 ou 3 semanas até que os entrevistados estivessem na capital Macapá ou em outra região com sinal estável de *internet* como Belém-PA ou Brasília-DF.

Também não foi possível participar de forma remota de algumas reuniões de grupo, como a Assembleia anual da cooperativa Amazonbai, ou oficinas de planejamento estratégico das EFAs, que aconteceram ao longo de novembro/2021, por não haver sinal de *internet* disponível na ocasião por conta das fortes chuvas na região do Bailique-AP.

Apesar do trabalho mais dedicado para questões de logística e planejamento, não foram identificados impactos negativos ou elementos que comprometessem de forma negativa os resultados alcançados.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção foi organizada de modo a percorrer o passado, o presente e o futuro das Comunidades do Bailique, a partir de uma combinação dos relatos dos entrevistados e o contexto da ISB, e como esses fatos, processos e escolhas são aderentes ao arcabouço teórico selecionado para esta pesquisa.

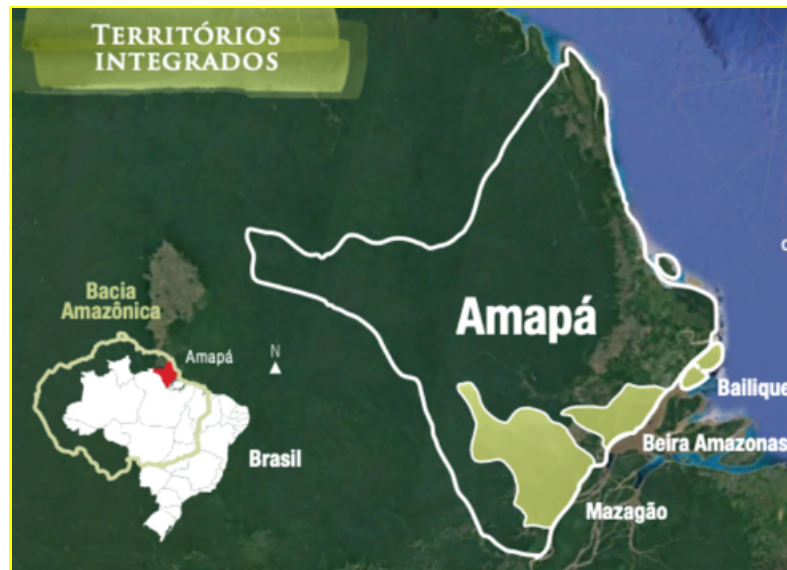
5.1 ISB NO BAILIQUE

O arquipélago do Bailique é uma boa amostra de como vivem as comunidades ribeirinhas da Amazônia. Com estruturas precárias, sem acesso a serviços básicos de saúde, saneamento, educação e desenvolvimento social, a resiliência é parte da vida daquelas comunidades (LIRA; CHAVES, 2016; BECKER, 2009; SOUZA, 2019; AGOSTINI; RAMOS, 2020).

Localizado na foz do rio Amazonas, o maior estuário do mundo, no estado do Amapá, só é possível chegar no arquipélago por barco, em um percurso que consome, em média 12 horas de viagem para quem estiver vindo da capital, Macapá-AP, que está 180 km distante.

O arquipélago tem dois pontos de referência geográfica grandiosos: o rio Amazonas e o Oceano Atlântico, conforme destacado na Figura 10. Por essa grandiosa combinação de limites, o Bailique se destaca pela sua paisagem única, pela sua biodiversidade abundante e pela infraestrutura e logística complicadas e insuficientes para que a população acesse bens e serviços públicos adequados para seu bem-estar e vida digna (UEAP, 2021; AGOSTINI; RAMOS, 2020).

Figura 10 - Mapa do estado do Amapá



Fonte: Instituto Interelos (2021).

Nota: Com destaque para os três territórios analisados na presente pesquisa: arquipélago do Bailique, Beira Amazonas e Mazagão, recentemente incluídos em projetos de desenvolvimento de Protocolos Comunitário, e pelo Núcleo de Desenvolvimento de Território da UEAP, ações voltadas a programas de agroecologia com EMBRAPA e Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), além de força tarefa de ONGs como IIEB, Interelos, Terroá e IMAFLORA.

Apesar da presença abundante de água no arquipélago, esta não é potável. Usar a água do rio não se torna uma possibilidade por ser classificada imprópria para consumo humano, não havendo sistema de esgoto adequado ou pelo fenômeno de salinização da água que se tornou mais frequente nos últimos anos, por conta das mudanças climáticas. Da mesma forma, a precariedade também é notada na dependência de geradores de energia a diesel para atender necessidades básicas das comunidades, como refrigeração para conservar alimentos e medicamentos, bem como para suporte de iluminação durante as noites, pois a maioria das comunidades não dispõe de eletricidade. Recentemente há projetos para geração de energia solar em poucas comunidades, ainda em fase de teste piloto, bem como iniciativas experimentais para dessalinização da água, tão necessária para consumo da população local e para a produção e agroindústria do açaí.

O que chama a minha atenção é a vulnerabilidade com que esse povo vive... há conquistas importantes de organização social, como uma cooperativa, desenvolvimento de mercado, tem um monte de coisa, mas não tem água potável, não tem energia... é um povo que é muito vulnerável, que passa por essas situações de vulnerabilidade ali, na frente de casa, no dia a dia... É um povo que tem dificuldade de fazer planejamento de longo prazo por conta da

vulnerabilidade. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 13, pesquisador da EMBRAPA-AP, 2021).

Na capital, Macapá-AP, é onde se localiza o hospital mais próximo, restando às comunidades contar com único posto de saúde na região, ainda assim, limitado a serviços de assistência básica e sem estrutura para casos de doenças graves ou emergências.

Trata-se de uma dinâmica muito bem conhecida na realidade amazônica, onde as interações campo-cidade reforçam os problemas de concentração de pobreza em localidades muito remotas, e na ausência dos bens e serviços que o Estado deveria oferecer (BRONDIZIO, 2021; BECKER, 2010; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014).

A população do Bailique é predominantemente jovem. São 56,05% de indivíduos com até 20 anos. Somente 8,5% têm mais de 50 anos (IBGE, 2019).

Temos um grande problema com a educação que chamamos “de massa”, aquela divulgada pela grande mídia, moldada em uma lógica urbana. Por isso, a gente vem acelerando certas coisas, para que a gente consiga construir um ambiente na Escola Família ainda mais acolhedor para o jovem, para ele dizer: bom, aqui é minha floresta; eu estou bem, aqui; eu tenho um negócio. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 3, comunitário, representante da ANAMA e EFAC, 2021).

Por décadas, nessa região, há uma quantidade limitada de escolas, voltadas principalmente ao ensino médio, que enfrentam desafios para recrutar professores para todas as disciplinas. Poucos são os candidatos que se dispõem a deixar seus trabalhos em escolas na capital para viver e lecionar em comunidades remotas. Essa precariedade é um dos principais fatores que impulsionam os jovens a deixar as suas comunidades de origem para estudar na capital, Macapá-AP, o que não é desejado pelos familiares pelo elevado custo de manter os jovens nos centros urbanos.

Atualmente sou produtor rural, mas em essência, eu sou filho de extrativista. Meu pai migrou do Pará para o Amapá, onde meu avô conseguiu adquirir uma propriedade na década de 90. A partir de 1997 eu tive a felicidade de estudar na Escola Familiar dos Extrativistas do Carvão, e em 2006 saí de lá formado em técnico em agroextrativismo. Sou da primeira turma de formação em agroextrativismo no país. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 12, comunitário, representante da RURAP e AEFAB, 2021).

Tem sido muito interessante ver como o tradicional e o técnico trabalhados juntos podem trazer resultados que fazem sentido para o território, como por exemplo a Escola Família, com a pedagogia da alternância, onde o aluno vai para casa, escuta o que os seus pais falam, o que os seus avós praticam e traz

para a escola, para verificar como isso se dá na prática. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 6, representante da OELA e Fundação Porticus, 2021).

Ao analisarmos a vulnerabilidade dos comunitários do Bailique, é importante reconhecer as práticas e modo de vida dos ribeirinhos que habitam o estuário amazônico. Estes ribeirinhos, desde sempre, desenvolvem estratégias adaptativas peculiares, por conta da sazonalidade e de atributos específicos das terras de várzea, como por exemplo, o fenômeno de terras caídas, que ocorre sempre que a força das águas sobre as margens dos rios derruba as terras, em uma erosão drástica, em que as populações tem suas casas, lavouras e animais levados e onde são obrigadas a recuar com suas casas em busca de terra firme e/ou para dentro das florestas. Assim, seus meios de produção também são alterados em decorrência dos momentos de cheia ou de seca. A saúde dessas populações fica prejudicada pela falta de recursos básicos para seu sustento, dentre eles água potável (SCHERER, 2004; AGOSTINI; RAMOS, 2020).

Além dos fenômenos relacionados com mudanças climáticas, a vulnerabilidade dos ribeirinhos do Bailique também se reflete na privação de direitos e na ausência de Estado, que parcialmente se explica por políticas sendo elaboradas sem levar em consideração as populações tradicionais da Amazônia. O resultado prático é a falta de energia elétrica, de saneamento básico, de educação de qualidade, de atendimento de saúde, entre outros. Novamente, além da exposição e sensibilidade a tantas privações, os comunitários do Bailique exercitam capacidade adaptativa em seu cotidiano, o que de imediato os configura como vulneráveis (SCHERER, 2004; IPCC, 2014; AGOSTINI; RAMOS, 2020).

Novamente, como um exemplo emblemático de como vivem as populações tradicionais nas áreas remotas da Amazônia, as comunidades do Bailique têm como renda principal a extração do açaí e a pesca.

Ainda, praticam a agricultura de pequena escala, a criação de animais e em menor escala a construção naval artesanal, na maioria das vezes para próprio uso e consumo: “falando de sistemas agrícolas, floresta é produção de alimentos. E não há nada mais tradicional em termos de produção de alimentos na Amazônia, do que a produção de açaí, que tem em torno do açaí todo um sistema mega biodiverso” (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 13, pesquisador da EMBRAPA-AP, 2021).

As pequenas associações, ainda que isoladas, sem interconexões e descapitalizadas sempre existiram no território, que já passou por vários momentos de pressão, exploração madeireira, ciclos de dependência política, entre outros desafios.

Tenho 36 anos e nasci no Bailique. Minha família saiu do Marajó, no Pará, para o Bailique no auge da exploração da madeira e do palmito aqui na região. Fizeram parte daquele grupo de pessoas que vieram para trabalhar, já no final do ciclo da borracha no estado do Amapá. Trabalharam muito, com palmito e depois, na década de 90, na exploração da madeira, então foram dois períodos bem importantes na história do Bailique. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

A grande virada que alavancou toda a Inovação Social no território se deu a partir de 2013, com o início de uma grande mobilização social para elaborar o Protocolo Comunitário do Bailique, visando à redução das desigualdades estruturantes presentes no território.

O Protocolo foi marcante, porque pela primeira vez na história, eles pararam para discutir a própria história. Eles decidiram construir um novo futuro a partir de então. Não se tratava mais dessa ou daquela liderança, era o coletivo querendo mudar a história. Também pensam em como fariam essa mudança. Por isso, foi tão marcante. Trouxe à tona questões de desenvolvimento do território, do seu planejamento, sobre políticas públicas, porque foi uma maneira de eles falarem para os governantes “a gente não aceita mais vocês dizerem o que deve ser feito, precisa disso e não do que vocês determinam para nós”. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 11, representante da UEAP, 2021).

Em geral, os Protocolos Comunitários são um conjunto de regras estabelecidas por uma comunidade, que trazem sua cultura tradicional, sua forma de fazer as coisas, seus valores e quais são as formas com que esta comunidade se relacionará tanto internamente, quanto com agentes externos. Todo Protocolo é concebido com base nos direitos das comunidades e organiza de forma objetiva os componentes para uma gestão territorial a partir do uso sustentável de recursos naturais, mas que faça sentido para aquela população (BECKER, 2004; REDE GTA, 2014): “não queremos passar a mensagem de que a nossa relação com biodiversidade é só um negócio. A cooperativa do açaí é um meio e não um fim do nosso desenvolvimento territorial” (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 3, comunitário, representante da ANAMA e EFAC, 2021).

Para Gasparin et al. (2020), os processos de IS geralmente começam com pequenos empreendedores sociais reconhecendo um problema que precisa ser solucionado para promover ou aumentar resiliência para uma comunidade local. Esses empreendedores são movidos pelo cuidado e visam melhorias na vida da comunidade e criam coesão social. Eles não buscam apenas solucionar um problema pontual, mas construir um caminho sustentável de longo prazo (GASPARIN et al., 2020).

Se o protocolo não tivesse existido, eles não estariam aonde eles estão hoje. Esse protocolo é de 2014, ele não é um documento que você cria e nunca mais mexe, você tem que estar sempre revisitando, é um documento dinâmico como a evolução de sua sociedade. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 6, representante da OELA e Fundação Porticus, 2021).

O processo de construção e o lançamento do Protocolo Comunitário do Bailique foram parte do estudo de caso usado para que todo Protocolo Comunitário fosse reconhecido oficialmente como documento de referência para acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção do acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, que gerou a Lei 13.123 de 20 de maio de 2015, também conhecida como Lei da Biodiversidade. Nessa Lei, o Protocolo Comunitário é definido como “norma procedimental das populações indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais que estabelece, segundo seus usos, costumes e tradições, os mecanismos para o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios de que trata esta Lei” (BRASIL, 2015, p. 2).

Em 2013, vieram para o Bailique: a equipe do GTA, acompanhando representantes do Ministério do Meio Ambiente, do CGEM, e outros parceiros do Estado e de fora dele, trazendo a proposta de construção de protocolo comunitário, aí convidaram todas as comunidades do Bailique. Daí eu, como representante da comunidade Macedônia na época, decidi participar. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

Em uma força tarefa montada para implementar um projeto piloto brasileiro, que pudesse mostrar casos práticos de mobilização e organização social em um grupo de população tradicional, que pudesse atender às exigências do Protocolo de Nagoia, lideranças da GTA chegaram no território e identificaram o interesse e a adesão instantânea dos comunitários do Bailique.

Se a gente olhar a essência da articulação dos protocolos comunitários, tem muita relação com a lei da diversidade biológica. Todas as leis e desdobramentos da Convenção da Biodiversidade, trazem em comum a estratégia de fortalecimento e empoderamento das comunidades tradicionais, a partir da defesa do seu território, a partir da defesa dos seus conhecimentos tradicionais. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 12, comunitário, representante da RURAP e AEFAB, 2021).

O Protocolo do Bailique foi um marco, com a quebra de paradigmas a partir da redução de desigualdades estruturantes, que sempre estiveram presentes na história dessas comunidades, pois é reconhecido por todos os atores que acompanham o desenvolvimento do território ao longo da última década, como um avanço sem precedentes para as conquistas relacionadas à superação da pobreza, ao empoderamento das lideranças locais, a conscientização por meio do pertencimento, da valorização de seus conhecimentos tradicionais e da garantia de autonomia de sua sociedade local (AGUIAR et al., 2017; CASTRO; LOPES; BRONDIZIO, 2020; BECKER, 2010). Os arranjos de parcerias desenhados na ocasião para fazer da oportunidade do Protocolo do Bailique algo que se mostrasse uma possibilidade de desenvolvimento para as populações tradicionais também se revelou inovador.

Na ocasião, o Bailique já tinha uma boa organização social e tinha uma unidade para dizer “a gente quer” participar disso (da construção do Protocolo), apesar de ser um território distante, isolado, onde o Estado não conseguia chegar. Foi a oportunidade de juntar a vontade do Estado de estar presente por lá, com a organização local querendo ser parte do projeto e a atração de ONGs privadas para viabilizar todo um grande projeto para fazer o Protocolo nascer. Eu acho que a grande virada do Bailique começa com esse grande arranjo institucional. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 13, pesquisador da EMBRAPA-AP, 2021).

Diferentemente de outros Protocolos que foram desenvolvidos no Brasil, como uma resposta a uma ameaça externa, o Protocolo do Bailique foi uma ação proativa da comunidade para tentar alcançar um modelo de desenvolvimento que pudesse trazer melhorias concretas para sua população. O Protocolo do Bailique é atualmente o principal instrumento de gestão territorial e de manejo sustentável de recursos naturais da região.

O Protocolo do Bailique traz duas frentes de gestão bem fortes: do território como um todo e dos negócios do território. Para mim, a gestão é uma palavra bem importante. E nessas duas frentes, uma depende da outra, mas se você não tiver as pessoas engajadas, pode até haver recursos financeiros disponíveis, mas se as pessoas não estiverem organizadas e se sentindo parte daquilo, se não tiverem consciência de seus direitos e sabendo o que querem, nada vai acontecer. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 7, representante do Instituto Interelos, 2021).

A metodologia adotada para o desenvolvimento do Protocolo foi baseada no respeito pela participação local e pelas decisões coletivas. Todos os passos dessa metodologia visavam a ampliação da autonomia aos comunitários do Bailique. Todo o processo de cocriação e tomada de decisões foi trabalhada ao longo dos chamados “Encontrões”, que eram momentos onde

todos os comunitários se reuniam ao longo de vários dias, na forma de oficinas focadas em determinados temas, que eram selecionados a partir de um levantamento prévio de questões relevantes para a comunidade. Alguns temas foram previamente escolhidos, enquanto outros foram surgindo ao longo do processo, trazidos pela própria comunidade.

O protocolo comunitário nos mostrou, desde o início, quatro grandes objetivos: (1) fortalecimento da organização social, (2) trabalhar de forma estratégica e que faça sentido para o território por meio da combinação de todas as cadeias produtivas que temos ao nosso alcance, (3) responsabilidade socioambiental para ter desenvolvimento sustentável sempre e (4) mobilizar uma grande força tarefa com a comunidade, parceiros e o Estado para garantia do nosso território. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 12, comunitário, representante da RURAP e AEFAB, 2021).

No chamado “encontrão” final, que concluiu o desenvolvimento do Protocolo, a agenda já demonstrava o grau de compromisso e a qualidade da inteligência coletiva dos comunitários. Nesse evento, os principais produtos foram: a definição de quem faz parte da comunidade conforme as regras locais; os critérios de inclusão e/ou exclusão do território; os valores que guiam as decisões locais; detalhamento de como se dá o processo de decisão comunitário; a definição das regras coletivas para o uso e manejo sustentável dos recursos naturais; entre outros (REDE GTA, 2014).

A conclusão do Protocolo aconteceu em 2014, mas sua implementação ainda está em curso. Como grande marco do território, Gasparin et al. (2020) reforçam que essa grande virada propicia transferência de conhecimentos e habilidades ao longo do desenho e da implementação da IS, permitindo às comunidades trabalhar de forma mais justa e ética, atendendo aos seus clientes, no caso da geração de um produto ou serviços, sem serem explorados e mantendo seu estilo de vida tradicional. Em geral, essas comunidades mais empoderadas não apenas preservam tradições mas também cocriam uma sociedade mais inclusiva, democrática e ética (GASPARTIN et al., 2020; IBRAHIM, 2017).

É importante destacar que esta pesquisa teve como base o Protocolo Comunitário do Bailique e seus desdobramentos para a região em termos de ISB. A pesquisa foi capaz de captar, inclusive, a abrangência dos resultados a partir do Protocolo do Bailique para outras duas áreas no território: Beira Amazonas e Mazagão.

5.2 O MODELO 3C COMO LENTE PARA ANALISAR ISB NO BAILIQUE

O ponto de partida para a consolidação de um processo de inovação social, não se dá em um curto espaço de tempo (IBRAHIM, 2014; GASPARIN et al., 2020). É necessário algum preparo anterior daquela sociedade, seja em termos espontâneos de construção coletiva, ou dado uma situação específica em que a capacidade de resiliência se fez presente (IBRAHIM 2017; ZIEGLER et al., 2017).

Em uma análise a partir das 3 dimensões do modelo 3C de Solana Ibrahim, a transformação social do Bailique possui os atributos e qualidades para promover ISB de forma bem-sucedida, escalável e sustentável (IBRAHIM, 2017).

5.3 A CONSCIENTIZAÇÃO

Sendo a conscientização uma condição essencial para que haja ISB, segundo o modelo 3C, os indivíduos são o ponto de partida para qualquer transformação, são a pedra-fundamental para que se comunguem valores pessoais, aspirações e objetivos de bem-estar individuais. Ainda, é no universo do indivíduo que acontecem as reflexões sobre suas habilidades e competências necessárias para que se atinjam determinados objetivos de vida (SEN, 2001; IBRAHIM, 2017).

É justamente o conjunto de habilidades, valores e aspirações que tornará o indivíduo um agente de mudança. Para Solava Ibrahim, um agente é quem toma a iniciativa e a sustenta, por meio de um plano de ações para atingimento de certos objetivos que estejam em consonância com seus valores pessoais (ZIEGLER 2010, 2013; IBRAHIM, 2017). Ainda para que um indivíduo se torne um agente, é necessário formar pensamento crítico em relação à vida, seu status quo, perceber e almejar melhores condições de vida. O processo de reflexão-percepção-ação é o que compõe a Conscientização (IBRAHIM, 2017).

Essa situação é observada na sociedade do Bailique, muito antes do Protocolo Comunitário, onde ONGs e programas estaduais já promoviam treinamentos para formação de agentes, na forma de mobilização de grupos de mulheres, de aproximar comitês em prol da educação local, entre outros. Essas dinâmicas induziam a formação de consciência crítica por meio de diálogos, discussões e dinâmicas de reflexão sobre estruturas de desigualdade, acesso a direitos e informações que viabilizassem a formação de um plano de ação.

Meu desenvolvimento como pessoa começou por um estímulo do meu pai, pelo envolvimento religioso, depois ele, através do sindicato, me colocou para estudar em uma Escola Família do Carvão. Quando me formei aos 15 anos, comecei a trabalhar o projeto da Escola Família do Macacoari, pois o meu pai, meu tio e outras lideranças da igreja já tinham esse desejo de fazer uma escola aqui na comunidade. Foi aí que tomei a frente para implantar o projeto. Meu primo foi o primeiro presidente da escola, depois me escolheram para ser presidente e desde lá não larguei mais. Sou presidente da EFAM até hoje. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 4, comunitário, representante da EFAM e Amazonbai, 2021).

Eu entrei no projeto do Protocolo, eu era um cara... eu nunca fui introvertido, mas nunca fui muito bom de falar em público. Hoje, vejo que aprendi nesse processo muita coisa, e eu acabei inspirando diversas pessoas nas comunidades a tomarem um posicionamento também, então isso foi bem importante na minha vida. Além de ter sido bom também para minha formação profissional, o protocolo comunitário foi muito importante. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

É importante destacar que o desenvolvimento de capacidades não se refere apenas a formação técnica ou educação formal. Entende-se por fortalecimento de capacidades, inclusive, o aprimoramento de atributos de *soft skills* ligados aos comportamentos e habilidades necessários para expansão de relações, como comunicação interpessoal, domínio de assuntos ou causas que reflitam o sentimento de pertencimento, coerência de ações em relação aos valores pessoais e coletivos, retórica e oratória, entre outros (IBRAHIM, 2017; ZIEGLER, 2021; GASPARIN et al., 2020).

Toda questão da Inovação Social sempre tem que considerar uma estratégia muito clara de como vai se formar o capital humano. Se faltar isso, não vai funcionar. Porque não se constrói capacidades em três ou quatro anos, é um processo contínuo. Ainda tem o risco de toda capacidade que se formou optar em sair do território. Daí, a gente aproveita o quê? Uns 10% desse capital humano? (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 3, comunitário, representante da ANAMA e EFAC, 2021).

Hoje a gente tem um grupo muito grande de jovens, com muita capacidade de liderança. Jovens que já estão envolvidos nas instituições, no desenvolvimento daqui, então a gente acabou criando uma atração e uma inspiração para os jovens e assim, eles começaram a fazer parte de todo processo de mudança social. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

Segundo o modelo 3C, uma vez que o indivíduo toma consciência de suas aspirações, logo em seguida ele passa pela adaptação desses desejos, dependendo das condições que

viabilizem a realização, em geral por meio de vislumbrar um futuro coletivamente, onde maiores chances de sucesso se apresentam (IBRAHIM, 2017).

Eu como parte da juventude do Bailique, ajudei a criar a ACTB, eu mesmo criei o estatuto dela, a partir daí comecei a criar todo procedimento para a certificação FSC do Bailique, e também, ajudei a criar a EFAB e fui um dos fundadores da Amazonbai também... antes o grupo de jovens só criticava ou reclamava de tudo que faltava no Bailique, mas não participava para mudar a situação. Quando me dei conta disso, fui me envolvendo e fazendo acontecer. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

Obviamente que há sempre a tendência e o risco de o indivíduo enveredar por uma falsa consciência, e assim seguir aceitando outras formas de desigualdade, por exemplo as questões de classes sociais ou gênero. No caso do Bailique, o processo de construção do Protocolo despertou oportunidades para que grupos de mulheres pudessem se fortalecer e desenvolver. Mas apenas recentemente é que se observa a presença delas em responsabilidades ou funções ligadas às atividades econômicas principais, como na cadeia do açaí.

Quando implantamos uma cozinha agroextrativista dentro da escola de Macacoari, foi visando não apenas dar a visibilidade para o trabalho das mulheres, para mobilizar competências e habilidades delas, mas também para inseri-las nos processos de discussão, daquelas mais abrangentes do ponto de vista político e para pensar o território, fazendo uma ligação com a questão educacional, a questão da segurança e da soberania alimentar, e aí que as mulheres realmente vão se diferenciar sempre dos homens, é somente elas que conseguem ter essa visão mais estratégica do ponto de vista do desenvolvimento, para além da atividade econômica. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 10, especialista em desenvolvimento territorial e representante do IIEB, 2021).

Do ponto de vista de visibilidade e reconhecimento, ainda são poucas as mulheres cooperadas e com responsabilidades tanto em atividades na produção quanto em funções administrativas ou de gestão na Amazonbai. Tanto no planejamento estratégico da cooperativa, quanto nos diagnósticos feitos por ONGs e pela UEAP, a questão da diversificação da cooperativa aparece de forma constante. Um exemplo é o grupo de mulheres da comunidade do Limão Curuá, na região do Beira Amazonas, que trabalham com óleo de pracaxi há anos, e nesse sentido, seria muito relevante uma aproximação mais pragmática com essas mulheres, pois elas já dominam essa cadeia de valor, desde o processamento até a sua comercialização. Da mesma forma, as mulheres estão presentes na cadeia do açaí, e não só participam ativamente

de diversas etapas nessa cadeia, mas também se posicionam com clareza sobre questões de inclusão socioprodutiva, onde os grupos de mulheres não devem ser considerados apenas a partir de uma cadeia, é possível e necessário diversificar.

[...] foi exatamente nessa proximidade com grupos de mulheres e juventude, que a gente percebeu uma dimensão que a gente considera estrutural tanto para o território, quanto para hoje o que que é a Amazonbai, da necessidade de se pensar a diversificação. Para esses grupos sociais, o segmento da agricultura familiar ou no sentido mais clássico, o campesinato na Amazônia, a diversificação é um ingrediente fundamental na estratégia de reprodução social desses grupos. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 10, especialista em desenvolvimento territorial e representante do IIEB, 2021).

De qualquer forma, no planejamento estratégico da Amazonbai, desenhado no final de 2021 e com plano de implementação até 2030, um dos objetivos é ter uma mulher ocupando o cargo de Presidente da cooperativa, o que de alguma forma já identifica a conscientização da cooperativa para esse movimento. Resta ainda identificar as melhores oportunidades para colocar em prática formas mais afirmativas rumo a esse resultado.

A Amazonbai hoje tem em seu quadro efetivo apenas 20% mulheres, mas a gente está trabalhando para melhorar isso, por exemplo, fizemos um processo de capacitação para novos cooperados recentemente, onde mais de 60% das pessoas que fizeram a capacitação são mulheres. Então de fato, a gente está tentando engajar não só pela cadeia do açaí, mas também por meio de outras cadeias produtivas, para a equidade de gênero dentro da cooperativa. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 2, representante da Amazonbai, cooperativa extrativista do Bailique, 2021).

A oportunidade que o Protocolo Comunitário abre para reflexões, aprendizados e participação de certa forma induz e provoca os indivíduos e suas comunidades a aspirarem condições de vida melhores, sendo necessário adquirir conhecimentos específicos e ampliar capacidades para chegar aos seus objetivos. Da mesma forma, o processo de Conscientização é crucial para se avançar de forma bem-sucedida para a dimensão de Conciliação.

Nos primeiros encontros para construir o Protocolo, me dei conta de que eles não acessavam algumas políticas públicas porque não se reconheciam como comunidade tradicional. Eles ficaram surpresos ao saber que eles eram classificados como população tradicional. Sabiam que eram ribeirinhos, mas não sabiam dos direitos e políticas públicas que poderiam acessar, sendo de comunidades tradicionais. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 7, representante do Instituto Interelos, 2021).

5.4 A CONCILIAÇÃO

Para Solava Ibrahim, o processo para se atingir a Inovação Social não pode ser observado levando em consideração apenas as necessidades sociais que se deseja atender. Deve-se levar em conta as relações sociais, os *networkings* e a colaboração como fortalezas na dimensão de Conciliação (IBRAHIM, 2017; CUNHA; BENNWORTH; OLIVEIRA, 2015). Como já citamos anteriormente, agir individualmente torna as chances de alcance de objetivos menos viável, especialmente se houver desigualdades estruturais e problemas graves de ordem social em determinada comunidade. Por isso a Conciliação com outros membros da comunidade se torna essencial para ampliar e aprimorar o capital social como base sólida para a ISB (IBRAHIM, 2017; CUNHA; BENNWORTH; OLIVEIRA, 2015).

O protocolo, por ser um instrumento que tinha a prerrogativa de proteção e gestão tanto do território quanto do conhecimento tradicional associado, ele contribuiu muito para a formação dessas pessoas e para esse olhar diferenciado das comunidades. Porque o protocolo comunitário parte da construção de acordos coletivos, eu acho que isso é o mais importante de tudo, os acordos que foram criados de forma coletiva, ou seja, a comunidade toda cuidando para a gente viver bem, em harmonia e para a gente conseguir alcançar nossos direitos de forma coletiva, não de forma individual. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

Na dimensão da Conciliação, o maior desafio está em combinar ou reconciliar os interesses próprios individuais com os objetivos comuns. Chiappero-Manrtinetti, Budd e Ziegler (2013) identificaram que a criação de uma visão comum por meio da construção de consenso se faz necessário para começar qualquer ação de mobilização coletiva. Isso porque a fase de conciliação incorpora a oportunidade de trazer à tona toda a multiplicidade de necessidades comuns, em particular por membros de grupos marginalizados (ZIEGLER; KARANJA; DIETSCH, 2013; IBRAHIM, 2017; CHIAPPERO-MANRTINETTI; BUDD; ZIEGLER, 2017a). Para Ziegler (2010), a criação de uma visão comum pode acontecer por meio de processos deliberativos locais que reconciliem e equilibrem os objetivos de bem-estar individuais e coletivos (ZIEGLER; KARANJA; DIETSCH, 2013; IBRAHIM, 2017; CHIAPPERO-MANRTINETTI; BUDD; ZIEGLER, 2017a).

Mais uma vez, no Bailique, muito antes do advento da construção do Protocolo, a sociedade local já se organizava em associações menores, ainda sem estarem interligadas por agendas comuns, mas já havia ali um percurso na construção de capacidades de associativismo.

Por lá já existiam: o Conselho Comunitário de Bailique, a Associação de Pescadores, entre outras. Após o advento do Protocolo Comunitário e o entendimento do que seriam agendas comuns para os comunitários, foi criada a Associação Comunitária Trabalhadores do Bailique (ACTB) e a Cooperativa de Produtores Agroextrativistas do Bailique (Amazonbai).

O próprio processo e metodologia adotados para a construção do Protocolo trouxeram elementos do modelo 3C para a dimensão de Conciliação. A visão comum mostrou a preocupação e o desejo latente dos comunitários por acesso à educação de qualidade no próprio território do Bailique. A partir daí estratégias e táticas foram desenvolvidas para o atingimento desse objetivo maior.

Logo depois da definição de uma visão comum, um segundo fator chave para o sucesso da Conciliação é a deliberação pública com tomada de decisão inclusiva. As trocas e interações em Grupos de Trabalho (GTs), reuniões da comunidade, ou em conversas informais fomentadas por alguma agenda comum, seriam meios pelos quais as pessoas manifestam seu próprio significado do que seria bem-estar. Ainda nesses espaços, os conceitos e percepções sobre o que seria bem-comum são discutidos e alinhados (IBRAHIM, 2017). Sen (2001) também reforçou a valiosa oportunidade que está presente nessas dinâmicas para que conquistas maiores sejam alcançadas em termos de normas sociais por meio de ações estritamente locais.

O Protocolo trouxe elementos da gestão do território, mas também da gestão dos potenciais negócios comunitários. O açaí está na vida deles, o peixe está na vida deles. Então não faz sentido você construir um protocolo, onde você não traga esses elementos que fazem parte do dia a dia deles e que são muito importantes de estarem dentro dos acordos comunitários. O protocolo despertou também a necessidade de as comunidades terem acordos de convivência, que ajudaram e melhoraram as relações nas trocas cotidianas entre as comunidades. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 7, representante do Instituto Interelos, 2021).

Desde que o Protocolo do Bailique propiciou a criação da ACTB foram criados vários Grupos de Trabalho, conforme os interesses da comunidade para determinados temas, como: GT da Juventude, GT Agroextrativismo e Produção, GT Conhecimentos Tradicionais, GT Meio Ambiente e GT Questão Fundiária. Esses GTs foram cruciais para trazer tais temas para a agenda do Protocolo Comunitário.

É importante destacar que alguns temas dos GTs provocaram resultados muito positivos em termos de fortalecimento de capacidades. A questão fundiária, por exemplo, até então não era percebida como um possível problema pelos comunitários. A partir das rodadas de esclarecimento, do conhecimento dos comunitários aos seus direitos e ainda a um

planejamento de ações concretas no enfrentamento dessa questão. Por conta das oficinas do GT, os comunitários identificaram a situação irregular das terras do Bailique, bem como o avanço e a pressão de grandes fazendas sobre seu território e o consequente salto em episódios de ameaça e violência para aquisição de terras comunitárias. Por meio do Protocolo Comunitário foi possível pleitear junto ao MPF uma grande força tarefa para iniciar a legalização das terras e o reconhecimento dos direitos territoriais desses comunitários. Um passo importante para o verdadeiro desenvolvimento sustentável para a região. Os desdobramentos das iniciativas ligadas à questão fundiária do Bailique também estão relacionados com a Agenda 2030 em escala local, mais especificamente, correspondem aos Objetivos 15¹ e 16².

A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) já entregou cerca de 270 Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) para produtores do Bailique e Beira Amazonas, o que configura a superação de um entrave para acesso a crédito produtivo. Além disso, mais de 1050 famílias já se beneficiaram de créditos da reforma agrária, a partir da implementação prática do Protocolo do Bailique e na sequência pela construção do Protocolo do Beira Amazonas entre os anos de 2019 e 2022.

Nunca tinha acontecido na nossa história a entrega de tantos documentos [TAUS] para esses produtores, que foram entregues pelo SPU. Então, foram 129 produtores que receberam o seu documento, e a partir daí tem autorização para fazer a gestão. Nada mais digno para quem estava ali, já está na segunda geração de produtores e nunca tinham um documento. Então, o SPU emitir o TAUS entregar na mão do produtor, para a gente foi uma alegria muito grande. O produtor começa a fazer gestão, começa a proteger o seu próprio território. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 12, comunitário, representante da RURAP e AEFAB, 2021).

Da mesma forma, o GT de conhecimentos tradicionais, visando organizar e catalogar tais conhecimentos na região, iniciou um trabalho de catalogar as plantas medicinais usadas pela comunidade, que depende desse uso para a manutenção da saúde dessa população pois o Estado é muito ausente, e como já citado anteriormente, o hospital mais próximo fica em Macapá-AP. Esse grupo conseguiu reunir, além de comunitários que cultivam alguns

¹ Agenda 2030 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável #15: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e perda de biodiversidade.

² Agenda 2030 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável #16: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

fitoterápicos, mulheres, parteiras, benzedadeiras, puxadoras e outros guardiões do conhecimento tradicional há gerações. Atualmente, a produção de óleos e outros produtos fitoterápicos está sendo organizada por lideranças femininas do território que estudam ser cooperadas da Amazonbai, afinal, os óleos como o da andiroba, foram identificados no Protocolo como potencial econômico. O grupo era composto por comunitários em geral, mas a maioria dos participantes era mulher, cerca de 100 comunitárias, guardiãs das receitas e do melhor manejo e uso de plantas medicinais, fitoterápicos entre outros.

Eu lembro muito da minha mãe, o quanto era simbólico para ela tirar o azeite de andiroba. O dia que ela ia amassar a massa da andiroba para acelerar a liberação do azeite, naquele dia, quando ela acordava de manhã ela não fazia nada, porque ela corria o risco de ela manusear uma outra coisa, aí aquela outra coisa, vira uma reação química e poderia atrapalhar a liberação do óleo. Depois que ela terminasse o trabalho ela podia fazer outra coisa, mas antes ela não fazia de jeito nenhum... então tem uma coisa que é simbólica, que não está vinculado na questão econômica... quando você olha simplesmente para o econômico você está derrubando uma questão cultural uma questão de modo de vida, que é fundamental para questão da conservação da biodiversidade. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 3, comunitário, representante da ANAMA e EFAC, 2021).

Para Mello e Schimink (2017), o empoderamento econômico das mulheres contribuiu para o fortalecimento de sua capacidade de governança, que começa no lar, devido a melhorias em sua consciência das questões e práticas ambientais utilizadas para o manejo dos recursos florestais. A partir daí, também são melhorados seus conhecimentos sobre acesso aos recursos e ao poder de decisão sobre o uso da terra (MELLO; SCHMINK, 2017).

Em uma análise voltada à Inovação Social de Base, o empoderamento econômico das mulheres rurais por meio da participação em microempreendimentos é uma das formas de apoiar e sustentar práticas mais sustentáveis de gestão do uso da terra na Amazônia (MELLO; SCHMINK, 2017; GASPARIN et al., 2010; IBRAHIM, 2017). No caso de micro e pequenos empreendimentos coletivos com foco no empoderamento econômico da mulher, pesquisas revelam a expansão das competências, conhecimentos e habilidades da mulher rural sobre questões sociais, econômicas, políticas e ambientais (MELLO; SCHMINK, 2017; GASPARIN et al., 2010; IBRAHIM, 2017).

No caso do Bailique, é notória, reconhecida e valorizada a presença e liderança de mulheres que há gerações praticam e sustentam o manejo de produtos florestais não madeireiros, incluindo o açaí. Também se observa que nas gerações mais recentes, as mulheres

também mudaram os modelos de gestão de propriedade familiar através de treinamento e atividades voltadas ao empreendedorismo.

Segundo as pesquisadoras Mello e Schmink (2017), a participação das mulheres em microempreendimentos aumenta os ganhos econômicos para as mulheres, e ao mesmo tempo agrega valor aos produtos florestais não madeireiros. Assim, as mulheres contribuem na composição da renda de suas famílias e assim, conquistam mais voz e poder não apenas nas dinâmicas domésticas e familiares, mas passam a ocupar posições de poder nas instâncias de tomada de decisões coletivas (MELLO; SCHMINK, 2017).

A natureza coletiva desses microempreendimentos se expressa em sua estrutura de governança, tendo a dimensão social de ação como seu principal objetivo e missão, e também suas ações combinando dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais (MELLO; SCHMINK, 2017; GASPARIN et al., 2010; IBRAHIM, 2017).

Especialmente na Amazônia, é imprescindível destacar que os pequenos e médios empreendimentos coletivos foram por décadas estimulados e sustentados a partir de apoio e financiamento continuado de grupos de igrejas ou ONGs, muito necessários em momentos de ausência de políticas públicas adequadas com as características e peculiaridades desses negócios (MELLO; SCHMINK, 2017; GASPARIN et al., 2010; BECKER, 2009).

Nesse sentido, ainda é incerto pensar em novos arranjos e desenhos de políticas socioambientais que viriam a apoiar as iniciativas de base, sejam microempreendimentos coletivos de mulheres ou qualquer outro negócio de pequeno e médio porte para a Amazônia. Parte da explicação se deve ao fato da histórica invisibilidade de iniciativas de pequena escala lideradas por coletivos de mulheres, bem como a percepção de “informalidade” se comparada a atividades e microempreendimentos coletivos masculinos, que são percebidos como mais capazes e experientes para lidar com mercados comerciais maiores (MELLO; SCHMINK, 2017; GASPARIN et al., 2010; BECKER, 2009).

Abordando um pouco do que Ostrom (2009) explica sobre governança local, a participação nesses espaços e/ou instituições locais deve sempre ser voluntária, inclusiva e transparente. Ibrahim (2017) complementa que o objetivo principal é que cada indivíduo nesse coletivo tenha o sentimento de pertencimento comum, necessário para a Inovação Social acontecer, e para garantir que o processo de tomada de decisão já não seja capturado ou controlado por grupos de maior força política e social (OSTROM, 2009; IBRAHIM, 2017).

Outro fator que marca a dimensão de Conciliação é que capacidades são desenvolvidas para esse engajamento coletivo e é natural que lideranças se apresentem e se destaquem nas mobilizações, nas rodadas de planejamento e representatividade da comunidade. O que também

indicaria uma situação de risco em se ter muita decisão concentrada em uma ou duas pessoas (IBRAHIM, 2017). O ideal é sempre encontrar uma quantidade equilibrada de lideranças, tornando todas as etapas do processo mais inclusivas. O Bailique sofreu demais com a morte da principal liderança que iniciou a mobilização para a construção do Protocolo, que uma vez em fase de implementação, necessitava que sucessores tivessem sido formados, ou ainda, que outros membros da comunidade tivessem desenvolvido capacidades para assumir imediatamente a liderança de algumas frentes de trabalho, como o desenvolvimento da cooperativa, o aprimoramento das escolas família e a continuidade do engajamento permanente dos comunitários.

Nos últimos dois anos, a gente tem focado muito no desenvolvimento da Amazonbai enquanto empresa, no seu plano de negócios, nos seus produtos acabados, em mercado...e o que eu percebo é que a gente deixou um pouco a mobilização social de lado. Há um risco e eu percebi que isso já tem causado alguns impactos negativos na própria Amazonbai e na própria Escola Familiar. Sem a mobilização e o engajamento social, não é possível garantir a estrutura de tudo que temos planejado para os próximos anos. É importante que os novos cooperados que chegam agora, entendam de onde tudo veio. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

Mais uma vez, à luz da teoria transdisciplinar, em geral nas experiências práticas em campo, que envolvam processos de aprendizagem, as instituições nem sempre são colocadas na função de longo prazo, atuando como agentes de ponte, ou conectores e promotores de *networking* (ROUX et al., 2017). A própria ACTB não estava pronta e preparada para o desafio vivido com a perda de uma liderança comunitária forte, mesmo sendo a associação responsável pela implementação do plano desenhado no Protocolo Comunitário do Bailique.

É justamente nesses momentos onde a dimensão de colaboração, do modelo 3C mostra o compromisso e a sustentação de legados frente a situações de desequilíbrio inerentes à dinâmica da realidade local. Ter a Universidade presente e atuante desde antes da mobilização para o Protocolo do Bailique trouxe justamente a solidez para que a Inovação Social de Base não fosse interrompida ou descontinuada (IBRAHIM, 2007). A UEAP, ao desenvolver um diagnóstico, seguido de um plano de intervenção na região costeira do Amapá, priorizou as três regiões que mais demonstraram compromisso e engajamento na mobilização social: Bailique, Beira Amazonas e Mazagão. Nessas localidades, a presença da UEAP com forte vínculo estabelecido com as EFAs e a partir de uma cartografia das localidades, construída pelos

próprios comunitários das três localidades, tornou possível uma política pública, onde a Pró-Reitoria de Extensão criou o Núcleo de Desenvolvimento Territorial do Amapá.

A partir do protocolo, eles [os comunitários] conseguiram se organizar, eles criaram uma cooperativa, mas ela não é de todo o Arquipélago, ela é de uma parcela do Arquipélago. Daí eu destaco: qual o papel da universidade? Afinal, a universidade não pode atuar com uma parcela da população, ela tem que atuar com todo mundo. E eu acho que o grande desafio deles hoje, apesar de todas as conquistas, é que existem alguns gargalos que precisam ser compreendidos dentro dessa cooperativa, um deles é a compreensão de coletividade, para além do objetivo econômico. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 11, representante da UEAP, 2021).

Em termos de construção de capital social, o Protocolo do Bailique pode ser observado em diferentes níveis: o fortalecimento das associações que já existiam no território e fomento à criação de outras, como a ACTB, a entidade que hoje está responsável por implementar as decisões do Protocolo Comunitário, em um arranjo único, que desafiou e diluiu a estrutura de poder previamente existente no território, atraindo novas e jovens lideranças, assumindo um posicionamento suprapartidário.

[...] a gente começou o processo em 2014 de construção do protocolo comunitário, a partir daí a gente foi criando as instituições dependendo da demanda das comunidades..., todas as comunidades do Bailique possuem uma associação ou representação, que fazem esse papel de levar as demandas para o poder público ou para essas grandes mobilizações sociais, como foi o Protocolo. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

Nesse sentido, a ACTB é também se mostrou uma associação que inovou na forma em que as dinâmicas e as relações se dão, uma vez que se observava no território, até então, era a prática de dependência a partidos políticos.

A gente tem uma preocupação muito grande em não expor politicamente as lideranças das comunidades. Por isso, temos esse princípio interno de que as lideranças não se envolvam em questões político partidárias, não tome uma bandeira político partidária, porque esse é um dos riscos que a gente considera que pode causar a descontinuidade do nosso desenvolvimento. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

O Bailique tem uma questão de influência eleitoral muito forte, eles [os comunitários] praticamente definem a eleição em Macapá, então o território é muito visado por políticos locais, por isso a ACTB foi criada sobre uma base de princípios em que fica muito claro o posicionamento de nunca se filiar a

partido nenhum. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 6, representante da OELA e Fundação Porticus, 2021).

A mobilização e o engajamento social sempre foram a grande força motriz do Protocolo, mas o desenvolvimento da economia é o que mostra de forma mais concreta que as transformações estão acontecendo. A escolha da cadeia do açaí como prioritária, seguida pelo pescado, além da melancia e o maxixe como principais cadeias da entressafra, apresentou impactos socioambientais significativos para a sociedade do Bailique.

A gente decidiu que para gerar o desenvolvimento econômico e a partir daí criar uma estrutura capaz de desenvolver outras cadeias produtivas, a gente precisava assumir todas as etapas da cadeia do açaí: manejo, o transporte, a produção produtos diversos e a comercialização. Se uma dessas etapas não estiver na nossa mão, o resultado não vai ser o esperado. A gente viveu isso na prática nos últimos cinco anos. Quando a gente tiver se estruturado no açaí, a gente começa a estruturar a segunda cadeia, porque a gente não consegue desenvolver uma cadeia produtiva sem esse passo a passo. Por exemplo, começar com um diagnóstico produtivo, se eu for trabalhar o óleo de pracaxi, eu não posso trabalhar com essa cadeia de forma irresponsável... eu não vou explorar o pracaxi sem saber quanto tem na nossa floresta, onde estão as melhores matrizes, enfim, então é um passo a passo que a gente tem que seguir. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

A gente atua na extensão rural com o fortalecimento da agricultura familiar, e também com um viés de fortalecimento da organização, porque falar em agricultura familiar e não falar de organização do produtor, em associação e cooperativismo não é agricultura familiar. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 12, comunitário, representante da RURAP e AEFAB, 2021).

Em termos de impactos sociais, houve aumento dos salários e renda, garantia de acesso à educação com a criação da Escola Família, redução das desigualdades de renda, melhorias nas condições de trabalho e redução da pobreza. Na economia, o açaí do Bailique alcançou mercados para além do Amapá, e com a criação da cooperativa Amazonbai, estabeleceu regularidade e gestão sobre suas vendas locais, abriu novos postos de trabalho e em janeiro de 2022 inaugurou sua agroindústria. Na frente ambiental, os impactos foram notados na recuperação de áreas degradadas, na gestão das Florestas e ganhos de eficiência no uso de recursos naturais, no manejo adequado dos açaizais, que impactaram na melhor qualidade do fruto colhido nas safras de 2016 a 2019. Também é importante ressaltar que muitas dessas conquistas aconteceram a partir dos processos de certificações, que determinaram uma nova forma de gestão socioambiental para as comunidades extrativistas da região.

Em termos de contribuição para a Agenda 2030 da ONU, na escala local e na dimensão de conciliação, o protocolo Comunitário do Bailique endereçou soluções para os Objetivos 1³, 2⁴, 3⁵, 4⁶, 5⁷, 7⁸, 8⁹, 9¹⁰ e 12¹¹.

5.5 A COLABORAÇÃO

De volta ao modelo 3C, para que a ISB se sustente, é necessário que as comunidades locais colaborem e se relacionem com outros atores, como o Estado, ONGs, agências de cooperação internacional, imprensa e outros. Para Solava Ibrahim, a dimensão de Colaboração é aquela onde se nota o poder de real transformação institucional, com a culminância do apoio de vários atores e parceiros, somando esforços com as instituições locais, rumo a um mesmo objetivo maior.

Do ponto de vista de consolidação da ISB, apenas a ativação de agências individuais e coletivas (nas dimensões Conscientização e Conciliação) não são suficientes. As comunidades locais precisam desafiar as relações de poder desiguais entre elas e outros atores de desenvolvimento. Um bom exemplo é a sazonalidade das parcerias com ONGs, em que sua maioria só permanecem por dois ou três anos no território, enquanto durarem os projetos e por isso suscetíveis a descontinuidades de financiamentos e presença.

Destaca-se um caso concreto do Bailique na busca do atingimento de seu objetivo maior. O GT da Juventude, coordenado pela ACTB reforçou a demanda por maior oferta e melhoria da qualidade da educação na região, visando fixar o jovem no seu local de origem, pois muitos partem para as capitais visando aprimorar seus estudos e alcançar melhores oportunidades de emprego e renda. Esse mesmo GT levou a comunidade a concretizar um

³ Agenda 2030 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável #1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

⁴ Agenda 2030 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável #2: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável.

⁵ Agenda 2030 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável #3: assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos, em todas as idades.

⁶ Agenda 2030 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável #4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

⁷ Agenda 2030 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável #5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

⁸ Agenda 2030 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável #7: assegurar o acesso confiável, sustentável e moderno, por preço acessível à energia para todos.

⁹ Agenda 2030 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável #8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalhos decentes para todos.

¹⁰ Agenda 2030 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável #9: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

¹¹ Agenda 2030 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável #12: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

projeto ambicioso: o Centro de Vocação Tecnológica (CVT), uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC). Atualmente no Bailique, o CVT oferece um curso técnico em alimentos para os jovens alunos, tendo o açaí como o principal produto da biodiversidade local trabalhado nos laboratórios práticos. Nesse curso são apresentadas e aprimoradas algumas técnicas de processamento e desenvolvimento de subprodutos do açaí. Um exemplo é um laboratório móvel onde é ensinado o processo técnico de liofilização do açaí. Essa técnica permitirá um processamento diferenciado do açaí, possibilitando maior valor agregado ao produto, melhorando questões de logística e armazenamento do açaí. A estratégia local é que os alunos, uma vez formados no CVT, e posteriormente na Escola Família do Bailique, sejam admitidos no corpo técnico da Amazonbai.

Esse plano ambicioso de atração do CVT para o Bailique começou em 2016, quando foi realizado um processo seletivo com 80 jovens, de onde foram selecionados 20 alunos para o curso técnico em Alimentos no CVT. Essa conquista foi possível porque houve uma grande mobilização que contou com a participação dos Governos Federal e Estadual, das ONGs financiadoras e implementadoras do Protocolo do Bailique e da comunidade local organizada e focada no suprimento de uma necessidade comum.

Num dos nossos encontros, trouxemos o Ministério da Ciência e Tecnologia, e reunimos mais de 80 jovens para conversar com o secretário do MCTI na época. Esses jovens demandaram cursos profissionalizantes, de nível técnico pelo menos, não queriam apenas um curso de 40 horas, ou curta duração. Eles queriam cursos de formação profissional mesmo, para que saíssem de lá formados como técnicos ou tecnólogos. Daí surgiu o CVT. Hoje já são mais de 50 jovens formados, a maioria deles trabalha na ACTB, na Amazonbai, na nossa agroindústria, ou em outras empresas do Estado. Foi um período curto, mas de grande transformação. Antes só os mais velhos estavam à frente dos negócios e das instituições, enquanto hoje a maioria dos que assumiram responsabilidades são jovens. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

Também foi decidido pelo GT de juventude que o modelo Escola Família era o mais adequado para o Bailique, pois tais escolas trabalham com a Pedagogia da Alternância, em que o estudante permanece na escola por um determinado tempo, em seguida retornando para a comunidade para colocar em prática seus aprendizados ao mesmo tempo que tem a oportunidade de conviver com as gerações mais velhas e aprender sobre técnicas e conhecimentos tradicionais.

Eu vejo muito mais evidências de Inovação Social na escala local do que em uma perspectiva mais macro. Por exemplo, as Escolas Família e todo o trabalho que a UEAP vem fazendo nos laboratórios. De pensar como preparar a cadeia do pescado, ou que será feito com o resíduo do açaí para a comunidade. Tem uma cozinha comunitária com aproveitamento máximo dos alimentos. São coisas que não aparentam ser grandiosas, mas que ajudam a aumentar capacidades locais, além de ter um resultado ali, muito local. Foi assim que trouxemos o CVT como políticas públicas, tinha a real demanda local. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 6, representante da OELA e Fundação Porticus, 2021).

Apesar da complexidade da implementação do Protocolo do Bailique e da realização de várias ações ao mesmo tempo, o maior destaque de todas as mudanças provocadas pelo Protocolo Comunitário, enquanto instrumento de inovação social, é o fortalecimento da cadeia produtiva do açaí, escolhida como ação prioritária pelos comunitários. Além do extrativismo desse fruto ser uma das principais fontes de renda do território, ele é parte de toda a tradição e prática local, por meio da culinária, dos rituais de cura, das suas festividades, e da familiaridade das comunidades que manejam o fruto há gerações.

A partir da criação da cooperativa Amazonbai, por decorrência da organização dos produtores, uma série de oficinas para capacitação e estudo de boas práticas de manejo do açaí vêm sendo realizadas. Assim, foi possível combinar o conhecimento tradicional do extrativismo do açaí do Bailique com as melhores técnicas e o conhecimento científico mais adequado para aquela situação.

O compromisso e desempenho dos comunitários nesse sentido foi tão surpreendente, que em 2016 a Amazonbai obteve a certificação FSC de seus açais. Foi uma certificação histórica por ser a primeira de açaí no mundo. No caso do Bailique, a certificação incentivou a regularização fundiária desses campos, além de assegurar o melhor manejo florestal possível, com boas práticas sociais como a exigência de uso de equipamentos de proteção individual.

Em 2019, a AmazonBai obteve a certificação FSC para serviços ecossistêmicos, afinal, com a prática de manejo adequado dos açais é possível cuidar da manutenção da cobertura florestal e ainda contribuir para a conservação dos estoques de carbono e para a preservação da biodiversidade.

Dentre todos os empreendimentos certificados do Brasil, sejam empresas de madeira, de papel, qualquer um, a cooperativa do Bailique foi a primeira organização que conseguiu verificar e ter aprovado o certificado de serviços ecossistêmicos de carbono e biodiversidade. Então, eles são pioneiros nisso e também são pioneiros dessa certificação para a FSC ao criar a certificação de serviços ecossistêmicos a partir do caso deles, para ser uma ferramenta de

mercado mesmo. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 9, representante do IMAFLORA, 2021).

Do ponto de vista da inovação social, é importante destacar a decisão dos comunitários em buscar a certificação dos açazais como parte de uma estratégia desenhada com foco em desenvolver uma educação de qualidade no território. Assim, foi decidido pelos cooperados que 5% da venda de cada saca do açaí certificado seria direcionado para a construção de um fundo financeiro, com o objetivo de melhorar as instalações, ampliar e manter a Escola Família de Agroecologia do Bailique. Desde 2017, com o apoio desse fundo, a construção da Escola Família Agroextrativistas (EFAB) vem sendo possível, somada à doação do terreno, feita por uma família da comunidade e pela estrutura física que vem sendo erguida por meio de mutirões e apoio de financiadores externos.

A gente fundou a Amazonbai em 2017, já estamos no quinto ano de operação e o retorno econômico que a gente esperava, ainda não veio como a gente queria. Mas a mentalidade coletiva que a gente criou e a visão, fazem com que a gente permaneça acreditando que daqui a um, dois, três, dez anos, a Amazonbai e a Escola Família, vão ter seu retorno econômico. Os acordos que vieram antes de tudo isso, fazem com que a gente continue forte e trabalhando coletivamente para que a Amazonbai gere o desenvolvimento econômico que a gente espera e a qualidade de vida que a gente espera. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

O legado de conquistas do Bailique é imenso e o foco na educação ainda é a visão comum trabalhada desde a elaboração do Protocolo.

Quando a gente foi certificar o açaí, a certificadora chegou no território apresentando as normas do FSC, e dizendo que os extrativistas teriam que usar capacete, bota e cinto para subir no pé de açaí. Os comunitários reagiram imediatamente, mostrando para a instituição certificadora que eles não sabiam como se dava a colheita de açaí. Explicaram que eles subiam em um pé de açaí e lá de cima mesmo saltavam para outro pé, e que estivessem usando cinto isso os prejudicaria e até poderia causar um acidente. A certificadora também se adaptou e com os comunitários chegaram a um conjunto de normas adequado, onde estabeleceram que o açaí deve ter no máximo 12 metros para que o comunitário suba com segurança. Os mais altos são cortados, como prática do manejo do açazal, sem comprometer a qualidade dos frutos extraídos e ao mesmo tempo garantindo a segurança do comunitário. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 6, representante da OELA e Fundação Porticus, 2021).

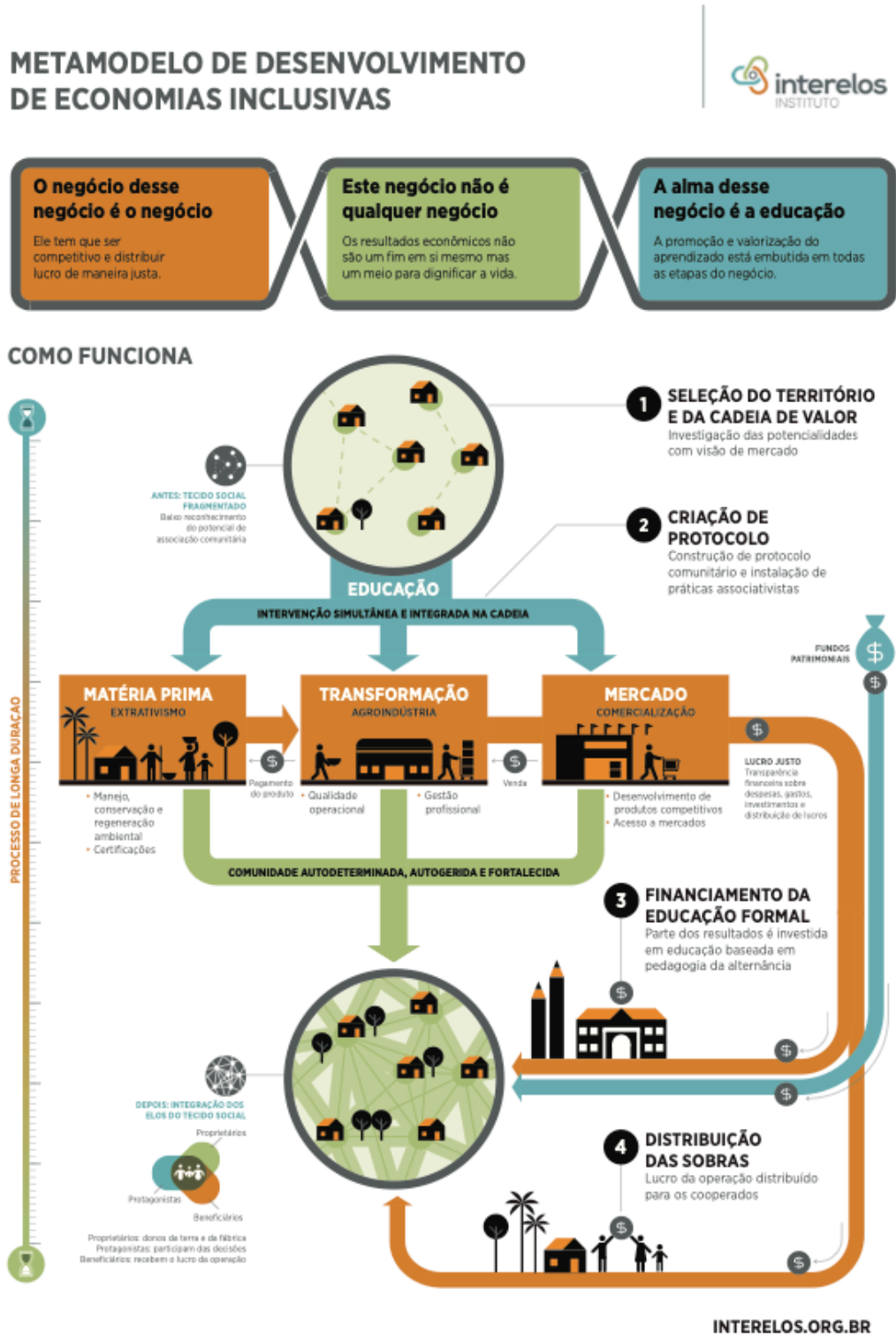
A Figura 11 explica um pouco como se dá na prática o funcionamento da Amazonbai e a interdependência das dimensões ambiental, econômica e social a partir da produção do açaí que tem a educação como alma do negócio.

“Desenhemos um planejamento estratégico para a Amazonbai para que, de fato, a cooperativa siga sendo gerenciada e gerida por 100% de produtores ou filho de produtores ou profissionais formados dentro desse território, daqui a 5, 10, 15 anos” (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 12, comunitário, representante da RURAP e AEFAB, 2021).

Ainda, o arranjo do negócio do açaí, ressaltando os ganhos com a certificação, tem um caráter educativo para toda sociedade do Bailique, pois ao longo do processo de se tornar uma cadeia certificada pelo FSC, há certos cuidados para que, além das questões de manejo ou sanitárias, sejam também preservados os direitos dos trabalhadores e a atenção com o meio ambiente. Os produtores certificados do Bailique seguem todos os critérios para aplicar e respeitar os direitos trabalhistas, e ainda se comprometem a zelar pela biodiversidade local com ações práticas que visem a conservação de espécies das suas florestas e a preservação de seus hábitos culturais.

O momento agora é de olhar para a mobilização social novamente, porque ela vai fortalecer a Amazonbai. Muitos dos cooperados de hoje não estavam ali na época de construir o protocolo. Conhecem, já escutaram falar, mas não tem o pertencimento daquilo. É o momento de revisitar o Protocolo. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 6, representante da OELA e Fundação Porticus, 2021).

Figura 11 - Infográfico: A Educação é a Alma do Negócio do Açaí – como funciona o ciclo de produção e engajamento social dos comunitários do Bailique



Fonte: Instituto Interelos (2021).

E finalmente, é imprescindível reforçar a importância da cadeia do açaí sendo trabalhada prioritariamente no Bailique. Em especial pela vertente da economia. Durante a elaboração do Protocolo Comunitário sempre esteve presente a necessidade de se eliminar a dependência que os produtores tinham com os atravessadores. Figura muito conhecida na realidade amazônica, esses atravessadores são responsáveis pela compra do açaí diretamente das comunidades que o extraem, revendendo as produções nas principais capitais e mercados na região. Assim, o preço do açaí é determinado por esse atravessador, sendo uma relação extremamente desigual e injusta para com os comunitários (BECKER, 2007; SOUZA, 2019; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014).

Por meio da cooperativa, atualmente os produtores vendem o açaí diretamente para o mercado de Macapá-AP. Hoje os cooperados possuem barco próprio, ideal para transportar o açaí. Também estão em todas as discussões e tomadas de decisão relativas ao modelo de comércio de sua produção.

A primeira venda de açaí certificado já qualificou o produto no mercado, que foi vendido pelo dobro do preço praticado pelo açaí sem certificação. Mas é importante lembrar que a certificação traz benefícios para além da agregação de preço. Em termos de bem-estar, há impactos na governança, saúde e segurança dos cooperados, manejo adequado dos recursos naturais, incrementos de produção e em custos evitados (BECKER, 2015; BRONDIZIO, 2021; WWF, 2016).

Outra vantagem de ser um cooperado da Amazonbai é o acesso a melhores técnicas para beneficiamento do açaí, pois antes somente o fruto/caroço e a polpa eram comercializados. Em dezembro de 2021 foi inaugurada uma agroindústria comunitária que somada à celebração de várias parcerias com universidades, torna possível o desenvolvimento conjunto de técnicas inovadoras para o beneficiamento do açaí, por exemplo a liofilização, e assim, cumprir um objetivo de médio/longo prazo para acessar mercados diferenciados, e a exportação dos seus produtos.

Além disso, a agroindústria permite um salto em volume de produção, de 7 para 30 toneladas por mês, e em agregação de valor para incremento de receita chega a valores que justificam os investimentos no ganho de qualidade e em tecnologias aplicadas nos processos para novos produtos finais a partir do açaí, incluindo perdas e custos evitados e novas possibilidades de logística. Os preços obtidos pelos cooperados por quilograma do caroço bruto é de R\$1,78, já a polpa extraída em um primeiro estágio de beneficiamento, atinge o valor de R\$ 10 por quilograma e o *sorbet*, acabado em um segundo estágio de industrialização obtém o valor médio de R\$ 14 por quilograma de produto final. Em relação à margem de contribuição

por conta da maior rentabilidade dos produtos beneficiados, a caroço atinge 4%, a polpa 18% e o sorbet 39%.

“As comunidades que participaram ativamente da construção do protocolo, são as aquelas onde a gente consegue perceber a transformação social maior” (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

É legítimo e positivo perceber que a comunidade busque alternativas para seguir implementando seu plano estratégico, atraindo parceiros com novas expertises e novos financiadores. Mas é importante chamar a atenção para os riscos inerentes a essa expansão na dimensão de Colaboração do modelo 3C. A ansiedade das lideranças e instituições podem impactar na distorção de alguns componentes críticos para o desenvolvimento da autonomia das comunidades. Financiadores privados, que ainda tenham agendas próprias podem influenciar negativamente o território ao impor a realização de algumas frentes de trabalho que não estejam alinhadas com as expectativas e ambições trabalhadas no Protocolo Comunitário (IBRAHIM, 2017; ZIEGLER; KARANJA; DIETSCHE, 2013; BECKER, 2009).

Em 2021, a chegada de um novo investidor privado no negócio do açaí causou certo descompasso quando as expectativas entre o financiador e a comunidade estavam sendo alinhadas. O financiador, tradicionalmente trabalha na lógica de desenvolvimento exógeno, enquanto todo o aprendizado do Bailique e a consolidação e prática do Protocolo Comunitário vêm sendo desenvolvidos a partir da abordagem de desenvolvimento endógeno. Na prática, o que se revelou no Bailique foi um novo apoiador com demanda alta para desenvolvimento de negócio, na crença de que o negócio impulsionaria a organização social, o fortalecimento das capacidades e o desenvolvimento de território. Por outro lado, a comunidade do Bailique vem se desenvolvendo e consolidando seu desenvolvimento local em uma área remota da Amazônia, a partir da própria Amazônia. O advento do Protocolo do Bailique só reforça e empodera as comunidades para que exerçam sua autonomia na plenitude.

Está na história das comunidades remotas e vulneráveis da Amazônia uma longa trajetória de exploração e negação de seus direitos, de massacre e usurpação de sua cultura. Por décadas, a Amazônia sofreu ondas de intervenção desencadeadas por planejamentos de curto prazo visando apenas ganhos econômicos imediatos. Suas comunidades locais voltavam ao esquecimento em curto ou médio prazo (IBRAHIM, 2017; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014; BRONDIZIO, 2021).

Eu não acho que as comunidades estão preparadas completamente no sentido de serem críticas o suficiente para receber o apoio privado. Há muita

ansiedade deles para alavancar o negócio do açaí, e produzir mais e vender e atrair mais parceiros.

[...]

A UEAP traz de forma muito clara o papel da universidade, sensibilizando todos e puxando políticas públicas. Este diálogo é muito valioso, mas também há o papel dos comunitários e dos parceiros no território em fazer essas pontes com as políticas públicas. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 6, representante da OELA e Fundação Porticus, 2021).

Tivemos alguns resultados muito bons, quando a gente fala em termos de política pública, a gente conseguiu levar os benefícios do programa da reforma agrária para mais de mil famílias que ainda não tinham sido assistidas por isso, assim como a questão de regularização fundiária ou a inclusão no Bolsa Família, pois milhares de famílias do Bailique estavam fora, além de outras questões mais simples, mas que foram importantes, como a ida dos bancos para fazer pagamento, como Bradesco, Brasil, Caixa Econômica Federal no Bailique. Foi também uma luta nossa de vários meses junto ao Ministério Público Federal. Também notamos que os parceiros de filantropia na região estavam nos apoiando com assistência técnica, mas sabíamos que não era para sempre, então a gente obviamente procurou o órgão de ATER [Assistência Técnica e Extensão Rural] do Estado, o RURAP, que está firmando um acordo de cooperação técnica com a Amazonbai e já está em campo trabalhando com georreferenciamento, com cadastro de DAP¹², com o levantamento de políticas públicas que esses produtores têm direito de acessar. Também queremos criar os acordos de cooperação técnica principalmente com outros órgãos do Estado e das Prefeitura, para que a gente consiga cobrir todas as necessidades daqui. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

Dada a dimensão do alcance e sucesso do modelo de negócio que tem a educação como alma do negócio, as contribuições do Protocolo do Bailique para a Agenda 2030 se comprova pelo atingimento dos Objetivos 2 e 4 para dimensão de colaboração, conforme o modelo 3C de Ibrahim (2017).

Em relação ao modelo 3C e sua aderência ao fomento de Inovação Social de Base na Amazônia, se releva a necessidade de inserir um novo “C” no framework, relativo à uma dimensão de “capital”. Como já destacado anteriormente, o desafio de promover e sustentar iniciativas de ISB para o ambiente amazônico em geral, é mais demorado do que o ambiente favorável à inovação tecnológica ou em ambientes urbanos. Os critérios de avaliação de impacto proposto por Solava Ibrahim para ISB no modelo 3C, sendo o sucesso, a escalabilidade e a sustentabilidade do Protocolo do Bailique, só puderam ser obtidos por conta do investimento

¹² A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Rural e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. É um documento obrigatório para acessar crédito do PRONAF e é destinado a populações tradicionais e pequenos produtores, sendo emitido pela EMATER (órgão de assistência técnica) com trâmites bancários realizados pelo Banco da Amazônia, no caso do Amapá.

continuado de capital por mais de uma década. Obviamente que nesse caso, o compromisso com o vínculo duradouro no território praticado pelas instituições da igreja, por ONGs com foco na Amazônia e pela filantropia privada por um período de tempo adequado para a transformação de base foram imprescindíveis.

5.6 NOVAS EXTERNALIDADES

Como as comunidades do Bailique, Beira Amazonas e Mazagão estão em plena implementação e trabalhando ainda para a sustentação das transformações sociais viabilizadas a partir do Protocolo Comunitário do Bailique, é imprescindível ressaltar que as dinâmicas de realidade são uma condição inerente aos processos de IS (IBRAHIM, 2017; GASPARIN, 2020). Assim, novos desafios, oportunidades e dilemas surgem a todo momento, e cabe a estas comunidades, por meio de suas associações e representatividades garantir uma reposta ou reação aos novos contextos. Quanto mais resilientes estas comunidades forem, mais hábeis estarão para seguir seus planos e transformar seus territórios. Não se trata, obviamente de um estado estanque em que uma comunidade é ou não é resiliente. Em muitas das vezes é necessário fortalecer ou despertar novas capacidades para que o processo de ISB não se descontinue ou se interrompa. Por isso, maturidade da governança se torna um dos critérios de sustentabilidade da iniciativa (IBRAHIM, 2017; GASPARIN, 2020; PORTALES, 2019).

5.6.1 A Pandemia de COVID-19

A pandemia foi devastadora para a América Latina. Na Pan-Amazônia, os impactos negativos da crise sanitária sobre a economia e o desenvolvimento social, observados em terras brasileiras, colocou à prova o legado de projetos que perduravam por cerca de duas décadas. Foi nesse momento que a resiliência tão estudada por pesquisadores em todo mundo e tão incentivada por ONGs e instrumentos de cooperação internacional foi instrumental, revelando uma pequena parcela da população da Amazônia Brasileira consciente e pronta para um evento tão drástico de mudança.

Os comunitários do Bailique perderam toda a safra de açaí de 2020. Por conta da necessidade de isolamento das famílias, os cooperados não puderam ir a campo colher o precioso fruto.

A Amazonbai, por meio da composição de um fundo de contingência, teve condições de antecipar o valor da safra de 2021 e ainda manteve a distribuição de cestas básicas e água potável para seus cooperados em 2020 e 2021.

Ser um cooperado se mostrou uma vantagem durante a pandemia do Coronavírus, em 2020. A Amazonbai conseguiu adiantar o valor as safra, as cestas básicas de vários meses, o fez uma diferença muito grande. E aí isso fez com que só no Bailique, cerca de 200 produtores que estavam fora da Amazonbai pedissem para fazer o cadastro para entrar a partir de 2021 e assim, também fazer parte da Amazonbai. E no Beira Amazonas nós tivemos quase 100 candidaturas. Nós tivemos um curso no Beira Amazonas de pós práticas de açaí essa semana passada, com mais de 60 pessoas em dois cursos. Então, tem uma procura muito grande. Hoje temos uma fila de espera para admitir mais cooperados, pois a gente não consegue absorver todos, não consegue processar toda a produção deles... a nossa fábrica é bem pequena e a gente não consegue processar. Mas a gente está indo aos poucos e tentando absorver todo mundo. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

5.6.2 Mudanças climáticas

Se considerarmos a gestão de riscos para o território do Bailique e a percepção de seus comunitários sobre seus receios em relação ao futuro, as mudanças climáticas são o tópico mais relevante. Em especial pelo grau de incerteza que traz para a gestão dos negócios comunitários e para o planejamento do território. O Bailique nos dois últimos anos teve em seu cotidiano de efeitos de mudança climática, a salinização da água, o calendário de chuvas alterado, a floração do açaí fora de época, cheias e o fenômeno de “terras caídas” nas margens das ilhas, entre outros resultados e impactos.

A minha principal preocupação hoje é com questões ambientais propriamente ditas. As mudanças ambientais, elas têm sido percebidas no Bailique e no Beira Amazonas de forma bem acentuadas nos últimos cinco anos. O regime das chuvas tem mudado bastante, a gente conseguia prever, anos anteriores que choveria em outubro, que era ótimo para o no açaizal, que estava dando flor nessa época. Daí choveria mais um pouquinho em dezembro, para depois chover mais em janeiro e fevereiro. Em geral, até junho chovia bastante. Agora isso não é mais constante. Há ano em que chove muito em outubro, o que é ruim, porque a chuva em excesso acaba derrubando as flores que não conseguem gerar os frutos do açaí, enfim, a safra acaba sendo prejudicada. A gente percebe que a produção tem mudado bastante, um ano dá bastante açaí, dois, três anos dá pouco. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

Muitas das vezes, os comunitários já vêm lidando com esses efeitos, mas ainda não identifica com clareza as causas. Nesse sentido, alguns estudos científicos são demandados para o território, para que os comunitários pudessem aprimorar seu planejamento para o território, bem como mitigar eventuais efeitos.

No momento, tem a questão da água salgada, que invadiu o Bailique e está muito próxima do Beira Amazonas e com certeza ela vai prejudicar várias cadeias produtivas que dependem de água doce, principalmente o açaí. Então é um risco que eu considero muito grande para o futuro, se nada mudar, eu acho que o impacto vai ser muito grande na cadeia produtiva do açaí e outras. Ainda não sabemos o que causa isso exatamente, mas tem impacto direto na nossa produção. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 1, comunitário, representante da ACTB, EFAB e Amazonbai, 2021).

O fenômeno que eles chamam de terras caídas, já testemunhamos vários metros de margem desabando. Se você for na Vila Progresso hoje, você não sabe andar mais, porque as casas que a gente conhecia caíram. É uma situação no território muito recente. A dinâmica das chuvas mudou. O local da desova dos peixes mudou e ainda temos a salinização da água, que pode afetar até o próprio açaí, que pode ficar mais salgado no futuro”. Não sabemos se isso é consequência da operação da hidroelétrica, do agronegócio, da criação de búfalos ao redor da região. Precisariamos de estudos e pesquisas mais precisos para identificar soluções de enfrentamento. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 6, representante da OELA e Fundação Porticus, 2021).

Tem uma conversa sobre mudança climática, mas eu acho que localmente eles falam isso, mas como uma repetição do que eles estão escutando, não é tão internalizado por eles ainda. Não entenderam ainda o que isso significa para o dia a dia deles ou para o planejamento da safra, ou como que isso pode ser ligado à uma política pública. (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 6, representante da OELA e Fundação Porticus, 2021).

5.6.3 A organização social e o compromisso de longo prazo

A pesquisa, por meio da análise dos dados obtidos, revelou a importância da força social já estabelecida no Bailique há gerações. A formação da cooperativa é a consolidação de um processo de organização social que demanda décadas para seu amadurecimento e aprimoramento. Mesmo antes da ACTB ou da Amazonbai, as pequenas associações sempre tiveram um papel relevante na busca de coesão social, tendo os grandes movimentos sociais como propulsores e referência para a formação da institucionalidade das representações locais.

Segundo a OECD (2011), a coesão social visa o bem-estar de todos os membros de uma sociedade ou comunidade, trabalhando no enfrentamento da exclusão ou marginalização, criando senso de pertencimento, promovendo confiança e oferecendo aos seus membros a

oportunidade de mobilidade social. Em sociedades da remota Amazônia, iniciativas como o Protocolo Comunitário do Bailique reforçam a autonomia e o desenvolvimento de capacidades para a ISB a partir da coesão social (OECD, 2011; BECKER, 2009; FONSECA; LUKOSCH; BRAZIER, 2019).

Pesquisadores, entusiastas do desenvolvimento regional endógeno, também convergem no entendimento de que as experiências de desenvolvimento socioeconômico, ou de inovação social, ou de conclusão científica são precedidas sempre pelo amadurecimento da prática social (BECKER, 2005; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014; ABRAMOVAY, 2020).

Os resultados da presente pesquisa confirmam que a proteção dos modos de vida dos comunitários do Bailique é parte do propósito dessas pequenas associações existirem, pela conquista e manutenção da autonomia do território. Por isso, o cooperativismo se confirma como uma potência para a ISB acontecer e se sustentar, além de consolidar o amadurecimento da prática social (BECKER, 2005; VIEIRA; SANTOS JUNIOR; TOLEDO, 2014). O principal desafio dessas organizações de base é justamente a superação da presente descapitalização e a consequente precarização de sua infraestrutura por conta da ausência de manutenção, obsolescência de instalações físicas e equipamentos, e a necessidade de adequação estratégica para servir às novas gerações, como no caso das EFAs, por exemplo.

Parte dessa descapitalização das associações locais se explica pela incompatibilidade dos tempos de desenvolvimento demandados em campo, com o tempo dos programas públicos de fomento e projetos oriundos de doares privados. No ambiente da remota Amazônia, a grande dispersão geográfica só pode ser trabalhada levando-se em conta a capilaridade das instituições locais, a potência das cooperativas com o empreendedorismo de seus cooperados e comunitários.

Assim, não é possível identificar o sucesso e a sustentabilidade de uma cooperativa de base sem o devido acompanhamento por pelo menos dez anos. O imediatismo da filantropia, dos programas públicos de fomento e dos investidores privados não se mostra adequado para a real mudança social que se desenvolve por décadas até atingir a Inovação Social e a mudança concreta de paradigmas.

“Não sei se isso existe, mas deveria ter plano de negócio não só para o negócio, mas também para o desenvolvimento do território, para o fortalecimento do capital humano e social” (DEPOIMENTO DO INDIVÍDUO 3, comunitário, representante da ANAMA e EFAC, 2021).

É justamente na mudança de paradigmas promovido pela Inovação Social de Base que é possível identificar contribuições claras no combate à desigualdade e na superação da

pobreza, em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, estabelecidos para a Agenda 2030 (AGOSTINI; RAMOS, 2020).

As pesquisadoras Ramos e Agostini (2020), elaboraram um levantamento em 2020, dos quais identificaram as principais correspondências das ações desenvolvidas no Bailique a partir do Protocolo Comunitário com os Objetivos da Agenda 2030. Os mesmos objetivos mapeados pelas pesquisadoras estiveram presentes nos depoimentos e entrevistas dos indivíduos que participaram da presente pesquisa e os resultados distribuídos nas dimensões do modelo 3C: conscientização, conciliação e colaboração pela autora.

6 CONCLUSÃO

Retomando a pergunta de pesquisa deste trabalho, “como o fortalecimento de capacidades individuais e coletivas contribui para a Inovação Social em comunidades vulneráveis na Amazônia?”, e a partir das análises realizadas no capítulo anterior, alguns caminhos e atributos são destacados a seguir para endereçar uma resposta que concilie processos, pessoas e temas, visando uma sociedade menos desigual e formas alternativas de relacionamento com a natureza.

Primeiramente, extrapolando a dimensão de capacidades, uma educação que faça sentido para o território e seus indivíduos desde seu nascimento, e que preserve e desenvolva a autonomia dessas comunidades, de forma continuada, é a base para a promoção e sustentação da ISB na remota Amazônia. As escolas comunitárias, muitas vezes formadas pelos familiares dos estudantes, como no caso das EFAs, também são espaços cívicos, e de promoção de novas formas de cidadania. É nesse espaço que jovens e mulheres vêm se fortalecendo e gradativamente ocupando lugares nas instâncias de tomada de decisão coletivas. É também na escola que está a maior oportunidade da Amazônia, para seu desenvolvimento socioeconômico, a partir da vantagem do bônus demográfico nas próximas três décadas. Estando essa vantagem unicamente na Amazônia, esta janela de oportunidade deve ser reconhecida e trabalhada nacionalmente.

A educação que promoverá o combate às desigualdades e a superação da pobreza em comunidades vulneráveis na Amazônia deve ter como objetivos a proteção da biodiversidade, o combate ao desmatamento e o fortalecimento de capacidades desses grupos sociais para gestão e aprimoramento técnico. Esses novos objetivos se tornarão possíveis e escaláveis a partir do resguardo de direitos dessas comunidades e de seu acesso à floresta e à terra.

Na experiência de base também está um imenso potencial propulsor para o desenvolvimento científico, justamente a partir de iniciativas inovadoras de grupos e comunidades locais, que já estão avançando na colaboração entre os saberes tradicionais e o conhecimento da ciência, mas para que essa combinação realmente atinja seu potencial máximo, ainda se faz necessário todo e qualquer esforço para valorizar, tirar da invisibilidade e superar preconceitos com os conhecimentos tradicionais.

Ainda há de ser superado o preconceito e a percepção de que o que motiva as pesquisas com comunidades de base é somente a reivindicação ou a luta pela conquista de acesso a terra. Uma vez que essa agenda já vem sendo trabalhada há décadas em colaboração entre governos,

ONGs, igrejas e comunidades tanto para a sobrevivência quanto para o bem viver das populações tradicionais da Amazônia.

Para que a ISB ocorra e se sustente, há de se modificar também a lógica com que o desenvolvimento local é planejado e implementado. Uma combinação de abordagens pode vir a ser um bom caminho, desde que sejam respeitados os planos de vida e os protocolos que façam sentido para as localidades que sofrem as intervenções. A pesquisa confirmou que o desenvolvimento endógeno é o que melhor adere às demandas de ISB, como ponto de partida para qualquer intervenção na base. A fase de implementação do Bailique deixou uma lição preciosa de que priorizar unicamente o pilar econômico pode estacionar ou enfraquecer o engajamento e a mobilização social. Ao mesmo tempo é na fase de implementação que já devem ser demonstrados alguns resultados concretos após certo tempo de mobilização, e então, o pilar econômico é o impacto mais tangível e pragmático.

A fortaleza da ISB alcançada no Bailique ainda é recente e demanda mais tempo para que ganhe maturidade e efetivamente configure igualdade de meio, seja aprimorando a cadeia produtiva do açaí, incrementando renda, buscando igualdade de oportunidades, resguardando seus direitos e garantias fundamentais. Essa demanda de tempo até que sejam observadas mudanças sistêmicas em comunidades de base da Amazônia está em descompasso com o imediatismo, a lógica de projetos de curta duração, ou ainda com a ansiedade praticados pelos principais financiadores de iniciativas socioambientais na Amazônia. Um princípio de vínculo duradouro com os territórios, a ser praticado por organismos internacionais, agências de cooperação, filantropia privada e programas de governo, soa como uma nova atitude de compromisso para transformação de realidades respeitando o tempo natural das populações tradicionais da Amazônia.

Uma mudança sistêmica necessária para tirar da vulnerabilidade as comunidades remotas da Amazônia deve contemplar a promoção da organização social local. Os Protocolos Comunitários são instrumentais para o atingimento de objetivos maiores e comuns, bem como a transformação social.

O incentivo aos micro e pequenos empreendimentos coletivos liderados e compostos por mulheres concentram um impressionante potencial para contribuir com a sustentação futura da Amazônia, desde que não permaneçam à margem dos planos de desenvolvimento para a região.

Já na dimensão ambiental, a inovação socioecológica sendo uma nova abordagem dentro do pensamento de resiliência, abre caminhos para que projetos e iniciativas que vislumbrem o bem-estar humano, ao mesmo considerem como resultado ou impacto o aumento

da capacidade dos ecossistemas de produzirem serviços. Nesse sentido, há oportunidades para aumento de iniciativas por meio de fundos de fomento a este tipo de inovação, com oferta de capital inicial para empreendimentos coletivos de base, entre outros incentivos econômicos, com potencial de impacto global. Da mesma forma, as instituições e indivíduos responsáveis por soluções econômicas e tecnológicas necessitam de um letramento em socioecologia, para que desenhem e configurem novas e diferentes propostas de investimentos, geração e aporte de conhecimento tendo o uso sustentável dos ecossistemas e seus serviços como ativos. A exemplo, temos a FAO investindo em novos arranjos institucionais de base para promover agricultura agroecológica e tradicional na Amazônia, ou ainda a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) planejando gestão pesqueira comunitária com base em ecossistemas e sociobiodiversidade na região.

E, finalmente, para que seja sustentável e em consonância com o grande pressuposto da Agenda 2030 da ONU, onde ninguém é deixado para trás, um novo modelo de intervenção na Amazônia deve considerar o bem-estar das populações tradicionais como prioridade e não apenas ser pautado pelas grandes economias. Assim, filantropias e empresas privadas, setor público, sociedade civil organizada, igrejas e comunidades podem colaborar ativamente para que a ISB enderece soluções não apenas para as localidades, havendo oportunidades para superar questões socioambientais globais, desde que as respectivas agendas estejam alinhadas e trabalhando para um objetivo maior e comum.

Em relação à contribuição teórica, há 4 aspectos a serem considerados a partir da presente pesquisa, tendo o modelo 3C de Solava Ibrahim como um norteador:

- a) sustentabilidade: para que se monitore e avalie a sustentabilidade de ISB na Amazônia, é necessário trazer à tona a questão da sucessão geracional ou ainda mais especificamente, como se estabelece o diálogo intergeracional, para que todo o conhecimento tradicional seja valorizado, mantido e combinado com o conhecimento científico para que adicione valor e qualidade aos modos de vida desses comunitários para as gerações presente e futuras. Ainda, a sucessão geracional bem trabalhada, só será possível se os jovens que não participaram ativamente do momento de virada, ou de transformação social, possam conhecer e dominar sua história, valorizar suas conquistas e atuar como guardiões do bem-estar de suas comunidades;
- b) a escalabilidade em ISB em territórios vastos e complexos como a Amazônia, deve ser focada principalmente na incorporação de territórios vizinhos e que tenham relações socioeconômicas, culturais e ambientais similares. Há de se ter

cuidado com a ambição de ganhos de escala em modelos bem-sucedidos, justamente porque a ISB não é replicável em sua totalidade, pois cada iniciativa comunitária é artesanalmente desenhada e implementada localmente, afinal o território amazônico é feito de várias “Amazônias”, com contextos de alta complexidade e adversidades únicas;

- c) o fator de sucesso catalisador da ISB é a organização social já estabelecida. Até que essa grande virada aconteça, há décadas de preparação, no sentido de fortalecer capacidades, desenvolver capital humano e permitir ambientes de inclusão para todos; A partir daí o capital social se fortalece, a comunidade ganha coesão social e a ISB acontece. Assim, pode-se dizer que não existem iniciativas de ISB de curto prazo na Amazônia;
- d) o fortalecimento de capacidades, não deve ser percebido apenas como processo visando promover ISB. Ele é, na verdade, meio e fim para a ISB na remota Amazônia. Haja vista o contínuo aprimoramento do capital social da região costeira do Amapá a partir do Protocolo do Bailique, como o ponto de virada para a ISB.

Esta pesquisa tem algumas limitações. Por conta da necessidade de isolamento durante a pandemia da COVID-19, não foi possível visitar pessoalmente as comunidades do Bailique, nem as de Beira Amazonas ou Mazagão. As entrevistas foram todas feitas por videochamadas com comunitários, consultores e representantes de ONGs ou agentes de governo envolvidos de forma direta no projeto, o que pode limitar a percepção sobre possíveis falhas da iniciativa, além daquelas capturadas nas análises de conteúdo pela pesquisadora ou apontadas diretamente pelos entrevistados.

Ainda, pela complexidade do tema e pelas adversidades identificadas ao longo da pesquisa, novos estudos são necessários para que o desenvolvimento do território e daquela sociedade sigam se aprimorando e adaptando nas próximas décadas. Eis algumas sugestões de futuros temas para pesquisas:

- a) é imprescindível relacionar os impactos das mudanças climáticas para uma análise de exposição a novas vulnerabilidades das quais as comunidades localizadas no grande estuário do Amazonas estão expostas. Fenômenos como a salinização da água, a “terra caída”, as irregularidades dos períodos de chuva, entre outros devem ser investigados para que a causa desses problemas seja combatida, mitigada ou reparada;

- b) por serem iniciativas relativamente novas, tornam-se necessários estudos que aprofundem e detalhem os impactos dos Protocolos Comunitários a médio e longo prazos, e em que dimensão se fazem necessárias políticas públicas que fomentem esses arranjos locais;
- c) surgimento e o fortalecimento de novos movimentos e de negócios sociais liderados por mulheres e jovens em comunidades de base são um promissor campo de investigação para aprimorar o entendimento e as tendências do que vem a ser ISB para a Amazônia e para a América Latina nos próximos 30 anos. Ainda mais que é na Amazônia que está a grande oportunidade do bônus demográfico latino-americano.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- AGOSTINI, M. R.; RAMOS, R. P. *O Protocolo Comunitário do Bailique: cuidando da floresta e reduzindo desigualdades estruturais*. Santiago, Chile: CEPAL, 2020. Disponível em: <https://biblioguias.cepla.org/bigpushparaasustentabilidade>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- AGUIAR, A. P. D. et al. Development paradigms contributing to the transformation of the Brazilian Amazon: do people matter? *Current Opinion in Environmental Sustainability*, [s. l.], v. 26-27, p. 77-83, 2017.
- BARCA, Fabrizio; MCCANN, Philip; RODRÍGUEZ-POSE, Andrés. The case for regional development intervention: place-based versus place-neutral approaches. *Journal of regional science*, v. 52, n. 1, p. 134-152, 2012.
- BARRETT, C. B.; CONSTAS, M. A. Toward a theory of resilience for international development applications. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, [s. l.], v. 111, n. 40, p. 14625-14630, 2014.
- BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 23-38, 2017.
- BECKER, B. K. *Amazônia, fronteira experimental para o século XXI*. Bioética no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999.
- BECKER, B. K. Amazônia: mudança climática, projetos globais e interesse nacional. *Parcerias Estratégicas*, [s. l.], v. 18, n. 36, p. 107-128, 2015.
- BECKER, B. K. Amazônia sem extremismo. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 10, 2004.
- BECKER, B. K.; COSTA, W. M. *Dimensões humanas da biosfera-atmosfera na Amazônia*. São Paulo: Edusp, 2007.
- BECKER, B. K. *Organização e conflitos na sociedade civil da Amazônia*. Amazônia – desafios e perspectivas para a missão. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 83-108.
- BECKER, B. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: CASTRO, I. et al. (Org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 223-244.
- BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias estratégicas*, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010.
- BIERNARCKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods and Research*, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 141-163, nov. 1981.

BIGGS, R.; SCHLÜTER, M.; SCHOON, M. L. (Ed.). *Principles for building resilience: sustaining ecosystem services in social-ecological systems*. Cambridge: University Press, Cambridge, 2015.

BOWEN, G. A. Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, [s. l.], 2009.

BRASIL. *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 2 out. 2021.

BRASIL. *Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015*. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm. Acesso em: 2 out. 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. *Plataforma de Territórios Tradicionais*. Brasília, DF: MPF, 2022. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sppea/sistemas/plataforma-de-territorios-tradicionais>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRONDIZIO, E. S. et al. Making place-based sustainability initiatives visible in the Brazilian Amazon. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 49, p. 66-78, 2021.

BRONDIZIO, E. S.; MORAN, E. F. Human dimensions of climate change: the vulnerability of small farmers in the Amazon. *Philosophical transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, [s. l.], v. 363, n. 1498, p. 1803-1809, 2008.

BRONDIZIO, E. Uma agricultura amazônica: sem o conhecimento do agricultor ribeirinho não haveria expansão global da economia do açaí. In: CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (Org.). *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. São Paulo: SBPC, 2021. V. 3. p. 141-151.

BUTLER, J. *Giving an account of oneself*. Canada: Fordham University Press, 2009.

CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, [s. l.], v. 82, p. 42-51, 2014.

CARPENTER, S. R.; FOLKE, C. Ecology for transformation. *Trends in ecology & evolution*, [s. l.], v. 21, n. 6, p. 309-315, 2006.

CASTRO, F.; LOPES, R. L.; BRONDIZIO, E. S. A Amazônia Brasileira em tempos de COVID-19: da crise à transformação? *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 23, p. 1-11, 2020.

CEPAL. *La ineficiencia de la desigualdad (LC/SES.37/4)*. Santiago, Chile: CEPAL, 2018.

Disponível em:

https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43569/4/S1800303_pt.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

CEPAL. *Relatório Pactos para a Igualdade: rumo a um futuro sustentável*. Santiago, Chile: Repositório CEPAL, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11362/40013>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CHRISTIANSEN, J. K.; GASPARIN, M. How experiments in the fuzzy front end using prototyping generates new options. *CERN IdeaSquare Journal of Experimental Innovation*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 35, 2017. DOI: 10.23726/cij.2017.463.

COLE, D. H. From global to polycentric climate governance. *Climate law*, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 395-413, 2011.

COMISSÃO EUROPEIA. *Livro verde sobre a inovação*. Boletim da União Européia, [s. l.], v. 5, 1995. Supl. p. 95

CONTIPELLI, E. Polycentric approach to global constitutionalism and climate change. *Revista Catalana de Dret Ambiental*, [s. l.], v. 10, n. 1, 2019.

COSTA, C. E.; PINHO NETO, V. R.; DUARTE, M. P. F. D. *Finanças públicas na Amazônia: resultados educacionais*. [S. l.]: Amazônia 2030, jan. 2022. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Relatorio-1-Financas-publicas-27.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

CRESWELL, J. W. *Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches*. 2nd ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2017.

CRUZ, T.; PORTELLA, J. *A Educação na Amazônia Legal: diagnóstico e pontos críticos*. [S. l.]: Amazônia 2030, dez. 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/12/AMZ2030-A-Educacao-na-Amazonia-Legal.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

CUNHA, J.; BENNEWORTH, P.; OLIVEIRA, P. Social entrepreneurship and social innovation: a conceptual distinction. In: FARINHA, L. M. C. *Handbook of research on global competitive advantage through innovation and entrepreneurship*. Hershey, Pensilvânia, EUA: IGI Global, 2015. p. 616-639.

DAVOUDI, S. Just Resilience. *City & Community*, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 3-7, 2018.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, I. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ELMQVIST, T. et al. Sustainability and resilience for transformation in the urban century. *Nature sustainability*, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 267-273, 2019.

- FIBRGR, J.; SATÍNSKY, D.; SOLICH, P. A UHPLC method for the rapid separation and quantification of anthocyanins in acai berry and dry blueberry extracts. *Journal of Pharmaceutical and Biomedical Analysis*, [s. l.], v. 143, p. 204-213, 2017.
- FOLKE, C. et al. Resilience: now more than ever. *Ambio*, [s. l.], v. 50, p. 1-4, 2021.
- FOLKE, C. et al. Resilience thinking: integrating resilience, adaptability and transformability. *Ecology and society*, [s. l.], v. 15, n. 4, 2010.
- FOLKE, C. et al. Social-ecological resilience and biosphere-based sustainability science. *Ecology and Society*, [s. l.], v. 21, n. 3, 2016.
- FOLKE, C. Resilience. *Ecology and Society*, [s. l.], v. 21, n. 4, 2016. (Republished). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/26269991>. Acesso em: 14 maio 2021.
- FONSECA, X.; LUKOSCH, S.; BRAZIER, F. Social cohesion revisited: a new definition and how to characterize it. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 231-253, 2019. DOI10.1080/13511610.2018.1497480.
- FREITAS, M.; FREITAS, M. C. S. Regional Development for Sustainability in Amazônia: controversies and challenges. *Geography Environment Sustainability*, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 112-131, 2018.
- FUGATE, M.; KINICKI, A. J.; ASHFORTH, B. E. Employability: a psycho-social construct, its dimensions, and applications. *Journal of Vocational Behavior*, [s. l.], v. 65, n. 1, p. 14-38, 2004.
- GASPARIN, M. et al. Business as unusual: a business model for social innovation. *Journal of Business Research*, [s. l.], v. 125, 2020.
- GILLSON, L. et al. Finding common ground between adaptive management and evidence-based approaches to biodiversity conservation. *Trends in Ecology & Evolution*, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 31-44, 2019.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons: the population problem has no technical solution; it requires a fundamental extension in morality. *Science*, [s. l.], v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.
- HECHT, S. et al. *Science Panel for the Amazon (SPA)*. [S. l.], 2021.
- HOLLING, C. S. Resilience and stability of ecological systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 1-23, 1973.
- IBGE. *Amazônia Legal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?edicao=30963&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- IBGE. *Censo Agropecuário 2017, Resultados Definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 1 nov. 2020.

IBGE. *PNADC-IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual*, 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 8 nov. 2021.

IBGE. *Produto Interno Bruto dos municípios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 22 jan. 2022.

IBRAHIM, S.; ALKIRE, S. Agency and empowerment: a proposal for internationally comparable indicators. *Oxford Development Studies*, [s. l.], v. 35, n. 4, p. 379-403, 2007.

IBRAHIM, S. How to build collective capabilities: the 3c-model for grassroots-led development. *Journal of Human Development and Capabilities*, [s. l.], v. 18, p. 197-222, 2017. DOI: 10.1080/19452829.2016.1270918.

IBRAHIM, S. Introduction: the capability approach: From theory to practice – rationale, review and reflections. In: *The Capability Approach*. Palgrave Macmillan, London, 2014. p. 1-28.

IMAZON. *Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira*. Belém: Imazon, 2021. Disponível em: <https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/ipsx.tracersoft.com.br/documents/2021/resumo-executivo-ips-v05Dez2021.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

INEP. *Censo Escolar 2021*. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 25 fev. 2022.

INSTITUTO INTERELOS. *Notícias*. São Paulo: Instituto Interelos, 2021.

IPCC. *Climate change 2014: synthesis report. contribution of working groups i, ii and iii to the fifth assessment report of the intergovernmental panel on climate change*. Geneva, Switzerland: IPCC, 2014.

JOLY, C.; NOBRE, C. *A preservação da Amazônia através da Bioeconomia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2020. Disponível em: <http://www.abc.org.br>. Acesso em: 26 dez. 2021.

KLEIN, H. K.; MYERS, M. D. A set of principles for conducting and evaluating interpretative field studies in information systems. *MIS Quarterly*, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 67-94, 1999.

KOHLER, F.; BRONDIZIO, E. S. Considering the needs of indigenous and local populations in conservation programs. *Conservation Biology*, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 245-251, 2017.

LEACH, M. et al. Equity and sustainability in the Anthropocene: A social–ecological systems perspective on their intertwined futures. *Global Sustainability*, Cambridge, v. 1, 2018.

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações*, Campo Grande, v. 17, p. 66-76, 2016.

LOBÃO, M. S. P.; LIMA, C. C.; STADUTO, J. A. R. Análise ambiental na Amazônia brasileira: o caso da região Norte do Brasil a partir dos anos 2000. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 59-82, 2018.

MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCGINNIS, M. D. An introduction to IAD and the language of the Ostrom workshop: a simple guide to a complex framework. *Policy Studies Journal*, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 169-183, 2011.

MELLO, D.; SCHMINK, M. Amazon entrepreneurs: women's economic empowerment and the potential for more sustainable land use practices. *Women's Studies International Forum*, [s. l.], v. 65, p. 28-36, 2017.

MGUNI, N.; BACON, N.; BROWN, J. F. *The wellbeing and resilience paradox*. London: The Young Foundation, 2012.

MILLER, F. et al. Resilience and vulnerability: complementary or conflicting concepts? *Ecology and Society*, [s. l.], v. 15, n. 3, 2010. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/26268184>. Acesso em: 11 jul. 2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para a Agenda 2030*. [S. l.]: ONU, 2021.

NYSTRÖM, M. et al. Anatomy and resilience of the global production ecosystem. *Nature*, [s. l.], v. 575, n. 7781, p. 98-108, 2019.

OCDE. *Brazil: country note*. Paris: Education at a Glance, 2020.

OECD. *Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development Publishing, 2018.

OECD. *Perspectives on Global Development 2012: Social Cohesion in a Shifting World*. Paris: OECD Publishing, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1787/persp_glob_dev-2012-en. Acesso em: 19 jan. 2022.

OSTROM, E. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. *Science*, [s. l.], v. 325, n. 5939, p. 419-422, 2009.

OSTROM, E. Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems. *American economic review*, [s. l.], v. 100, n. 3, p. 641-72, 2010.

OSTROM, E. Coping with tragedies of the commons. *Annual review of political science*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 493-535, 1999.

OSTROM, E. et al. Revisiting the commons: local lessons, global challenges. *Science*, [s. l.], v. 284, n. 5412, p. 278-282, 1999.

OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. How types of goods and property rights jointly affect collective action. *Journal of Theoretical Politics*, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 239-270, 2003.

OSTROM, V.; TIEBOUT, C. M.; WARREN, R. The organization of government in metropolitan areas: a theoretical inquiry. *American Political Science Review*, [s. l.], v. 55, n. 4, p. 831-842, 1961.

OTCA. *Nossa Amazônia*. Brasília, DF: OTCA, 2021. Disponível em: <http://otca.org/pt/amazonia/>. Acesso em: 25 dez. 2021.

PAINEL CIENTÍFICO PARA A AMAZÔNIA. *Sustainable Development Solutions Network, Amazonia*. Manaus: SDSN, 2021. Disponível em: <https://sdsn-amazonia.org/painel-cientifico-para-a-amazonia-lanca-relatorio-de-avaliacao-da-amazonia-2021/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

PHILLS, J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, [s. l.], v. 6, n. 4, p. 34-43, 2008.

PNUD. *Environmental Perspective to the Year 2000 and beyond*. New York, United Nations: ONU, 1999.

PORTALES, L. *Social innovation and social entrepreneurship: fundamentals, concepts, and tools*. [S. l.]: Springer Nature B.V., 2019.

PORTER, M. E.; STERN, S.; GREEN, M. *Social progress index 2014*. Washington, DC: Social Progress Imperative, 2014.

POZZEBON, M. *Conducting and evaluating critical interpretative research: examining criteria as a key component in building a research tradition*. Norwell, MA: Kluwer Academic Publishers, 2004. p. 275-292.

RAISG. *Amazônia Sob Pressão 2020*. [S. l.]: RAISG, 2020. Disponível em: www.amazoniasocioambiental.org. Acesso em: 15 jan. 2022.

RAO-NICHOLSON, R.; VORLEY, T.; KHAN, Z. Social innovation in emerging economies: a national systems of innovation based approach. *Technological Forecasting and Social Change*, [s. l.], v. 121, p. 228-237, 2017.

REDE GTA. Comitê Gestor do Protocolo Comunitário do Bailique. *Protocolo Comunitário do Bailique: conhecer para proteger*. Bailique: REDE GTA, 2014.

REPAM. *Atlas Pan-Amazônico*. Brasília, DF: REPAM, 2019. Disponível em: <https://repam.org.br/atlas-pan-amazonico/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ROCKSTRÖM, J. et al. A safe operating space for humanity. *Nature*, [s. l.], v. 461, n. 7263, p. 472-475, 2009.

ROCKSTRÖM, J.; SUKHDEV, P. *How food connects all the SDGs*. Stockholm: Stockholm Resilience Centre, 2016. Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/research/researchnews/2016-06-14-how-food-connects-all-the-sdgs>. Html. Acesso em: 18 set. 2021.

ROSÁRIO, M. J. A.; SOUZA, M. F. M.; ROCHA, G. O. R. Desenvolver a Amazônia com justiça ambiental: questões para repensar os problemas da educação regional. *Revista Lusófona de Educação*, [s. l.], v. 52, n. 52, 2021.

ROSSATO, M.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. Contribuições da metodologia construtivointerpretativa na pesquisa sobre o desenvolvimento da subjetividade. *Revista Lusófona de Educação*, [s. l.], v. 40, n. 40, 2018.

ROUX, D. J. et al. Transdisciplinary research for systemic change: who to learn with, what to learn about and how to learn. *Sustainability Science*, [s. l.], v. 12, n. 5, p. 711-726, 2017.

RUIZ AGUDELO, C. A. et al. Land use planning in the Amazon basin: challenges from resilience thinking. *Ecology and Society*, [s. l.], v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5751/ES-11352-250108>. Acesso em: 18 set. 2021.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SACHS, J. D. From millennium development goals to sustainable development goals. *The Lancet*, [s. l.], v. 379, n. 9832, p. 2206-2211, 2012.

SANTOS, A.; RIBAS, L. M. Vertente geopolítica nas políticas públicas para a Amazônia. *Brazilian Journal of Development*, [s. l.], v. 7, n. 12, p. 116467-116485, 2021.

SATO, S. A. S. et al. Recursos intangíveis e desenvolvimento sustentável na Amazônia: experiência de inovação social RECA. *Vivências*, [s. l.], v. 17, n. 32, p. 305-330, 14 dez. 2020.

SCHERER, Elenise. Mosaico Terra-Água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia-Brasil. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra. 2004. p. 16-18.

SEN, A. Development as capability expansion. *The community development reader*, [s. l.], p. 41-58, 1990.

SEN, A. Economic development and capability expansion in historical perspective. *Pacific Economic Review*, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 179-191, 2001.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 313-334, 1993.

- SOUZA, M. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.
- SPIETH, P. et al. Value drivers of social businesses: a business model perspective. *Long Range Planning*, [s. l.], v. 52, n. 3, p. 427-444, 2019.
- SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, [s. l.], v. 20, p. 70-77, 2008.
- STAKE, R. E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Tradução: Karla Reis. Revisão técnica: Nilda Jacks. Porto Alegre: Penso, 2011.
- STEFFEN, W. et al. The Anthropocene: From global change to planetary stewardship. *Ambio*, [s. l.], v. 40, n. 7, p. 739-761, 2011.
- STEFFEN, W. et al. The trajectory of the Anthropocene: the great acceleration. *The Anthropocene Review*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 81-98, 2015.
- STOCKHOLM UNIVERSITY. *A new way of viewing the Sustainable Development Goals and how they are all linked to food*. Azote for Stockholm Resilience Centre. Stockholm, Stockholm University, 2021. Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/research/research-news/2016-06-14-the-sdgs-wedding-cake.html>. Acesso em: 4 maio 2021.
- TOLEDO, P. M. et al. Development paradigms contributing to the transformation of the Brazilian Amazon: do people matter? *Current Opinion in Environmental Sustainability*, [s. l.], v. 26-27, p. 77-83, 2017.
- TREDGOLD, T. XLVI. On the resilience of materials; with experiments. *The Philosophical Magazine*, [s. l.], v. 51, n. 240, p. 276-279, 1818.
- TURRA, C. M. et al. *A Dinâmica Demográfica da Amazônia Legal: população e transição demográfica na região Norte do Brasil*. [S. l.]: Amazônia 2030, mar. 2022. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2022/03/AMZ2030-33-1.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.
- UEAP. *Diagnóstico Socioambiental da Comunidade de Franquinho, Distrito do Bailique, Macapá, Amapá, Brasil*. Macapá: UEAP, 2017.
- UEAP. *Relatório do Projeto de Criação do Núcleo de Desenvolvimento Territorial da Proext*. Macapá: UEAP, 2021.
- UNICEF. *Agenda pela Infância e Adolescência na Amazônia*. [S. l.]: UNICEF, 2018.
- VEIGA, J. E. *Para entender o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora 34, 2015. p. 9-19.
- VELICU, I.; GARCÍA-LÓPEZ, G. Thinking the commons through Ostrom and Butler: boundedness and vulnerability. *Theory, Culture & Society*, [s. l.], v. 35, n. 6, p. 55-73, 2018.

VIEIRA, I. C. G.; SANTOS JUNIOR, R. A. O.; TOLEDO, P. M. Dinâmicas produtivas, transformações no uso da terra e sustentabilidade na Amazônia. In: SIFFERT FILHO, N. F. et al. *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 370-395.

VIEIRA, I. C. G.; TOLEDO, P. M.; HIGUCHI, H. A Amazônia no antropoceno. *Ciência e Cultura*, [s. l.], v. 70, n. 1, p. 56-59, 2018.

WALKER, B. et al. Navigating the chaos of an unfolding global cycle. *Ecology and Society*, [s. l.], v. 25, n. 4, 2020.

WALKER, B. Resilience: what it is and is not. *Ecology and Society*, [s. l.], v. 25, n. 2, 2020.

WIT, F. Governança climática e a floresta amazônica: analisando o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira sob o olhar da geógrafa Bertha Becker. In: OLIVEIRA, R. F.; PAIVA, D. (Ed.). *Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2020.

WESTLEY, F.; ANTADZE, N. Making a difference: Strategies for scaling social innovation for greater impact. *Innovation Journal*, [s. l.], v. 15, n. 2, 2010.

WWF. *Living Amazon Initiative, Brasilia and Quito*. [S. l.]: WWF, 2016.

YAMAGUCHI, K. K. L. et al. Amazon acai: chemistry and biological activities: a review. *Food Chemistry*, [s. l.], v. 179, p. 137-151, 2015.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIEGLER, R. *Capabilities approach and social innovation*. In: A Research Agenda for Social Innovation. Edward Elgar Publishing, 2021.

ZIEGLER, R. Citizen innovation as niche restoration—a type of social innovation and its relevance for political participation and sustainability. *Journal of Social Entrepreneurship*, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 338-353, 2017b.

ZIEGLER, R. et al. Creating (economic) space for social innovation. *Journal of Human Development and Capabilities*, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 293-298, 2017.

ZIEGLER, R. Innovations in doing and being: capability innovations at the intersection of Schumpeterian political economy and human development. *Journal of Social Entrepreneurship*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 255-272, 2010.

ZIEGLER, R.; KARANJA, B. HK; DIETSCH, C. Toilet Monuments: an investigation of innovation for human development. *Journal of Human Development and Capabilities*, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 420-440, 2013.

ZIEGLER, R. Social innovation as a collaborative concept. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, [s. l.], 2017a. DOI 10.1080/13511610.2017.1348935.